

BALANÇO
2006

SENADO

Senado Federal – Brasília (DF)

Edição Especial nº 2 - Dezembro de 2006



O ano do diálogo, da transparência e da fiscalização

Renovado em um terço, Senado
prepara-se em 2007 para a reforma
política, entre outros desafios



ANOS

de informação pública

JORNAL DO SENADO
www.senado.gov.br/jornal

Atuação diligente

O ano que se encerra, marcado pelas eleições, o momento mais sagrado da democracia, foi atípico – é verdade –, mas não afetou o bom andamento dos trabalhos legislativos, principalmente no que tange à qualidade da atividade desempenhada pelo Parlamento. Tanto que podemos destacar muitas realizações de feitos marcantes para o fortalecimento do próprio Poder Legislativo, como o aperfeiçoamento das regras de edição das medidas provisórias e a aprovação das mudanças no rito orçamentário, iniciativas fundamentais no processo de aperfeiçoamento institucional. Essas novas regras foram objeto de profundas discussões que envolveram todo o Congresso Nacional, a partir de comissão especial criada pelo Senado. A proposta de alteração já andou metade do caminho e agora depende apenas da análise dos deputados, assim como tantas outras matérias cruciais. E todo o empenho do Senado em garantir transparência, tanto à análise da proposta orçamentária quanto à sua execução, resultou no desenvolvimento de ferramentas que garantem à sociedade acesso a todas as informações relacionadas ao orçamento público, por meio do Siga Brasil. Essa iniciativa, premiada recentemente como melhor projeto de tecnologia da informação e comunicação do país por uma comissão composta pelas principais universidades brasileiras, é fruto do esforço de vários órgãos da Casa. O ano também foi marcado pelo desempenho intenso da atividade fiscalizadora do Legislativo, por meio das comissões parlamentares de inquérito, onde pudemos mostrar que profundas divergências não impedem a convivência pacífica em um ambiente de tolerância e respeito fraterno, que é a marca do Senado Federal. Limpamos nossa pauta, sempre sufocada pela quantidade de medidas provisórias, e abrimos as portas da Casa para o debate de temas como as alternativas de ação social apresentadas pelo terceiro setor. Além disso, mais uma vez não poupamos esforços no

sentido de dar voz à discussão sobre acessibilidade, reforçando a cidadania das pessoas com deficiência. Os leitores poderão ver, nas páginas que se seguem, que muito foi feito. No entanto, o futuro ainda apresenta grandes desafios, como o aprofundamento da reforma do nosso sistema político, que passou por aperfeiçoamentos em vigor já nas eleições de outubro, como a cláusula de desempenho, aprovada há 11 anos. É preciso, entretanto, seguir na direção de modernizar a atuação e a representação política, sempre tendo em mente o respeito profundo pela vontade manifestada pelo eleitor nas urnas. Por fim, desejo a todos um 2007 pleno de alegrias, que irão temperar nossa disposição de encarar os desafios que certamente virão.

Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko,
Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão

Diretora da Agência Senado: Valéria Ribeiro

Chefia de Reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira

Editores: Flávio Faria (chefe) e Mikhail Lopes

Diagramação e arte: Ana Rita Grilo, Sergio Luiz Gomes da Silva,
Iracema F. da Silva, Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

O noticiário da Revista Senado foi elaborado pela equipe de repórteres do Jornal e da Agência Senado e pode ser reproduzido mediante citação da fonte

Senado Federal: Palácio do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes – Anexo I – Térreo – 70165-900 – Brasília (DF)

Jornal do Senado: (61) 3311-3333

E-mail: jornal@senado.gov.br

Agência Senado: (61) 3311-3327

E-mail: agencia@senado.gov.br

Alô Senado – Central de Relacionamento com o Cidadão: 0800 61-2211

E-mail: alosenado@senado.gov.br – Fax: 0800 61-2210

Central telefônica: (61) 3311-4141 – Internet: www.senado.gov.br

Publicações do Senado: Subsecretaria de Edições Técnicas:
(61) 3311-3575 e 3311-3576

E-mail: livros@senado.gov.br

Tramitação de projetos: Secretaria de Informações – (61) 3311-3325 e 3311-2572

Biblioteca do Senado: (61) 3311-3943 e 3311-3944 – *E-mail:* sbib@senado.gov.br

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado

FALE COM OS SENADORES

O cidadão pode enviar carta e *e-mail* ou telefonar diretamente para o parlamentar em seu gabinete. Por carta, deve endereçar o envelope ao Senado e escrever o nome do parlamentar. Para entrar em contato com o gabinete, basta consultar a lista com os telefones e endereços eletrônicos na internet (www.senado.gov.br) ou os serviços de atendimento com chamadas telefônicas gratuitas pelo 0800.

VISITE O SENADO

Os cidadãos podem agendar visitas ao Senado pelos telefones (61) 3311-2149 e 3216-1771. O passeio é guiado por funcionários. Para grupos de até dez pessoas não é necessário agendar, exceto estrangeiros, para que seja providenciado tradutor. O acesso se dá pela rampa do Salão Negro e o tempo médio da visita é de 50 minutos. O serviço é gratuito e funciona todos os dias. As visitas são feitas a cada meia hora, das 9h30 às 17h.

J. FREITAS



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



6 Plenário
Medidas de impacto

8 Novo Senado
Legislatura renovada

10 Presidência
Esforço compensado

12 Congresso
Ano de modernização

14 Eleições
Campanha às claras

16 Segurança
O desafio da violência



19 Justiça
Judiciário mais eficiente

22 Municípios
A força do interior

25 Agricultura
Ofensiva contra a crise no campo

28 Consumidor
Cidadão mais protegido

30 Educação
Fundeb aprovado com louvor

32 Saúde
Qualidade para a alimentação

34 Acessibilidade
Apoio ao diferente

36 Crianças e adolescentes
Infância com proteção

38 Mulher
Basta de impunidade

40 Idosos
Conforto na velhice

41 Política de cotas
Reserva de polêmicas

42 Cultura
Incentivo à sétima arte

44 Meio ambiente
Concessão florestal

46 Galerias de fotos
O Senado em imagens

56 Trabalho
Direitos dos domésticos

58 Orçamento
Esta lei é para ser cumprida

61 Transparência
De olho nos gastos

62 Infra-estrutura
Reforço no caixa

63 Supersimples
Vitória das empresas

66 Tributação
Alívio na mordida

68 Mercosul
Desafios da integração

70 Relações exteriores
Debates acalorados

72 Investigações
Caça aos sanguessugas
Dos Correios aos bingos
Terra estrangeira

77 Institucional
180 anos de história
Censo legislativo
Informação pública
Edições a preço popular
Senado interativo
Aquarela brasileira
Motores do Senado



Estatuto das microempresas, correção da tabela do Imposto de Renda e melhorias para a segurança foram propostas aprovadas em 2006

De janeiro a novembro, o Plenário examinou 986 matérias e aprovou 955 delas, muitas com alcance nacional

Medidas de impacto

O Senado examinou, de janeiro a novembro de 2006, 986 matérias, e, dessas, aprovou 955, segundo informações da Secretaria Geral da Mesa. Foram 48 medidas provisórias (MPs); 127 projetos enviados à Câmara; 559 projetos encaminhados à promulgação e outros 58 remetidos à sanção do presidente da República. Os senadores também aprovaram indicações de embaixadores, autoridades do Executivo e diversos requerimentos.

Muitas dessas matérias repercutem diretamente na vida nacional, como a minirreforma eleitoral, o Estatuto Na-

cional das Microempresas e a correção da tabela do Imposto de Renda. Outras, como o pacote de 11 projetos para melhorar a segurança pública no país, foram respostas emergenciais dadas pelo Senado logo após os ataques criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e outras cidades, ocorridos no primeiro semestre.

Medidas de ordem moralizadora para o Congresso também foram aprovadas, como o fim do pagamento da ajuda de custo aos parlamentares na convocação extraordinária e a redução do recesso parlamentar.



1 Convocação – Projeto de decreto legislativo acabou com a ajuda de custo paga aos parlamentares nas convocações extraordinárias do Congresso. Foi promulgado pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, em 18 de janeiro deste ano e está em vigor.

2 Segurança pública – O Senado aprovou e enviou para a Câmara, em maio, 11 projetos de combate à criminalidade. Um deles institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima (RDMax) e amplia o prazo de isolamento do preso de alta periculosidade. Entre as outras medidas adotadas, destacam-se: visitas mensais do preso com o máximo de dois familiares, separados por vidro; proibição da entrada de alimentos e bebidas por parte dos visi-

tantes e do uso de aparelhos telefônicos, de som, televisão, rádio e similares; e contatos com advogados passam a ser somente mensais. Os projetos também aumentam prazos de prescrição de crimes, obrigam operadoras de celulares a bloquear o sinal dos aparelhos nas penitenciárias e permitem ao juiz decretar a indisponibilidade de bens de pessoas indiciadas em processos judiciais, mediante indícios de crime doloso passível de pena de reclusão.

3 Eleições – Projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) teve por objetivo reduzir gastos nas campanhas, aumentar a transparência nas contas eleitorais e instituir penas para quem desrespeitar a legislação. Foram proibidas apresentações de showmícios, remuneradas ou não, e vedada a distribuição de camisetas, bonés, chaveiros, brindes e objetos afins para proporcionar vantagens ou utilidades ao eleitor, entre outras medidas. Para dar mais transparência aos gastos, partidos e coligações passaram a ser obrigados a divulgar receitas e despesas da campanha. O projeto foi sancionado pelo presidente Lula e parte das mudanças já entrou em vigor nas eleições de 2006.

4 Recesso – Proposta de emenda à Constituição que já está em vigor reduziu de 90 para 55 dias o recesso de senadores e deputados federais.

5 Orçamento – Encontra-se em tramitação na Câmara proposta de emenda à Constituição de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já aprovada pelo Senado, que determina que o presidente da República deve cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso; do contrário, estará cometendo crime de responsabilidade e poderá ser submetido a processo de *impeachment*. Apenas em casos de dificuldades econômicas e financeiras, o presidente poderá pedir aos parlamentares para cancelar ou contingenciar (adiar a execução) verba do Orçamento, desde que apresente seu pedido ao Congresso até agosto. O Congresso deverá manifestar-se sobre o

pedido no período de 30 dias.

6 Imposto de Renda – A MP reajustou em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física a partir de 1º de fevereiro de 2006. Promulgada, a medida está em vigor.

7 Supersimples – O PLC 100/06 dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e estabelece um único recolhimento para a quase totalidade dos tributos cobrados nas três esferas de governo. A alíquota pode variar entre 4% e 17,42% – num total de 20 faixas –, dependendo do faturamento da empresa. O projeto diminui a burocracia e beneficia essas empresas na preferência de compras governamentais, entre outras medidas. A matéria foi enviada à Câmara para nova votação, já que o Senado modificou a data de vigência da lei para 1º de julho de 2007.

8 Justiça – O Senado aprovou e enviou à Câmara diversos projetos que mudam o Código de Processo Civil na parte relativa a ações repetitivas, interposição de recursos e aspectos de ritos processuais, para que a Justiça seja mais ágil e eficaz – a chamada reforma infraconstitucional do Judiciário.

9 Educação – A duração do ensino fundamental foi ampliada de oito para nove anos, a partir da aprovação da Lei 11.274. Sancionada em fevereiro, a lei já está em vigor. O Senado aprovou ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC 9/2006) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A Matéria voltou a ser apreciada na Câmara.

Legislatura renovada

Senado inicia a 53ª Legislatura em 2007 com a renovação de um terço de seus quadros e composição equilibrada. Número de senadoras sobe de 7 para 11

O Senado dá início à 53ª Legislatura (2007/2011) em 1º de fevereiro com a renovação de um terço de seus quadros. Nessa data, os 27 senadores eleitos em 1º de outubro de 2006 tomarão posse para cumprir um mandato de oito anos (até 2015) e vão participar, ao lado dos outros 54 (com mandato até 2011), da eleição do presidente da instituição para o biênio 2007/2008.

Os senadores que iniciam o mandato no próximo ano receberam 84,191 milhões dos votos válidos de todo o país, segundo o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE). Desse contingente de parlamentares, sete foram reeleitos: Tião Viana (PT-AC), José Sarney (PMDB-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a primeira mulher reeleita na história do Senado.

Embora sujeita a mudanças, a composição partidária da Casa pós-eleições de 2006 não tem uma feição marcadamente oposicionista ou governista. Assim, dificilmente uma alteração constitucional será aprovada sem acordo entre as duas correntes, já que

uma proposta de emenda à Constituição precisa do voto de 49 senadores para ser acolhida.

A projeção de forças para o novo Senado indica, hoje, a liderança de quatro partidos: PMDB (18 senadores), PFL (18), PSDB (13) e PT (10). Os demais 22 senadores estão filiados a outros dez partidos. A agenda de votações para 2007 ainda não foi fechada, mas deve ter como pontos prioritários as reformas política, tributária e trabalhista. Cientistas políticos apostam que o Congresso Nacional irá ainda reforçar os trabalhos de fiscalização e investigação de atos do



MÁRCIA KALUWE



JOSÉ CRUZ



CÉLIO AZEVEDO



GILBERTO NASCIMENTO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com Rosalba Ciarlini (no alto, à esq.), Marisa Serrano, Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu (ao lado), haverá um aumento de 2 pontos percentuais no número de senadoras em relação à Legislatura anterior

Cafeteira é o mais idoso que toma posse

Epitácio Cafeteira (PTB-MA), dos 27 senadores eleitos em 2006, é o mais idoso. O ex-governador do Maranhão, aos 82 anos, irá exercer seu segundo mandato como senador. Sua principal bandeira deverá ser a defesa do Senado como Casa revisora do Congresso.

Marconi Perillo (PSDB-GO), após ter sido o mais jovem brasileiro a assumir o cargo de governador, chega à Casa em 2007, aos 43 anos, como um dos mais novos parlamentares da próxima legislatura. Seus planos incluem a apresentação de proposta de emenda à Constituição para destinar um percentual mínimo de receitas da União, dos estados e municípios à segurança pública.

Expedito Júnior (PPS-RO) também assume sua vaga no Senado aos 43 anos e foi o mais jovem deputado a assumir uma cadeira na Câmara, em 1986. Uma das prioridades de seu mandato deve ser a apresentação de PEC para acabar com a possibilidade de recurso à imunidade parlamentar no caso de crime comum.

Quatro senadoras são eleitas em 2006

Marisa Serrano (PSDB-MS), Rosalba Ciarlini (PFL-RN), Maria do Carmo (PFL-SE) e Kátia Abreu (PFL-TO) foram as quatro senadoras eleitas em 2006 para exercer o mandato de 2007 a 2015. Ao lado de outras sete senadoras com mandato já em curso, elas compõem o quadro feminino da Casa na 53ª Legislatura (2007/2011), que corresponderá a pouco mais de 13% do contingente de 81 senadores, um aumento de cerca de dois pontos percentuais em relação à legislatura que se encerra agora.

COMPOSIÇÃO DA 53ª LEGISLATURA (2007/2011)

AC	Tião Viana (PT)	Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	Marina Silva (PT)
AL	Fernando Collor (PRTB)	Renan Calheiros (PMDB)	João Tenório (PSDB)
AP	José Sarney (PMDB)	Gilvam Borges (PMDB)	Papaléo Paes (PSDB)
AM	Alfredo Nascimento (PL)	Arthur Virgílio (PSDB)	Jefferson Péres (PDT)
BA	João Durval (PDT)	Antonio Carlos Magalhães (PFL)	César Borges (PFL)
CE	Inácio Arruda (PCdoB)	Tasso Jereissati (PSDB)	Patrícia Saboya (PSB)
DF	Joaquim Roriz (PMDB)	Cristovam Buarque (PDT)	Adelmir Santana (PFL)
ES	Renato Casagrande (PSB)	Gerson Camata (PMDB)	Magno Malta (PL)
GO	Marconi Perillo (PSDB)	Demostenes Torres (PFL)	Lúcia Vânia (PSDB)
MA	Epitácio Cafeteira (PTB)	Roseana Sarney (sem partido)	Edison Lobão (PFL)
MT	Jayme Campos (PFL)	Serys Slhessarenko (PT)	Jonas Pinheiro (PFL)
MS	Marisa Serrano (PSDB)	Delcídio Amaral (PT)	Válter Pereira (PMDB)
MG	Eliseu Resende (PFL)	Eduardo Azeredo (PSDB)	Hélio Costa (PMDB)
PA	Mário Couto (PSDB)	José Nery (PSOL)	Flexa Ribeiro (PSDB)
PB	Cícero Lucena (PSDB)	José Maranhão (PMDB)	Efraim Moraes (PFL)
PR	Alvaro Dias (PSDB)	Osmar Dias (PDT)	Flávio Arns (PT)
PE	Jarbas Vasconcelos (PMDB)	Marco Maciel (PFL)	Sérgio Guerra (PSDB)
PI	João Claudino (PTB)	Heráclito Fortes (PFL)	Mão Santa (PMDB)
RJ	Francisco Dornelles (PP)	Marcelo Crivella (PRB)	Regis Fichtner (PMDB)
RN	Rosalba Ciarlini (PFL)	Garibaldi Alves Filho (PMDB)	José Agripino (PFL)
RS	Pedro Simon (PMDB)	Sérgio Zambiasi (PTB)	Paulo Paim (PT)
RO	Expedito Júnior (PPS)	Fátima Cleide (PT)	Valdir Raupp (PMDB)
RR	Mozarildo Cavalcanti (PTB)	Augusto Botelho (PDT)	Romero Jucá (PMDB)
SC	Raimundo Colombo (PFL)	Neuto de Conto (PMDB)	Ideli Salvatti (PT)
SP	Eduardo Suplicy (PT)	Aloizio Mercadante (PT)	Romeu Tuma (PFL)
SE	Maria do Carmo (PFL)	Antônio Carlos Valadares (PSB)	Almeida Lima (PMDB)
TO	Kátia Abreu (PFL)	Leomar Quintanilha (PCdoB)	João Ribeiro (PL)

Morte de Ramez Tebet entristece o Senado

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ex-presidente do Senado, faleceu no dia 17 de novembro, em sua casa em Campo Grande (MS), vítima de câncer no fígado. Tebet, que completara 70 anos no dia 7 daquele mês, lutava contra a doença havia mais de 20 anos.

Mais de 5 mil pessoas compareceram ao velório do senador, durante a madrugada, na Assembléia Legislativa. Na manhã do dia seguinte, o corpo seguiu para sua terra natal, Três Lagoas (MS). O sepultamento contou com as presenças do presidente Lula e dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Delcídio Amaral (PT-MS), Heloísa Helena (PSOL-AL), Pedro Simon (PMDB-RS), José Sarney (PMDB-AP) e Valdir Raupp (PMDB-RO), além do presidente do Senado, Renan Calheiros.



ROOSEWELT PINHEIRO

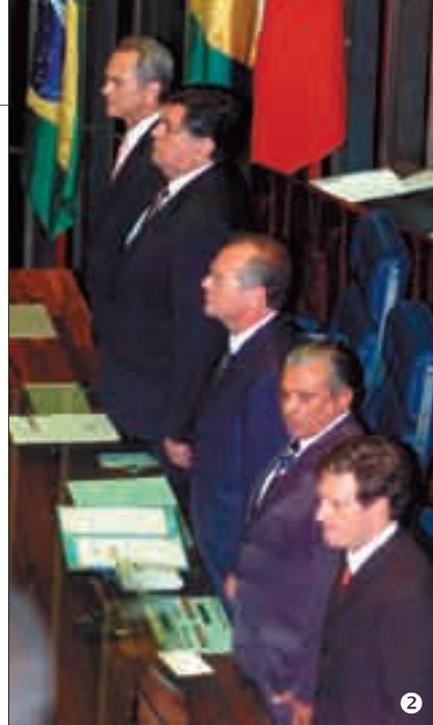
Formado em Direito, Tebet tinha um estilo eloquente de advogado e promotor

Formado em Direito, Tebet tinha um estilo eloquente de advogado e promotor público. De 2001 a 2003, ocupou a Presidência do Senado.

– Poucos o superaram em coragem e na ausência de cobiça – disse Renan Calheiros em sessão solene que homenageou Tebet.



1



2



3



4

1. Presidente da Argentina, Néstor Kirchner (2º à esq.), é recebido por Renan Calheiros (D) e Aldo Rebelo;
 2. homenagem ao presidente do Peru, Alan García, entre Paulo Octávio (E) e Renan, Inocêncio Oliveira e Marcelo Crivella;
 3. presidente do Chile, Michelle Bachelet;
 4. presidente da França, Jacques Chirac;
 5. primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates;
 6. primeiro-ministro da Rússia, Mikhail Fradkov;
 7. José Agripino (D), Antonio Carlos Magalhães, Renan, Aldo Rebelo e Wellington Salgado recebem presidente da Assembléia Nacional da China, Wu Bangguo;
 8. presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso (D) é recebido por Renan e João Batista Motta



5



6



7



8

Esforço compensado

Acordos para votar projetos importantes para o país e a busca de soluções para as crises políticas marcaram ações do presidente do Senado em 2006

Em um ano marcado pela violência liderada pelo crime organizado em São Paulo, pela tensão da campanha eleitoral e pelas investigações das CPIs dos Correios, dos Bingos, do Mensalão e dos Sanguessugas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, empenhou-se em incentivar a Casa a votar projetos que ajudassem o país a sair da crise.

O exercício da Presidência do Senado, ao longo de 2006, foi uma busca constante de consenso para destravar a

pauta e votar as quase mil matérias que foram analisadas pelo Plenário, entre elas 37 medidas provisórias.

Nas inúmeras reuniões de lideranças realizadas para apressar votações, Renan Calheiros passou o ano insistindo em que o Brasil precisa chegar a um entendimento, baseado em um aperfeiçoamento legislativo que possibilite ao país retomar o crescimento econômico e resolver sua crise social.

O esforço rendeu resultados: entre outras decisões significativas, o Legisla-

tivo aumentou seu período de trabalho, reduzindo o recesso parlamentar de 90 para 55 dias.

O Senado aprovou ainda o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), projeto fixando as diretrizes de uma Política Nacional de Saneamento e a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. No mesmo período, a Casa deu início à tramitação dos projetos da reforma eleitoral e da reforma cambial. Ao longo do ano foram realizadas 177 sessões plenárias.

■ Busca de consenso

Durante todo o ano de 2006, Renan Calheiros tentou buscar um acordo suprapartidário em torno de uma agenda de votações capaz de viabilizar a governabilidade do país. Para o presidente do Senado, o aperfeiçoamento institucional é o único caminho para garantir a governabilidade, a segurança jurídica, a cidadania, a inclusão social e a redução das desigualdades no Brasil. Isso porque ele entende que, em um conflito político, são as instituições que devem oferecer as respostas cobradas pela sociedade.

■ O trabalho realizado

No propósito do aperfeiçoamento institucional, uma das primeiras iniciativas patrocinadas pelo presidente do Senado consistiu nos projetos recebidos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para uma ampla reforma eleitoral no país. A principal peça dessa reforma, que deverá ser votada em 2007, destina-se a combater os crimes eleitorais com penas mais severas.

Também visando o avanço institucional, Renan conduziu a promulgação das Emendas Constitucionais 50, 51 e 52. A primeira reduziu de 90 para 55 dias o recesso parlamentar, acabando com o pagamento extra aos parlamentares nas convocações do Congresso. A Emenda 51 autorizou a contratação de agentes comunitários de saúde por processos seletivos públicos, sem a exigência de concurso, e a Emenda 52 pôs fim à verticalização das coligações partidárias nas eleições.

■ Ação social

No plano social, o Senado realizou, pela segunda vez, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, destinada a garantir acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiências que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somam hoje no Brasil 24,5 milhões de pessoas.

■ Agenda internacional

Foram mais de 50 os tratados internacionais aprovados em 2006 pelo Senado. No mesmo período, Renan Calheiros afastou-se do Brasil apenas uma vez, para assistir à posse da presidente do Chile, Michele Bachelet, que também visitou o Senado, assim como outras dez autoridades. Renan também deu destaque ao Mercosul. Ao receber o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, exaltou a aliança estratégica entre os dois países.

■ Homenagens e condecorações

Renan Calheiros foi apontado pelo Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em 2006, como “uma das 100 cabeças do Congresso Nacional”. No mesmo período, Renan recebeu outras cinco condecorações, entre elas a Comenda Teotônio Vilela e a Ordem do Mérito dos Palmares, concedidas pelo governo do estado de Alagoas.

Ano de modernização

O processo de modernização do Poder Legislativo não foi prejudicado pela crise política e pelo período eleitoral no ano de 2006. O Congresso reduziu o recesso parlamentar e conseguiu discutir matérias importantes para

o fortalecimento do Poder, como a nova forma de tramitação das medidas provisórias e dos vetos presidenciais. Senadores e deputados federais cortaram seus próprios rendimentos, ao extinguir a ajuda de custo por convocações extraordinárias.

Parlamentares diminuem recesso e propõem mudar tramitação de MPs para aprimorar atuação legislativa

■ Recesso reduzido

Em 2006, deputados e senadores reduziram em 35 dias o recesso parlamentar, ao promulgar, em 14 de fevereiro, a Emenda Constitucional 50. Com a aprovação do novo calendário, Câmara e Senado passam a funcionar ordinariamente 310 dias por ano: entre 2 de fevereiro e 17 de julho e entre 1º de agosto e 22 de dezembro.

O Congresso brasileiro é um dos parlamentos mais atuantes no mundo, tanto em número de reuniões quanto em proposições aprovadas. Mesmo durante o período de recesso, o Congresso não pára: uma Comissão Representa-

tiva – com 17 deputados e oito senadores – é eleita para acompanhar as ações do Executivo.

As regras para a convocação extraordinária – período no qual o Congresso funciona durante o recesso – também foram alteradas pela Emenda 50. Em geral, a convocação só poderá ocorrer, em caso de urgência e interesse público relevante, se aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas.

Os parlamentares também aprovaram projeto que acabou com a ajuda de custo paga a eles em virtude de convocações extraordinárias.

Líderes partidários reunidos com Renan Calheiros (E) concordaram que é preciso rever o sistema de tramitação de medidas provisórias. Da esq. para a dir., Aloizio Mercadante, Romero Jucá, João Ribeiro, Arthur Virgílio, José Agripino Maia e Ideli Salvatti



GERALDO MAGELA

■ Emenda altera tramitação de MPs

Com a Constituição federal de 1988, as medidas provisórias passaram a integrar o ordenamento jurídico brasileiro, para dotar o Poder Executivo de um instrumento para, em casos de urgência e relevância, criar normas com força de lei, com vigência imediata, para posterior deliberação do Congresso Nacional.

Atualmente, as MPs passam a vigorar a partir da data de sua publicação por um período de 60 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período. Elas trancam a pauta da Casa onde estiver tramitando no 45º dia. Uma vez que todas elas têm início na Câmara, normalmente as medidas chegam ao Senado já obstruindo as demais deliberações do Plenário.

Para sanar essa distorção no processo legislativo e garantir maior agilidade aos trabalhos do Congresso, o Senado aprovou, em 8 de fevereiro, a PEC 72/05, encabeçada pelo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A principal e mais polêmica alteração da proposta é que as MPs deixarão de ter força de lei a partir da publicação, submetendo-se obrigatoriamente à análise prévia do Congresso em relação aos

critérios de relevância e urgência para sua admissibilidade.

A PEC propõe ainda que Senado e Câmara passem a alternar o papel de Casa iniciadora no caso de medidas provisórias. Já a vigência, de acordo com a proposta, deverá ser de um único período de 120 dias, improrrogável.

O prazo para trancamento da pauta de deliberações, que hoje corre conjuntamente para ambas as Casas, também é alterado pela PEC, e passa a ser contado separadamente. Serão 60 dias reservados para a Câmara apreciar a matéria, trancando a pauta a partir do 45º dia. Para o Senado, o prazo para apreciação da medida provisória será de 45 dias, e o bloqueio da pauta ocorrerá a partir do 30º dia.

Findos esses prazos, a MP não pára; se a Casa iniciadora não tiver concluído a apreciação, ela segue à revisora. Se a revisora não apreciar a medida em tempo hábil, ela se transforma em projeto de lei, que passa a tramitar em regime de urgência. Os 15 dias restantes servirão para a Casa iniciadora apreciar emendas da Casa revisora ou para conclusão da deliberação da primeira.

A emenda ainda determina que o Executivo não poderá mais majorar tributos por meio de medida provisória.

■ Freios e contrapesos

A constante obstrução de pauta de votações causada por medidas provisórias e a não-deliberação de vetos presidenciais são alguns dos pontos que, nos últimos anos, provocam discussão no Senado em relação à harmonia, à independência e ao equilíbrio entre os Poderes Legislativo e Executivo. Muitos parlamentares defendem a aprovação de projetos que contribuam para fortalecer, modernizar e tornar mais ágil o processo legislativo, conforme o sistema de freios e contrapesos derivado da teoria do pensador francês Montesquieu sobre a tripartição de poderes, segundo a qual um Poder deve frear o outro, quando este extrapolar ou abusar de suas atribuições. Nesse sentido, duas propostas de emenda à Constituição tramitam no Congresso. Uma dessas propostas (PEC 72/05), já aprovada no Senado, altera o trâmite e as regras das medidas provisórias. A outra proposição (PEC 57/05) visa permitir que os vetos presidenciais sejam apreciados separadamente pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

■ Novas regras para apreciação de vetos presidenciais

Caso o presidente da República não concorde com o teor de um projeto de lei ordinária, complementar ou de conversão aprovado pelo Legislativo, pode vetá-lo total ou parcialmente. Se isso ocorre, ele envia para o Congresso, dentro de 48 horas, suas razões, podendo alegar, por exemplo, inconstitucionalidade ou falta de interesse público.

O Congresso, por sua vez, deve deliberar sobre o veto em sessão conjunta, dependendo, para derrubá-lo, da maioria absoluta dos votos em cada Casa (257 deputados e 41 senadores). Tal tarefa, no entanto, torna-se prati-

camente inviável, uma vez que, com a adoção do sistema bicameral, raras são as oportunidades em que Câmara e Senado se reúnem em sessão conjunta.

Para viabilizar essas sessões, é preciso acordo entre líderes partidários, além da compatibilidade das agendas nas duas Casas. Até o espaço físico é empecilho para a realização das sessões; devido ao quórum necessário para a derrubada de um veto, é imperativo que a reunião aconteça no Plenário da Câmara, que possui mais assentos, mas mesmo assim em número bem menor que o total de parlamentares.

Assim, a apreciação dos vetos fica prejudicada e a consequência disso se reflete em uma pauta de deliberações do Congresso com mais de 400 vetos esperando votação atualmente. Diante dessas dificuldades para a derrubada de um veto, é comum ver parlamentares na tribuna apelando ao presidente para sancionar os projetos aprovados.

De iniciativa do senador Marco Maciel (PFL-PE), a PEC 57/05 propõe a apreciação de vetos separadamente pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, com 30 dias de prazo antes de sobrestar a pauta.

Campanha às claras

Mudanças nas regras, aprovadas em abril, deram maior transparência aos gastos dos candidatos em 2006 e inibiram a prática do caixa dois

O Congresso reagiu às denúncias do chamado escândalo do mensalão com a aprovação, em abril, do projeto da minirreforma eleitoral, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). O objetivo foi diminuir os custos das campanhas políticas e melhorar a visibilidade das contas dos partidos.

A nova lei (11.300/06), que foi parcialmente aplicada nas últimas eleições,

causou profundo impacto sobre os gastos eleitorais dos partidos. Já em 2006 começou a valer a proibição de realização de showmícios; de divulgação em *outdoors*; e de distribuição de brindes, como camisetas, chaveiros, bonés e cassetes, e de cestas básicas ou quaisquer bens ou materiais que signifiquem vantagem ao eleitor.

Outro assunto mereceu amplo debate entre os parlamentares: o fim do

instituto da verticalização, previsto na Emenda Constitucional 52, aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional no primeiro semestre. Por interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no entanto, a medida não valeu para as eleições de 2006, já que a Constituição determina, em seu artigo 16, que mudanças no processo eleitoral só podem ser feitas no período de até um ano antes das eleições.

Novas regras conferem mais lisura ao processo

A aprovação da minirreforma eleitoral (PLS 275/05), do senador Jorge Bornhausen (PF-SC), provocou efeitos concretos nas eleições de 2006. Os dois partidos que lideraram a corrida à Presidência da República, PT e PSDB, por exemplo, quase que triplicaram as despesas de campanha em relação a 2002. Os gastos declarados pelos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin somam R\$ 185,2 milhões, enquanto que na eleição de 2002, quando Lula concorreu com o tucano José Serra, a soma foi de R\$ 68,1 milhões.

Esses dados revelaram, segundo o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, a contribuição da nova lei para diminuir o caixa dois. Para o relator da minirreforma, senador José Jorge (PFL-PE), “o projeto faz parte do esforço do Congresso para fortalecer a lisura das campanhas eleitorais”.

Ao defender o texto, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), ressaltou que uma reforma política deve ainda incluir a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas.

GERALDO MAGELA



MOREIRA MARIZ



Acima, eleitores lotam as sessões de votação. Ao lado, o relator da minirreforma, José Jorge (D), com o autor, Jorge Bornhausen (C), e o líder do PSDB Arthur Virgílio, durante sessão no Plenário do Senado

Freio no caixa 2

Para o TSE, nova legislação trouxe mais transparência ao pleito

R\$ 186 milhões

Foi o total de gastos de campanha declarados pelos dois candidatos à Presidência da República que disputaram o segundo turno em 2006

R\$ 68,1 milhões

Foi o total de gastos dos dois principais candidatos à Presidência em 2002

O que a nova lei proíbe

- realização de showmícios
- divulgação em *outdoors*
- distribuição de brindes (camisetas, chaveiros, bonés e canetas)
- distribuição de cestas básicas ou quaisquer bens ou materiais que signifiquem vantagem ao eleitor

Propostas do Judiciário em tramitação

O Senado já aprovou vários projetos que contribuem para a reforma eleitoral, mas que ainda aguardam decisão da Câmara, como os PLSs 391 e 392/05. Produzidas por uma comissão de juristas constituída pelo TSE e enviadas pelo tribunal ao Senado, as propostas iniciaram sua tramitação tendo como primeiro signatário o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O PLS 391/05 torna mais rigorosa a prestação de contas dos candidatos, estabelecendo que o julgamento das contas dos candidatos eleitos e a divulgação do resultado devem ocorrer antes da diplomação. Na Câmara, como PL 6.996/06, tramita em regime de prioridade na Comissão de Justiça.

O mesmo projeto estabelece que o candidato não pode retificar contas rejeitadas e que a retificação da prestação de contas não o protege de outras sanções que lhe forem impostas. Já a

rejeição das contas por conduta dolosa, a qualquer tempo, impede a diplomação ou implica perda de mandato do candidato eleito, podendo inclusive este ser submetido à autoridade fiscal.

O outro projeto elaborado a partir das sugestões do Judiciário, o PLS 392/05, estabelece incentivos fiscais às doações para partidos políticos e candidatos a cargos eletivos. No caso de empresas, as doações ficam limitadas a 2% do lucro operacional e deverão ser feitas por intermédio de cheque nominativo ou por transferência bancária, em contas específicas, abertas segundo instruções expedidas pelo TSE.

As pessoas físicas poderão fazer doações seguindo legislação que rege o Imposto de Renda Pessoa Física, no valor máximo de 6% do imposto devido. Pela proposta, continuam proibidas doações de entidades públicas ou sindicais e de instituições e governos estrangeiros.

Fim da verticalização valerá em 2010

A regra da verticalização – instituto que obriga os partidos que se unirem para apresentar um candidato único à Presidência da República a repetirem a aliança nos estados, nos municípios e no Distrito Federal – foi derrubada pelo Congresso em janeiro, por meio da Emenda Constitucional 52. A decisão atendeu ao anseio da maioria dos partidos políticos com representação na Câmara e no Senado, que argumentam

que a verticalização “engessa” as alianças nos estados.

Entretanto, mesmo promulgada, a medida não teve efeito prático este ano, pois o TSE entendeu, ao analisar representação do Partido Liberal, que a matéria não tinha sido aprovada um ano antes das eleições e, por essa razão, violava o princípio constitucional da anualidade. Dessa forma, o fim da verticalização só será aplicado nas eleições de 2010.

GERALDO MAGELA



DIVULGAÇÃO/TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Mesário confere identificação do eleitor: uso da urna eletrônica no pleito de outubro mostrou a eficiência e a agilidade do sistema eleitoral brasileiro

JANE ARAÚJO



JANE ARAÚJO



ÁUREA CUNHA/GAZETA DO POVO



País sofreu onda de rebeliões em presídios como o de Foz do Iguaçu (PR), em maio (acima). A Comissão de Justiça, presidida por Antonio Carlos Magalhães (à esq., com José Agripino Maia), aprova propostas organizadas por Demostenes Torres (no alto), em decisão terminativa, para coibir ação do crime organizado e combater a violência

O desafio da violência

Armas ilegais e fronteiras que facilitam tráfico de drogas são algumas das razões para elevado número de homicídios

Entre 1993 e 2003, aproximadamente 325 mil pessoas morreram vítimas de armas de fogo no Brasil. Com os 48 mil homicídios registrados em 2004, o país ocupa a quarta posição mundial nessa estatística. São 27 homicídios em cada 100 mil habitantes, só ficando atrás da Colômbia, da Venezuela e da Rússia. O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc), em seu último estudo sobre o Brasil, revela que o número de homicídios no país é quatro vezes maior do que nos Estados Unidos e dez vezes maior do que na França ou Inglaterra.

Além do enorme número de armas ilegais ainda em poder da população (apesar dos esforços da campanha de desarmamento feita nos dois últimos anos), contribui para isso o fato de que o território nacional é importante porta de passagem da cocaína produzida nos Andes em direção aos grandes mercados mundiais. Fronteiras amplas e mal patrulhadas e uma diversificada infraestrutura de transportes fluviais, aéreos e terrestres asseguram aos barões da droga rotas excelentes para o tráfico.

Essa guerra contra o crime também tem deixado muitas vítimas entre as

forças policiais. Nos primeiros seis meses de 2004, mais de 280 policiais militares e civis foram assassinados no Brasil, contra 65 na vizinha Colômbia, campeã mundial de homicídios. Em contrapartida, em junho passado, o Departamento Penitenciário Nacional contabilizava 371 pessoas presas.

Um detento no Brasil custa ao sistema de justiça penal 16 vezes o custo de manter um aluno na escola. Ainda assim, no sistema penitenciário, reabilitação e reinserção são as exceções à regra nessa verdadeira escola do crime. O país apresenta uma taxa elevada de reincidências (superior a 50%). Assim, superlotadas, as prisões se transformaram em terreno fértil para o surgimento das facções criminosas que, dentro e fora das celas, aliciam e organizam os detentos. Foi uma delas, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que impôs o caos e a desordem à maior cidade brasileira, São Paulo, no primeiro semestre deste ano.

Mais grave ainda: o crime e a violência, tristemente tão comuns às grandes cidades brasileiras, estão estendendo seus domínios ao interior do país, onde atualmente se registra crescimento maior no número de homicídios do que nas regiões metropolitanas. Os dados fazem parte do *Mapa da Violência 2006: Os jovens do Brasil*, uma análise divulgada, em meados de novembro, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). O estudo analisou dados entre o período de 1994 e 2004 e mostrou que a taxa de crescimento de homicídios no interior do país chegou a 64,5%, enquanto nas capitais e regiões metropolitanas foi de 39,4%. A campanha do desarmamento trouxe impacto maior nas capitais e regiões metropolitanas, com queda de 6,9% no número de homicídios, contra apenas 2,5% no interior.

Em 2006, mais de uma dezena de leis que apertam o cerco aos criminosos foi aprovada pelo Senado – como se pode comprovar nesta reportagem – e, agora, aguardam deliberação na Câmara.

■ Senado reage rápido e aprova propostas

Dez projetos de um verdadeiro pacote antiviolência, aprovados pelo Senado, seguiram para apreciação pela Câmara dos Deputados em 21 de junho de 2006. Em maio, as propostas haviam recebido parecer favorável, em decisão terminativa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), como uma resposta ágil e vigorosa do Senado à indignação da sociedade diante da ação de facções criminosas nas principais capitais, em especial São Paulo e Rio de Janeiro. Nenhum dos projetos, porém, chegou ao Plenário da Câmara para votação.

Entre os projetos aprovados (*veja o quadro*), um dos mais importantes

instituiu o Regime Penitenciário de Segurança Máxima (RDMax), aplicável aos chamados presidiários de alta periculosidade e com comprovado envolvimento com organizações criminosas. O preso fica isolado por até 720 dias (prorrogáveis), ao fim dos quais pode ser transferido para regime mais brando, já previsto em lei.

Um 11º projeto antiviolência, também acolhido pela CCJ, tramita na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI): o PLS 137/06, do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), obriga as empresas operadoras de celulares a instalar bloqueadores de sinal nas penitenciárias estaduais e federais.

Entre elas está a que cria regime especial para presidiários de alta periculosidade

Pacote antiviolência enviado à Câmara

PLS 474/03 – Aumenta os prazos de prescrição de diversos crimes. **Autor: senador Demostenes Torres (PFL-GO).**

PLS 186/04 – Cumprimento de pena privativa de liberdade, atualmente fixada no período máximo de 30 anos, não poderá ser reduzido por meio de benefícios legais. **Autor: senador Demostenes Torres (PFL-GO).**

PLS 140/05 – Permite que o Estado use os bens dos presidiários para reparar danos que ocorram nos presídios durante rebeliões. **Autor: senador Demostenes Torres (PFL-GO).**

PLS 179/05 – Institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima (RDMax), ampliando para até 720 dias (prorrogáveis) o prazo de isolamento do preso de alta periculosidade. **Autor: senador Demostenes Torres (PFL-GO).**

PLS 135/06 – Veda o livramento condicional para detento reincidente em crime doloso. **Autor: senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).**

PLS 136/06 – Torna a utilização de telefone celular por presidiários uma falta disciplinar grave, punível com o regime de isolamento. **Autor: senador César**

Borges (PFL-BA).

PLS 138/06 – Permite ao juiz decretar a indisponibilidade dos bens de pessoas indiciadas em processos judiciais, desde que haja indícios de crime doloso, que possa ser punido com reclusão. **Autor: senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).**

PLS 139/06 – Permite que interrogatórios e audiências judiciais sejam realizados por meio de videoconferência ou outros recursos tecnológicos de presença virtual, em tempo real. **Autor: senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).**

PLS 140/06 – Cria a “delação premiada” para presos já condenados. A colaboração voluntária pode ser trocada pela redução da pena em qualquer investigação policial ou processo criminal, e não apenas em relação ao próprio processo do preso. **Autor: senador Alvaro Dias (PSDB-PR).**

PLS 220/03 – Cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Civis, para facilitar aos agentes policiais e bombeiros militares a aquisição de moradias. **Autor: senador Renan Calheiros (PMDB-AL).**

Rigor máximo contra os muito perigosos

– fica proibida a entrada de alimentos, refrigerantes e bebidas em geral por parte dos visitantes;

– o recolhimento do preso será em cela individual, onde é proibido o uso de aparelhos telefônicos, de som, de televisão, de rádio e similares;

– as visitas de familiares serão mensais, com o máximo de duas pessoas. Separados por vidro, a comunicação será feita por meio de interfone, com filmagem e gravações encaminhadas ao Ministério Público. Os advogados só poderão visitar os presos uma vez por mês, salvo autorização judicial, e seus nomes serão informados mensalmente à OAB;

– as saídas da cela para banho de sol e exercícios físicos serão de no máximo duas horas diárias, durante as quais a comunicação com outros presos ou mesmo os agentes penitenciários fica proibida;



■ Progressão diferenciada da pena

Em decisão tomada em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional dispositivo da Lei dos Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) segundo o qual a pena para esses delitos deve ser cumprida integralmente em regime fechado de prisão. Para o STF, a medida vai contra o direito que todo delinqüente tem à progressão da pena de um regime mais severo para um

brando. São considerados hediondos, entre outros, os crimes de estupro e extorsão mediante seqüestro.

A notícia causou reação contrária em muitos setores da sociedade e, no Senado, a aprovação, em maio, em decisão terminativa na CCJ, de um projeto de lei que mantém a imposição do regime

Regime fechado no início e progressão só após metade ou dois terços da pena

fechado no início da pena, mas autoriza o juiz a conceder o regime semi-aberto depois da metade do tempo, desde que o condenado não seja reincidente no mesmo crime. Se esse for o caso, a progressão só poderá ocorrer após

cumpridos dois terços da pena.

Do senador Demostenes Torres (PFL-GO), a proposta (PLS 48/06), enviada para a Câmara em 12 de julho, preten-

de evitar que os condenados por crimes hediondos usufruam dos mesmos benefícios assegurados a autores de delitos mais leves. Para o autor do projeto, a interpretação do STF, no que tange à execução penal, foi a de que autores de crimes hediondos podem ter o mesmo tratamento de criminosos comuns.

■ A polêmica da redução da maioria penal

Os alarmantes números de mortes entre os jovens brasileiros e a constatação de que eles têm sido usados, nas grandes cidades, como “soldados” do crime organizado reacendeu o debate, no Senado, em torno da redução da maioria penal, hoje fixada em 18 anos.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) é autor de um projeto que amplia em até um terço a pena para o adulto que utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente na prática de crimes. A proposta (PLS 118/03), já aprovada pelo Senado, aguarda agora a apreciação dos deputados federais.

O senador Magno Malta (PL-ES) acredita que “a impunidade é o adubo

da violência”, e o menor que atentar contra a vida de qualquer pessoa deve estar sujeito aos mesmos rigores da lei reservados aos adultos. Por isso, sua Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 90/03 prevê, em crimes hediondos, a redução da maioria para 13 anos.

Com um mandato parlamentar marcado pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) argumenta que, se por um lado, uma parcela insignificante dos crimes no país é cometida por menores de 18 anos, as mortes violentas só têm crescido entre os adolescentes entre 15 e 18 anos.

■ Seqüestro de bens

Outras duas importantes medidas de combate à criminalidade foram tomadas pelo Senado em 2006. Logo em janeiro, o Plenário aprovou projeto oriundo da Câmara (PLC 141/05) que reforça o combate ao furto e ao roubo de cargas e de veículos no país, com a criação de um sistema de planejamento e ação integrado pelo governo federal e os estados. Menos de um mês depois, o projeto foi sancionado e transformado na Lei 121/06 pelo presidente da República, que vetou cinco artigos (os vetos ainda não foram votados pelo Congresso Nacional).

Uma das medidas previstas na lei é a exigência, ao condutor de veículo de carga, de autorização específica para conduzi-lo quando esse não for de sua propriedade. Para facilitar a produção de provas contra receptores, o projeto também cria mecanismos de identificação de mercadorias, por meio de código, que dificultará o registro falso de cargas roubadas juntamente com lotes de produtos adquiridos legalmente.

Em julho, foi encaminhado à Câmara, após aprovado pelo Senado, o Projeto de Lei 258/03, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que aperta o cerco aos grandes lucros obtidos pelos bandidos. A proposta modifica o Código de Processo Penal para assegurar o seqüestro de bens provenientes de ações criminosas. Agora, a medida poderá ser tomada pelo juiz em relação a todos os bens, direitos e valores provenientes de atos ilícitos, ainda que, como é muito comum, eles sejam registrados em nome de outras pessoas.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



CÉLIO AZEVEDO



GERALDO MAGELA



Acima, José Jorge cumprimenta a ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (*foto no alto*), por ocasião da aprovação do nome dela para presidir o Conselho Nacional de Justiça; à direita, Pedro Simon, um dos maiores defensores no Senado de reformas no Judiciário

Judiciário mais eficiente

Três projetos da reforma infraconstitucional do Judiciário já foram votados no Senado e enviados à Câmara

A reforma do Judiciário, iniciada com a promulgação da Emenda Constitucional 45, em 8 de dezembro de 2004, continua a surtir efeitos e a apresentar desdobramentos não apenas nos órgãos da Justiça, mas também no Congresso, responsável pela reformulação da legislação infraconstitucional referente àquele Poder.

Logo depois de promulgada a emenda, os presidentes dos dois Poderes assinaram o Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano, iniciativa para dar mais celeridade e eficiência aos serviços da Justiça.

Em dezembro de 2005, a comissão mista que tratou da regulamentação da reforma do Judiciário, prevista pela própria emenda constitucional, apresentou uma série de recomendações, entre elas seis projetos de lei. Três das

propostas começaram a tramitação no Senado e outras três, na Câmara. Os senadores votaram os três projetos de sua responsabilidade (PLSs 12, 13 e 14/06), enviando as propostas à Câmara já em fevereiro de 2006. Até o fim de novembro, no entanto, a Câmara ainda não havia encerrado a votação dos seis projetos.

– O Senado cumpriu a sua parte – afirmou o senador José Jorge (PFL-PE), relator da reforma do Judiciário.

Segundo a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Ellen Gracie, quando as mudanças entrarem em vigor, elas permitirão dar tratamento uniforme a todos os interessados em uma mesma causa, além de reduzir, em curto prazo, a carga excessiva representada por processos repetitivos no Judiciário.

Reforma do Judiciário

O Senado finalizou a votação de pelo menos 11 projetos relacionados à reforma do Judiciário em 2006



■ Relação com o STF

Ao mesmo tempo em que as decisões recentes do Supremo indicam uma mudança de paradigma com relação a iniciativas do Senado e da Câmara cuja legalidade é questionada, elas geram grande reação dos parlamentares.

Isso ocorreu especialmente no início de 2006, já que o STF foi acionado diversas vezes para garantir direitos constitucionais de testemunhas e acusados tanto nas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) como no Conselho de Ética da Câmara. O caso mais notório foi o da defesa do deputado José Dirceu (PT-SP), cujos advogados conseguiram alterar no Supremo diversos ritos do processo que levou a sua cassação.

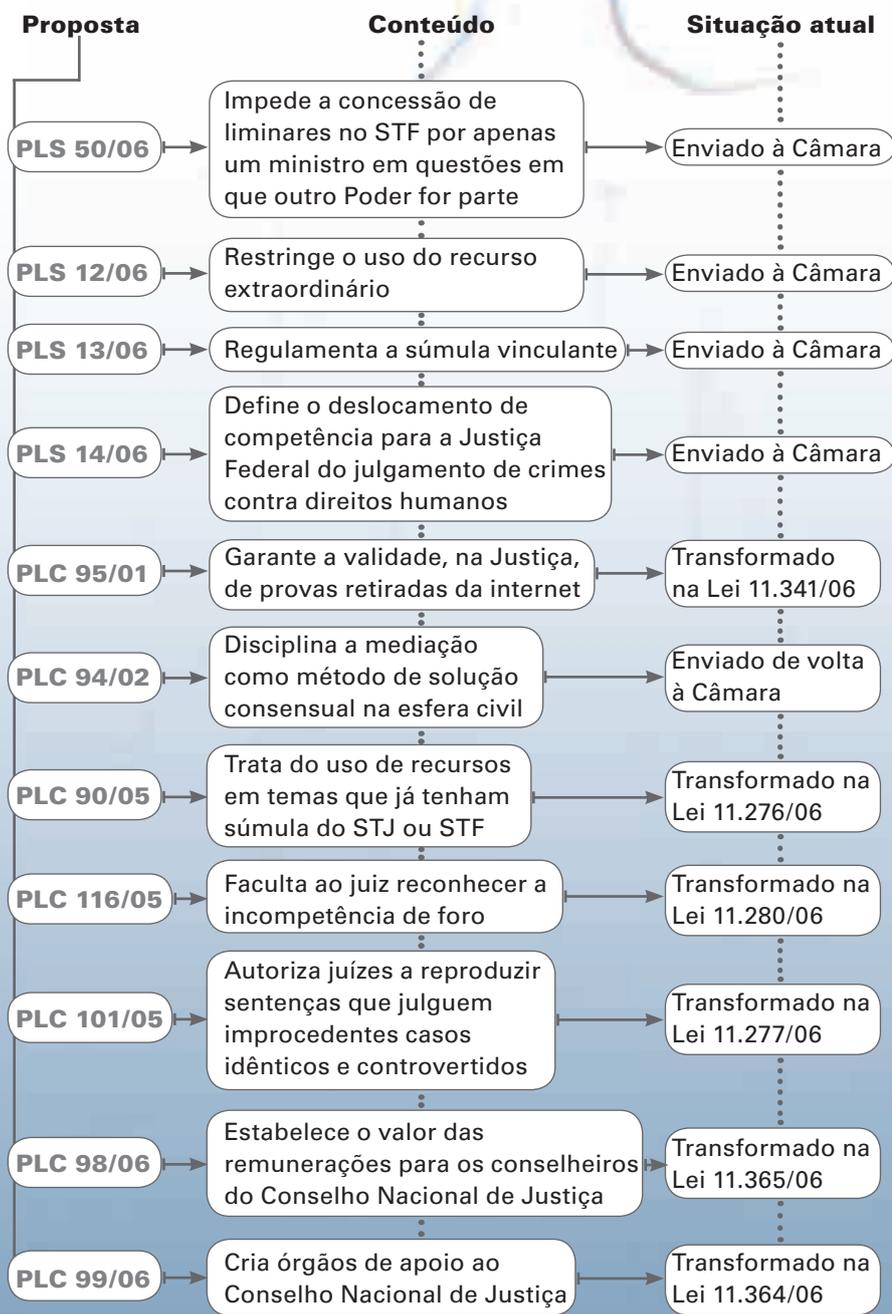
No Senado, duas propostas foram discutidas este ano para assegurar que as decisões do Supremo sejam tomadas com independência política. A PEC 68/05, apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), pode mudar a forma de indicação dos ministros do STF,

Senado busca assegurar a independência dos Poderes

que atualmente é feita exclusivamente pelo presidente da República. A PEC daria aos órgãos de representação da magistratura e do Ministério Público, e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a prerrogativa de indicar, cada um, dois candidatos. Os seis nomes seriam, então, submetidos ao Supremo, que, por voto secreto e maioria absoluta, escolheria um e o encaminharia ao presidente para nomeação.

- Temos assistido à politização exagerada do STF, com o risco que isso traz para a estabilidade das instituições democráticas, para o equilíbrio entre os três Poderes e para a própria legitimidade daquela Corte - argumenta Jefferson.

A proposta foi discutida principalmente por conta da possibilidade, aventada em janeiro, de o ministro da Coordenação Política, Tarso Genro, vir a ser indicado para a vaga do ministro Carlos Veloso, que se aposentara. Na opinião





CÉLIO AZEVEDO

■ CNJ enfrenta primeiros atritos

A instalação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão de controle externo do Judiciário foi saudada como uma das principais contribuições da reforma do Judiciário. E o início de sua atuação não poderia ter sido mais promissor: mesmo em desacordo com boa parte da magistratura, baixou resoluções que proibiram a contratação pelos órgãos do Judiciário de parentes de magistrados até o terceiro grau, extinguíram as férias coletivas em janeiro e julho e definiram regras para a promoção de magistrados por mérito.

Porém, em 2006, o novo órgão teve resoluções contestadas no Supremo. Em uma delas voltou atrás na decisão de pôr fim às férias coletivas, depois de sofrer pressão de diversas instituições de magistrados.

Para justificar a nova resolução (24/06), o CNJ argumentou que a anterior (3/05) não teve efeito na eficiência da Justiça e causou transtornos e aumento de despesas.

A decisão levou o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, a propor ação direta de inconstitucionalidade junto ao STF contra a resolução. Segundo o procurador, ela afronta a Emenda Constitucional 45, a mesma que criou o CNJ e acabou com as férias forenses.

– O uso das funções do CNJ para subverter a opção política tomada avança os limites do órgão a ponto de tornar o comportamento afrontoso à Lei Fundamental – argumentou o procurador-geral da República.

Essa também é a opinião do senador José Jorge. Para ele, com decisões desse tipo, o CNJ está entrando em “um terreno perigoso”. Ele se refere também à possibilidade levantada pelo próprio CNJ de os conselheiros virem a receber remuneração pelos serviços, mesmo que extrapolem, como no caso da maioria de seus membros – entre eles a presidente do CNJ e do STF, mi-

nistra Ellen Gracie –, o teto salarial do serviço público. Para os conselheiros, as atividades no seu órgão de origem e no CNJ são ocupações diferentes.

Essa interpretação vem mesmo depois da promulgação da Lei 11.365 de 2006, no final de outubro, pela qual o conselheiro terá a mesma remuneração dos magistrados dos tribunais superiores. Pela lei, os membros do CNJ, muitos dos quais magistrados, continuariam a receber os seus salários nos órgãos de origem.

Em outra ação do procurador-geral da República, duas resoluções do CNJ foram questionadas, por garantirem indenização em dinheiro por dias de férias não gozadas por magistrados, com adicional de um terço, sem que haja

incidência de Imposto de Renda ou do teto de remuneração do funcionalismo público.

– Eu aconselharia o CNJ, que é uma instituição nova, a não ficar tomando decisões

contrárias à opinião pública. O conselho não deve atuar como o Judiciário. Se fosse assim, não haveria razão para sua existência. Ele tem que fazer coisas diferentes. Caso contrário, sofrerá grande desgaste – afirma o senador, que marcou seu mandato por relatar as matérias mais importantes referentes ao Judiciário.

A ponderação de José Jorge já reacendeu o debate, presente durante os 11 anos de tramitação da PEC, sobre a melhor fórmula para o controle externo da Justiça. Enquanto boa parte dos parlamentares defendia que ele fosse exercido por cidadãos de fora do Judiciário, magistrados pressionaram para que a maioria da composição fosse de membros desse Poder, o que era acusado de corporativismo.

José Jorge lamenta que, no caso das ações movidas pelo procurador-geral da República, o Supremo já esteja atuando como o controle externo do CNJ, quando o contrário deveria ser a regra.

Proposta de Jefferson Péres pode mudar forma de indicação dos ministros do STF

de Demostenes Torres (PFL-GO), relator da PEC na CCJ, a intenção do governo de nomear Genro para o STF poderia politizar as decisões do tribunal.

A vaga de Veloso acabou sendo ocupada pelo desembargador Enrique Ricardo Lewandowski. Durante a discussão de sua indicação no Senado, senadores questionaram a concessão de liminares e *habeas corpus* que dificultaram as investigações de CPIs. Lewandowski ressaltou que essas decisões podem ser revogadas ou revistas.

Restringir esse tipo de liminar é o objetivo de projeto (PLS 50/06) do senador José Jorge (PFL-PE) aprovado em caráter terminativo pela CCJ. A proposta impede a concessão de liminares por apenas um ministro do STF em mandados de segurança contra atos dos Poderes da República. Nesses casos, a liminar que suspende o ato que deu motivo ao recurso será concedida por decisão da maioria dos membros do tribunal. Somente em caso de extrema urgência ou risco de lesão grave, ou em período de recesso, o ministro-relator poderá conceder a liminar, que deverá ser referendada posteriormente pelo Plenário da Corte. A matéria tramita na Câmara em regime de prioridade.

Combate ao nepotismo e regras para promoção de magistrado foram medidas polêmicas



A força do interior

Senadores procuraram estreitar laços com prefeitos e aprovar projetos de interesse dos municípios

Em 2006, as relações entre o Senado e os prefeitos brasileiros estreitaram-se: pelo menos três projetos importantes que beneficiam municípios foram aprovados e, em abril, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da abertura da 9ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios – manifestação em que prefeitos de todo o país apresentaram suas reivindicações ao governo. O principal pedido era o aumento, em um ponto percentual, dos recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A sugestão foi incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC 285/04), conhecida como PEC paralela da reforma tributária, e aprovada pelo Senado em 17 de dezembro de 2003. A matéria, que aguarda exame da Câmara dos De-

putados, amplia os percentuais da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que são destinados ao FPM. Assim, o fundo passaria a receber 23,5% do total da arrecadação do IR e do IPI. Calcula-se que o FPM, que é uma das principais fontes de recursos dos municípios, teria R\$ 1,4 bilhão a mais por ano.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou a importância da aprovação da matéria pela Câmara. Para o senador, uma forma de garantir rapidez na aprovação do aumento dos recursos do fundo seria a separação dessa parte da proposta do resto da PEC, que, a seu ver, ainda dependerá de ampla negociação.

– O que o Senado pôde fazer pelos municípios, fez – assinalou Renan Calheiros.



Prefeitos de todo o país (à esq.) reuniram-se em abril na 9ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Entre as reivindicações estava o aumento nos repasses da União para o Fundo de Participação dos Municípios. Participaram do evento o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, e o prefeito do Recife, João Paulo (acima, de pé); o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro; o presidente do Senado, Renan Calheiros; e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (sentados)

Renan: municípios fazem muito mas recebem pouco

Durante a abertura da 9ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em abril, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que os municípios brasileiros têm muitas obrigações, porém não recebem a necessária contrapartida. Na opinião do senador, tanto a Constituição em vigor como a legislação posterior a ela outorgaram muitas responsabilidades aos municípios, que não têm condições de sustentá-las.

– O Brasil é o único país do mundo em que os municípios são entes federados, e nem por isso, no entanto, foram contemplados em nosso ordenamento jurídico com as contrapartidas necessárias às enormes obrigações a eles outorgadas pela Constituição de 1988 e normas posteriores. Muitas obrigações e poucas contrapartidas causaram um efeito catastrófico. A imensa maioria das prefeituras brasileiras está em situação

financeira caótica – disse Renan.

Na época da marcha, diversos senadores manifestaram-se sobre o assunto no Plenário. Ideli Salvatti (PT-SC) destacou que o governo atendeu às reivindicações dos prefeitos, como a do reajuste do valor da merenda escolar por aluno, que passou de R\$ 0,18 para R\$ 0,22, e a de abertura de linha de crédito no valor de R\$ 1,25 milhão destinada a prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes, para a compra de maquinário.

Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a descentralização dos recursos.

– É no município que a população está e é de lá que ela reivindica água, merenda, saúde, farmácia. Precisamos que as mudanças emergenciais se dêem,

sobretudo, na descentralização dos recursos para os municípios – afirmou.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, lembrou que o “desalento dos prefeitos vem de longe”, desde que a atual Constituição conferiu responsabilidades e deveres às prefeituras, nas áreas de saúde e educação, por exemplo, mas não previu compensação dos recursos necessários.

Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) assinalou que as reivindicações dos prefeitos vão muito além do aumento do Fundo de Participação dos Municípios: eles propõem um “novo modelo de pacto federativo e um novo ordenamento econômico, fiscal, tributário e orçamentário”.

“A maioria das prefeituras brasileiras está em situação financeira caótica”

Facilidade para cobrar

Em 2006, o Senado acatou diversas propostas que beneficiaram municípios brasileiros, das quais podem ser destacadas duas: a que permite às prefeituras, ao Distrito Federal e aos governos estaduais repassarem a bancos cobranças de dívidas ativas consolidadas – o que aumentou o prazo para prefeitos em fim de mandato contratarem créditos – e a emenda constitucional que regularizou a criação de 55 municípios.

Durante a convocação extraordinária em janeiro, o Senado aprovou o substitutivo a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/04), apresentada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição excluindo os municípios criados até o ano 2000 dos efeitos da Emenda Constitucional 15, de 1996.

Essa emenda determina que a criação de novos municípios dependerá de lei estadual, de consulta à população e de estudo de viabilidade municipal, o que prejudicou 55 municípios que já estavam à época com seus processos de emancipação em andamento e que estão até hoje em situação irregular. A PEC autoriza a emancipação desses municípios, desde que cumpram a legislação que vigorava anteriormente.

Em julho, foram aprovados dois projetos de resolução: o 57/03, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que autoriza a cessão aos bancos da dívida ativa consolidada de estados e municípios em troca da antecipação do valor dos créditos, e o 47/06, que concedeu mais 60 dias para a contratação de créditos por estados e municípios.

■ Aumento do FPM

Além das propostas aprovadas, aguarda votação no Senado a PEC 50/05, do senador Osmar Dias (PDT-PR), que destina ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) 10% da arrecadação das contribuições sociais.

A proposta abrange a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a Contribuição Social sobre o Lucro, a Contribuição Social sobre a Receita ou o Faturamento e tributos criados a título de intervenção no domínio econômico, todas hoje destinadas à União. Osmar Dias calcula que a mudança pode reforçar o FPM em mais de R\$ 16 bilhões, levando-se em conta a arrecadação de contribuições sociais em 2005.

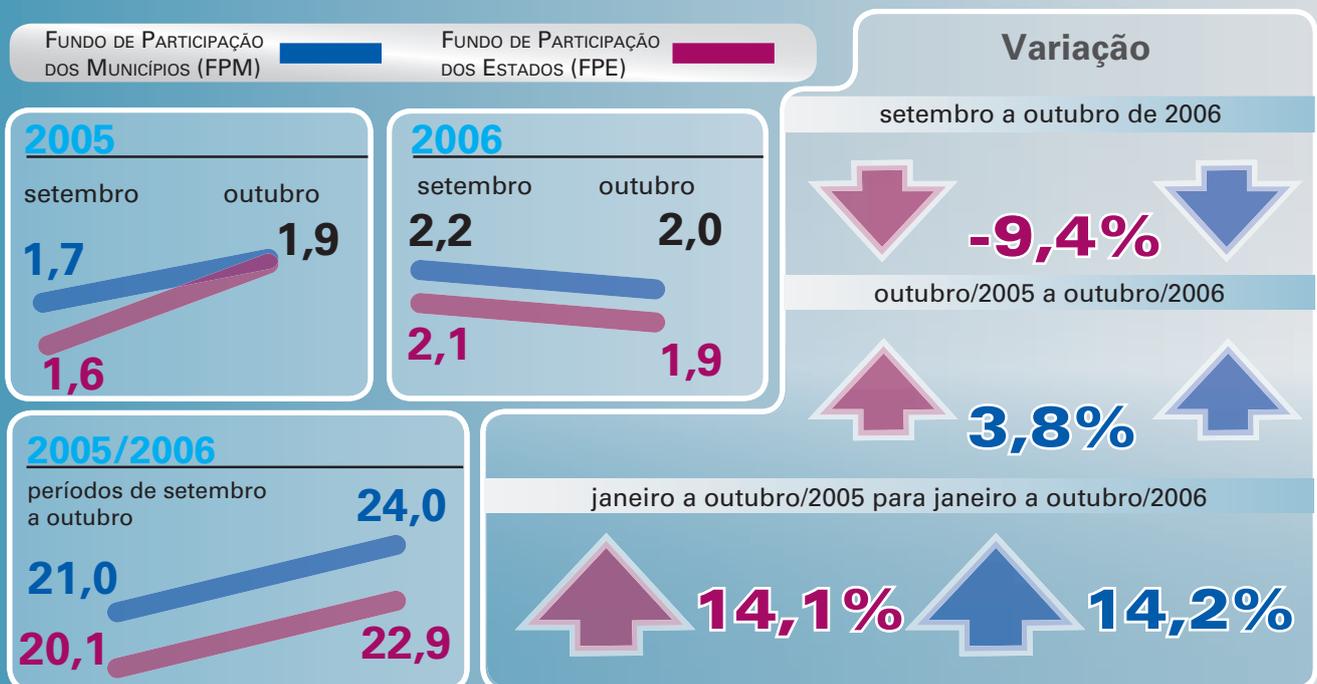


CÉLIO AZEVEDO

Aguarda votação proposta de Osmar Dias que destina ao FPM 10% da arrecadação com contribuições sociais

A fatia de cada um

Veja a evolução nos repasses da União aos estados e municípios (em R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional



Queima de pneus em rodovia: agricultores fazem protesto para reclamar soluções

Ofensiva contra a crise no campo

Projetos aprovados visam amenizar as dificuldades vividas por centenas de milhares de produtores rurais



MÁRCIA KALJINE

Para Alvaro Dias, abandono da agricultura pode causar falta de alimento no futuro

Perdas acumuladas em conjuntura marcada por vários fatores negativos – como a queda da taxa de câmbio, redução do preço internacional das *commodities* e variações climáticas, associadas a dívidas de safras anteriores e aos problemas de logística – fizeram a agropecuária brasileira amargar um dos seus piores períodos no biênio 2005/2006, com perdas de R\$ 30 bilhões, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Esse cenário levou a uma série de debates no Senado e na Câmara e à aprovação de diversos projetos que visam amenizar a difícil situação vivida por centenas de milhares de produtores nacionais.

A CNA aponta redução de 3,84% da renda rural em 2006. O produto interno bruto (PIB) do setor deve cair de

R\$ 153 bilhões, em 2005, para R\$ 147 bilhões, este ano. A crise acabou por tirar Roberto Rodrigues do governo – o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entregou o cargo em meados do ano.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o fato demonstra “descaso do governo com o agronegócio”.

– Esse abandono da agricultura pode significar, no futuro, falta de alimentos na mesa dos brasileiros – adverte Alvaro Dias (PSDB-PR).

Vítima da seca nos últimos cinco anos, o Rio Grande do Sul amargou perdas assustadoras. Segundo Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o prejuízo no campo provocou a migração de muitas famílias para as cidades. “É preciso haver compromisso para que sejam estabelecidos estoques reguladores e

seja feita a compra de excedentes pelo governo, porque hoje o produtor está pagando para trabalhar”, diz.

Principal celeiro agrícola e importante produtor de carne do Brasil, Mato Grosso vive uma situação “extremamente difícil”, afirma a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que alerta para a perda de renda dos produtores causada por fatores como o custo dos transportes e dos fertilizantes.

A pecuária e a suinocultura ainda não se recuperaram por completo dos embargos à carne após o registro dos focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e Paraná, em setembro de 2005. A avicultura foi atingida em cheio pelos casos de gripe aviária na Ásia e Europa. Mesmo sem ocorrência de casos no Brasil, o consumo de frango sofreu grande redução em todo o mundo.



Ana Júlia Carepa durante audiência na CRA, onde a senadora relata projeto que descentraliza a gestão dos programas agrários no âmbito do Pronaf

Proposta dá mais força à agricultura familiar

A agricultura familiar foi fortalecida com a aprovação pelo Senado, no início de julho, do projeto que trata da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A proposta define conceitos da agricultura e do agricultor familiar e prevê a descentralização no desenvolvimento e gestão dos programas agrários.

A relatora da matéria (PLC 32/06) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), destacou que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) precisava ser institucionalizado por uma lei com princípios e diretrizes claros para o setor.

Em maio, cerca de 1,5 mil agricultores se reuniram na Esplanada dos Ministérios para reivindicar crédito rural pelo Pronaf. Para a safra 2006/2007, o governo prevê liberar R\$ 10 bilhões.

Já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, uma outra proposta (PLS 568/99), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), também

visa atender os produtores familiares ao propor a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de tratores com potência entre 30 e 50 cavalos. A proposição aguarda análise da CRA.

R\$ 30 bilhões

é o cálculo da CNA para as perdas da agropecuária em 2005/2006

3,84%

foi o tamanho da queda da renda rural de 2005 para 2006

Sai renegociação de dívidas após muita reclamação

Produtores rurais nordestinos conseguiram, depois de muitas reclamações, ver sancionada a Lei 11.322, que trata da renegociação de dívidas oriundas de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A lei pode atingir cerca de 500 mil pequenos e médios produtores dos nove estados da região, mais parte de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Projeto de Lei da Câmara 142/05, com uma versão mais ampla da renegociação da dívida, foi vetado pelo presidente da República, após aprovação no início do ano.

O governo enviou então ao Congresso a Medida Provisória 285/06, que, modificada na Câmara, acabou aprovada no Senado em junho, como projeto de lei de conversão (PLV 19/06). A lei foi regulamentada no mês de outubro.

Aguarda votação pelo Plenário do Senado o PLS 259/04, do senador Efraim Morais (PFL-PB), que permite a anistia e o alongamento do prazo para quitação das dívidas de empréstimos contraídos por pequenos produtores rurais que tiveram a safra prejudicada por fenômenos climáticos, em municípios que sofreram situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Em setembro, foi remetido à Câmara projeto de lei (PLS 141/99) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que acrescenta ao Código de Processo Civil a impenhorabilidade de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a pessoas físicas ou empresa individual produtora rural.

A exceção é para os casos em que esses bens tenham sido objeto de financiamentos e estejam vinculados em garantias a essas operações ou respondam por dívidas de natureza alimentar ou trabalhista.

CRA assume luta do campo

A severa crise que ronda os campos brasileiros, especialmente nos últimos dois anos, foi bandeira contínua de reivindicações na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Os senadores da bancada ruralista não foram os únicos a apontar os problemas e exigir do governo medidas para recuperar o agronegócio, responsável por cerca de 28% do PIB brasileiro.

No primeiro semestre de 2006, os problemas do setor foram debatidos em audiência pública da comissão, em conjunto com a Comissão de De-

envolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados e a Fundação Getúlio Vargas, e que também reuniu governadores de nove estados, além de secretários estaduais de Agricultura, prefeitos, vereadores e produtores rurais.

Sérgio Guerra diz que autoridades do setor não têm autonomia para tomada de decisões

Para o presidente da comissão, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), as autoridades da área da agricultura não têm autonomia para agir e estão subordinadas à política macroeconômica.

– O Brasil não se volta para as verdadeiras prioridades, que devem ser confirmadas em termos de financiamentos. Não se pode protelar a resolução dos

problemas, para que o mundo rural tenha seu papel valorizado e reconhecido – disse.

Na opinião do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o governo pode

minimizar os problemas do agronegócio se adotar ações como o pagamento dos prêmios do seguro rural, criar o fundo de aval, liberar a importação de defensivos agrícolas genéricos no âmbito do Mercosul e investir na melhoria da infraestrutura de portos e estradas.

Alternativas à lavoura do tabaco

Como estímulo ao crédito rural, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou projeto que estimula produtores de tabaco a substituírem seu plantio por atividades alternativas.

O PLS 341/05, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que foi enviado à Câmara após decisão terminativa na

CRA, determina que o poder público promova incentivos especiais ao proprietário rural que substituir a cultura do tabaco.

Segundo Zambiasi, apesar de o Brasil ter assinado a Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco, ainda não havia legislação que protegesse os agricultores do setor.

Falha no controle da aftosa resultou em embargos

As falhas no controle sanitário animal cometidas por governos e produtores motivaram o ressurgimento de focos de febre aftosa no Brasil em 2005, o que resultou em embargo total ou parcial da compra da carne brasileira por pelo menos 52 países. Mais de um ano depois, cerca de 30 ainda não voltaram a comercializar o produto brasileiro.

Apesar de não terem sido registrados casos de suínos com aftosa no país, o problema com a carne bovina atingiu em cheio o mercado dos suinocultores. Grande compradora, a Rússia não fez distinção de áreas ao embargar por completo a carne brasileira em dezembro daquele ano.

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) se diz preocupado com missões estrangeiras que estiveram no país, avaliando as condições do controle sanitário animal.

Para Jonas Pinheiro (PFL-MT), quando o agricultor familiar não puder vacinar seu rebanho, a vacinação deve ser patrocinada pelos governos federal, estadual e municipal, e sindicatos.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirma que “é preciso punir aqueles que deixarem de executar políticas tão importantes como as de defesa sanitária animal e vegetal”.

Alíquota zero para ração e sal mineral e supressão na cadeia da carne do PIS e da Cofins são, segundo Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), propostas viáveis para que a pecuária brasileira saia da atual crise em que se encontra, considerada por ele como uma das mais graves.

Plantação de tabaco no Vale do Rio Pardo gaúcho: projeto incentiva produtor a substituir cultura e se adequar a acordo internacional



ANA VOLPE



USDA/MINISTERIO DA AGRICULTURA DOS EUA



MARCIA KALUWE

Senado aprovou projeto do senador Juvêncio da Fonseca (*acima*) que proíbe planos de saúde de exigirem testes genéticos para detecção de doenças (*no alto*). A defesa dos direitos dos consumidores (*ao lado*) foi tema recorrente em várias comissões e no Plenário

Mudanças nas regras de funcionamento dos planos de saúde e dos consórcios foram aprovadas pelo Senado

Cidadão mais protegido

O Senado Federal aprovou ao longo de 2006 várias matérias voltadas aos direitos e à defesa dos consumidores. Uma das mais importantes, que agora tramita na Câmara dos Deputados, proíbe as empresas de planos privados de assistência à saúde de exigirem a realização de teste genético para detecção prévia de doenças como condição para a contratação do plano (PLS 231/00). De acordo com o autor da proposta, senador Juvêncio da

Fonseca (PSDB-MS), a detecção prévia de doenças deve ser realizada apenas como uma necessidade médica e não como instrumento discriminatório com o objetivo de reduzir os custos para entidades de seguros e assistência à saúde.

Os assuntos ligados aos direitos do consumidor são tratados desde 2005 pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Jereissati, Heráclito e Tebet (3º, 4º e 5º à esq.) discutem crise da Varig em audiência com representantes dos trabalhadores, empresários do setor e direção da Anac e da Infraero

■ Consórcios

Outra importante conquista para o consumidor foi a aprovação do projeto que regulamenta o sistema de consórcios no Brasil (PLS 533/03). O substitutivo de Gerson Camata (PMDB-ES) à proposta de Aelton Freitas (PL-MG) regula as operações dessa atividade econômica e preserva os interesses dos consorciados que cumpriram integralmente seus compromissos contratuais.

Embora os consórcios funcionem no

Brasil há mais de 40 anos, com investimentos médios anuais de cerca de R\$ 15 bilhões (dados de 2004), ainda não existe no país uma lei específica para regular direitos e deveres das partes envolvidas. Pela proposta aprovada, que atualmente está sendo analisada por uma comissão especial na Câmara dos Deputados, somente poderão ser cobrados valores e taxas expressamente previstos no contrato de adesão.

■ Acompanhantes em UTI

Proposta aprovada no Senado, em análise na Câmara, exige dos planos de saúde a cobertura das despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internadas em unidades de terapia intensiva – uma reivindicação antiga dos consumidores brasileiros.

Segundo o autor do projeto (PLS 174/00), senador Luiz Pontes (PSDB-CE), a medida é necessária, pois os planos e seguros privados de assistência à saúde, inclusive os hospitais privados, dificultam a permanência de acompanhantes alegando que ela não é necessária.

■ Crise da Varig

O Senado também se mobilizou em 2006 para discutir a crise da Varig e encontrar soluções para evitar a falência da companhia aérea. O tema mereceu tanto destaque que quatro comissões – de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS), de Assuntos

Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) – reuniram-se em audiências públicas com representantes de segmentos da sociedade para discutir o problema e tentar viabilizar formas de quitar as dívidas da empresa no Brasil e no exterior.

■ Produtos defeituosos

O consumidor que adquirir produtos defeituosos ou não ficar satisfeito com o serviço prestado poderá ter maior prazo para registrar a reclamação e exigir reparos, conforme projeto da Câmara (PLC 314/05) aprovado no Senado. A proposta estende de 30 para 60 dias o prazo de reclamação no caso de produ-

tos não-duráveis. Já para os duráveis, o período passa de 90 para 180 dias.

De autoria do deputado Celso Russomano (PP-SP), o projeto muda o Código de Defesa do Consumidor para estabelecer o reinício da contagem do tempo para novas reclamações a partir da data em que o problema for solucionado.

■ Propostas

Entre outras propostas em tramitação no Senado, uma obriga os estabelecimentos que manuseiam produtos comestíveis a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados (PLS 398/05), de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Na forma de substitutivo do senador Aelton Freitas (PL-MG), outro projeto dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem esse serviço por telefone, internet ou outro meio similar (PLC 114/05).

Também em análise na Casa se encontra proposta que obriga as concessionárias de serviços públicos a oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos (PLC 104/05).

Projetos aprovados

PLS 231/00

Proíbe as empresas de planos privados de assistência à saúde de exigirem a realização de teste genético para detecção prévia de doenças como condição para a contratação do plano.

PLS 533/03

Regulamenta o sistema de consórcios no Brasil e preserva os interesses do grupo de consorciados que cumprem seus compromissos contratuais.

PLC 314/05

Estende de 30 para 60 dias o prazo máximo para registro de reclamação no caso de serviços e produtos não-duráveis, e de 90 para 180 dias quando se tratar de produtos duráveis.

PLS 174/00

Exige dos planos de saúde cobertura das despesas de acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças internadas em unidades de terapia intensiva (UTIs) ou similar.



Estudantes se manifestam no Congresso: o Fundeb terá recursos financeiros destinados aos ensinos infantil, médio e fundamental

Aprovado com **louvor**

O Fundeb, aprovado no Congresso, promete financiar um aumento de 31 milhões para 48 milhões no número de alunos matriculados no ensino básico

O ano de 2006 foi marcado no Senado pela aprovação de propostas que deverão promover mudanças significativas no sistema educacional brasileiro. Uma das votações mais aguardadas pela sociedade, a do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) à proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ocorreu em julho, em Plenário, num esforço concentrado. O texto do senador José Jorge (PFL-PE) foi aprovado pela Câmara no início de dezembro.

A expectativa é que o Fundeb amplie de 31 para 48 milhões o número de

crianças atendidas pela educação básica, aumente substancialmente o volume de recursos para financiar o ensino básico e reforce a responsabilidade e a participação da União nesse tópico.

– É certo que o financiamento não é suficiente para resolver os problemas da educação brasileira, mas é uma condição necessária. A instituição do Fundeb representará um passo inicial, mas é preciso lembrar que o fundo não se constitui em programas para a educação e sim em um instrumento financeiro para implementá-los – observou José Jorge.

O novo fundo irá substituir o atual Fundef, aprovado em 1996 e vigente desde 1998. A principal diferença entre os fundos é que, enquanto o primeiro

se destina unicamente ao ensino fundamental (antigo 1º grau), o Fundeb estenderá seus recursos para todo o ensino básico, que inclui, entre outros, a educação infantil e o ensino médio (antigo 2º grau).

A partir da promulgação dessa emenda constitucional, será criado, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, com vigência para os próximos 14 anos, um fundo contábil composto por 20% da arrecadação de uma cesta de impostos e transferências constitucionais e por uma parcela de complementação da União.

Outra inovação implementada pela PEC que instituiu o Fundeb coloca em nível constitucional a valorização do trabalho dos educadores da rede pública,



Com o apoio do senador Cristovam Buarque (*acima*), o Senado aprovou projeto de lei que amplia de oito para nove anos a duração do ensino fundamental e obriga a matrícula das crianças a partir dos seis anos



ao garantir a implantação de planos de carreira e de um piso salarial nacional para os educadores que ingressarem na carreira por concurso público, a ser fixado em projeto de lei específico. No mínimo 60% dos recursos do Fundeb serão destinados ao pagamento dos profissionais do magistério básico.

Também relatado por José Jorge, foi aprovado em janeiro projeto de lei da Câmara (PLC 144/05) que amplia de oito para nove anos a duração do ensino fundamental. A matéria, convertida na Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, torna obrigatória a matrícula das crianças na escola a partir dos seis

anos de idade.

O relator destacou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96) já fixa em seis anos a idade para o início do ensino fundamental, mas não torna obrigatória a duração de nove anos. Por isso, a seu ver, a proposição tinha o mérito de ajustar o texto da lei ao desejo de aumentar o ciclo fundamental. A nova lei prevê que a ampliação deverá ser efetivada por municípios, estados e Distrito Federal até 2010.

Entre as propostas aprovadas terminativamente (sem a necessidade de deliberação em Plenário) na própria

Comissão de Educação (CE) no ano que passou, duas merecem destaque: a que prevê jornada de tempo integral para o ensino fundamental (PLS 234/06), do senador Marcos Guerra (PSDB-ES), e a que autoriza o Executivo a instituir piso salarial nacional para os educadores públicos (PLS 59/04), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). As duas matérias ainda precisam ser apreciadas na Câmara.

Projetos com aval da Comissão de Educação

PLS 6/06

Determina a universalização do ensino médio gratuito como dever do Estado. Do senador Cristovam Buarque

PLS 60/04

De Cristovam Buarque, autoriza a criação da Poupança Escola do Fundo de Investimento na Educação Básica

PLS 3/06

Também do senador Cristovam, garante vaga em escola pública à criança que completar quatro anos

PLS 31/06

Determina a impressão do Hino Nacional na contracapa de cadernos e livros didáticos. Do senador Gerson Camata

PLS 1/04

Do senador Paulo Paim, reserva 15% das vagas em universidades particulares para aluno carente

PROPOSTAS EM DEBATE

PLC 40/05

Do ex-deputado Wilson Santos, proíbe a cobrança de taxas em universidades oficiais

PLS 274/03

Do senador Paulo Paim, cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissionalizante e Qualificação do Trabalhador (Fundep). O projeto recebeu da Comissão de Educação caráter autorizativo (cabe ao Executivo a última palavra sobre a reserva de recursos) e aguarda parecer

Complementação da União aos Fundeb's estaduais e do Distrito Federal:



Obs.: O contingenciamento desses recursos será enquadrado como crime de responsabilidade da autoridade competente



JANE ARAÚJO



JOSÉ CRUZ



NÉLIO LIMA/UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA

A prevenção à gripe aviária foi tema de vários debates no Senado, como o promovido pela Comissão de Direitos Humanos (*acima*) sob a coordenação de Paulo Paim (C). Uma das propostas aprovadas pela Casa foi a que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar

Qualidade para a alimentação

Tanto na área de prevenção quanto na de assistência, a saúde dos cidadãos recebeu grande atenção do Senado

A saúde da população brasileira, tanto na área da prevenção como da assistência, recebeu grande atenção do Senado em 2006. Foram aprovados projetos relevantes, como o que garante acesso a tratamento gratuito para diabéticos e o que obriga os planos de saúde a pagarem os custos com transplantes.

O Projeto de Lei da Câmara 81/06 também foi significativo no sentido de melhorar a qualidade da comida que chega à mesa do brasileiro. De iniciativa da Presidência da República, a proposta

cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com o objetivo de “assegurar o direito humano à alimentação adequada”.

O Sisan é um conjunto de políticas, planos, programas e ações que deverão envolver o poder público e a sociedade civil. A adoção dessas políticas, de acordo com o projeto, levará em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. Os critérios que vão reger o Sisan serão definidos pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

■ Diabéticos e transplantados

Os portadores de diabetes – 10 milhões, segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes – e as pessoas que dependem de transplantes também foram beneficiados. Projeto de lei (PLS 597/99) do ex-senador José Eduardo Dutra (PT-SE) determinou a distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento e do material necessário a sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos pacientes inscritos em programas de educação para diabéticos. O Brasil está entre os dez países com o maior número de casos da doença.

Já em relação aos transplantados, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que coloca entre as exigências mínimas a serem atendidas pelos planos de saúde a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplantes em segurados (PLS 75/02). A matéria seguiu

para a Câmara dos Deputados.

O Plenário aprovou ainda projeto de lei da Câmara que exige licenciamento para empresas que produzam ou comercializem insumos, equipamentos, material ou maquinaria destinados à fabricação, ao armazenamento, à embalagem e ao controle de qualidade de medicamentos de uso humano ou veterinário, e de material de uso odontológico ou para fins de diagnóstico (PLC 18/03.)

De acordo com a matéria, esse licenciamento deverá ser anual e realizado junto às secretarias estaduais de Saúde. Essas informações deverão compor um cadastro nacional de licenças, sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que conterà a identificação do estabelecimento, sua área de atuação e o período de vigência do licenciamento.

■ Câncer

Outro ganho da área de saúde foi a aprovação de emenda constitucional que permitirá emprego mais variado de tecnologias de medicina nuclear. A EC 49 quebra o monopólio da União sobre a produção, compra e utilização de radioisótopos para uso médico, agrícola e industrial, desde que sob fiscalização e com autorização do governo. Isso tornará possível que sejam detectadas, em estágio inicial, doenças inflamatórias, metabólicas e infecciosas, câncer e problemas cardíacos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que a medida permite maior acesso da população a exames que diminuem a margem de erro no diagnóstico de tumores cancerígenos, e que, em transplantes cardíacos, o exame com esse radioisótopo substitui a maioria das biópsias necessárias na evolução pós-cirúrgica.

■ Gripe aviária

O temor de que a gripe aviária pudesse chegar ao Brasil levou o Senado a realizar audiências públicas com especialistas para debater o tema. Foram discutidas medidas adotadas pelo governo para evitar – e eventualmente tratar – a doença, além das repercussões econômicas do temor à epidemia, uma vez que o consumo de aves para alimentação diminuiu.

A gripe aviária é causada por uma variante do vírus da influenza – o mesmo da gripe comum – que se hospeda em aves, mas pode infectar mamíferos. Os primeiros casos foram registrados em 2003 na China e no Vietnã, e em seguida a doença espalhou-se por outros países asiáticos, chegando à Europa e ao Oriente Médio.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), de 2003 até outubro deste ano, 256 pessoas no mundo contraíram o vírus, das quais 152 morreram – a maioria crianças. A organização tem buscado aumentar o estoque global de vacinas.

Em uma das audiências, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa Júnior, afirmou que o Brasil, apesar de não ter ainda detectado nenhum caso da gripe, será o primeiro país em desenvolvimento a ter uma fábrica de vacina contra a doença. Desde abril, informou o secretário, o Instituto Butantã, com recursos do Ministério da Saúde, começou a fabricar as primeiras doses de uma vacina contra a doença.

Segundo ele, o Brasil já tomou todas as medidas necessárias para enfrentar a ameaça, da mesma forma que países ricos como os Estados Unidos e o Canadá. Jarbas Barbosa destacou que o medo da transmissão da doença pelo consumo de carne de frango é infundado, uma vez que a carne cozida não representa riscos.

Trabalhadores do setor de produção de frango cobraram do governo, além

de medidas consistentes para prevenção da doença, ações de *marketing* para estimular o consumo do produto com o objetivo de minimizar a crise decorrente da retração das vendas do frango brasileiro no mercado internacional, verificada após a eclosão da virose em países orientais e europeus.

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango, Ricardo Gonçalves, afirmou que, no auge da crise, as exportações brasileiras de aves para alimentação caíram

cerca de 20%. Ele informou que cerca de 3 milhões de pessoas estão envolvidas na produção, no processamento e na comercialização de frango no Brasil. Em 2005, segundo o empresário, o setor de exportação de frangos gerou US\$ 3,5 bilhões de divisas: foram exportados 2,8 milhões de toneladas para 140 países.

Audiências discutiram medidas para evitar a chegada da doença ao Brasil, ou para tratá-la

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Renan (D) e Suplicy recebem convidados na Semana de Valorização do Deficiente; Azeredo e Botelho debatem em comissão específica

Apoio ao diferente

Senado inova ao abordar a necessidade de inclusão social das pessoas com deficiência. Instituição quer o pioneirismo no atendimento das exigências legais

Com a realização da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, no final de novembro, o Senado conseguiu consolidar o seu objetivo de ser uma das instituições brasileiras que mais atenção dispensam aos problemas e questões da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência.

A 2ª Semana foi uma promoção do Senado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a organização não-governamental (ONG) Força do Bem com o objetivo de despertar os vários segmentos da sociedade brasileira para a necessidade de ações que possibilitem o direito dos deficientes de participarem, em condições de igualdade, das oportunidades de trabalho, saúde, educação e lazer.

Outro evento de destaque nessa área foi a exposição fotográfica *Imagens da Inclusão*, promovida em junho: em 18 painéis, fotos mostravam pessoas em

situações de superação dos diversos tipos de deficiência – física, auditiva, visual, mental e motora.

Em março, o presidente Renan Calheiros demonstrou seu otimismo com o esforço do Senado para se tornar uma entidade pioneira no atendimento às exigências tanto da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Lei 7.853/89), quanto da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), que estabelecem normas para atendimento aos deficientes. Na ocasião, o presidente do Senado disse que as lideranças partidárias estavam empenhadas na aprovação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS 06/03), ainda em tramitação.

Criada em dezembro de 2005, a Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado lançou em março de 2006 o Programa de Valorização da

Pessoa com Deficiência e a campanha “Com as Nossas Diferenças, Somos Todos Iguais”, que já indicavam, no início deste ano, que a Casa estaria com os olhos voltados para a sensibilização da sociedade acerca da importância de garantir acessibilidade e inclusão para os mais de 24 milhões de deficientes físicos brasileiros, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste ano, entre as medidas em prol dos servidores (mais de 50) e visitantes do Senado com deficiências físicas

estão obras em sanitários, instalação de elevadores e rampas, rebaixamento de meios-fios e telefones públicos. A Casa também adquiriu quatro triciclos motorizados a bateria para facilitar o deslocamento de visitantes com dificuldades de locomoção. Na Biblioteca do Senado foi criada uma audioteca, e

Garantir acessibilidade aos mais de 24 milhões de deficientes físicos brasileiros é o desafio

equipamentos de impressão em braile foram adquiridos pela Gráfica do Senado. Sem esquecer a criação do programa *Inclusão*, na TV Senado.

O site do Senado na internet foi adaptado para favorecer a navegação de deficientes visuais e auditivos. Desde agosto, o portal ganhou um tradutor para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Selecionando com o mouse qualquer parte do texto das páginas do portal e clicando no ícone com uma palma de mão desenhada (no canto superior direito das páginas), os internautas deficientes auditivos podem ver o conteúdo das matérias traduzido para a Libras por intermédio de um simpático desenho animado. Além do português, a Libras é a única outra língua oficial do Brasil, isso porque um terço dos deficientes auditivos brasileiros (por volta de dois milhões de pessoas) não é alfabetizado em português e entende apenas a linguagem dos sinais, considerada o meio de comunicação oficial dos surdos brasileiros.

Muitas das melhorias feitas no Senado foram possíveis a partir do trabalho tanto da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência quanto da Comissão de Acessibilidade do Senado. Um dos desafios para a Casa no próximo ano é tornar o Plenário um ambiente totalmente acessível aos deficientes.

A Subcomissão Permanente de As-

suntos Sociais das Pessoas com Deficiência (da Comissão de Assuntos Sociais) debateu, durante o ano, várias questões relativas ao tema. Audiências públicas discutiram a Lei de Cotas, diferenças salariais, emprego e renda, mercado de trabalho, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, educação inclusiva e inclusão socioeconômica. Durante uma dessas audiências, especialistas em inclusão social revelaram que o sistema legal de cotas oferece atualmente cerca de 518 mil vagas no mercado de trabalho para pessoas com deficiência em funções de maior qualificação (escolaridade mínima de oito anos), mas apenas 228 mil pessoas têm qualificação adequada para ocupar esses postos.

Em junho, a subcomissão analisou mais detidamente dados do IBGE informando existir no Brasil 24,5 milhões de pessoas com deficiência, das quais 9 milhões em idade própria para o trabalho, mas apenas 1 milhão delas em atividade (11%). Os dados mostraram que é baixo o nível de escolaridade entre as pessoas com deficiência: apenas 1,55% têm mais de 12 anos de estudos. Uma faixa de 78,7% limita-se a sete anos de estudos. Entretanto, os dados mostraram que houve avanços desde a

introdução do sistema de cotas nas empresas com mais de cem empregados. De 2001 a 2005, o número de pessoas com deficiência formalmente empregadas por esse sistema evoluiu de 601 para 35.782. O total de empresas que cumprem as cotas, por sua vez, passou de 12 para 4.004.

Sessão especial do Senado homenageou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo tema escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2006, "Levanta-te e Vem para o Meio", destinada a ressaltar a necessidade de inclusão das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e destacar a necessidade da luta contra os preconceitos e discriminações que as atingem.

Outra sessão especial foi realizada em Plenário no início de agosto em homenagem ao 12º Congresso Internacional de Equoterapia, sediado pela primeira vez no Brasil, em Brasília. A equoterapia, conforme ressaltaram alguns senadores na ocasião, é uma técnica de apoio à pessoa com deficiência, bem como um método de reabilitação, educação e reeducação capaz de proporcionar o desenvolvimento biopsicossocial, por meio do vínculo de afeto entre o ser humano e o animal.

Apenas 228 mil dos 518 mil empregos para pessoas com deficiência são preenchidos

FOTOS: GERALDO MAGELA



Verônica Calheiros mostra uma das obras da exposição *Imagens da Inclusão*: durante o evento, crianças participaram de oficina

Infância com proteção

Senado aprova propostas que ampliam combate ao trabalho infantil. Envolvimento de menores com tráfico de drogas e prostituição é debatido em audiências

MÁRCIA KALUWE



J. FREITAS



ELZA FLUZA / ABR

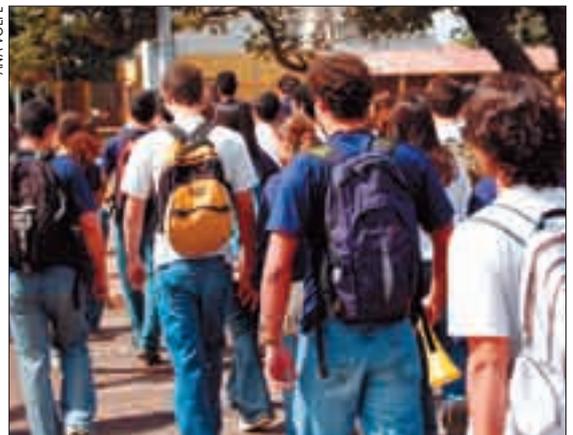


Em 2006 o Senado aprovou e enviou à Câmara dos Deputados dois projetos de lei que beneficiam crianças e adolescentes. O primeiro, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), sugere penas mais rigorosas para quem empregar menores de 16 anos. O outro, da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), visa deduzir do Imposto de Renda, no momento do ajuste, doações feitas aos fundos em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Estão sendo analisadas na Casa propostas para criar a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF); para destinar os valores adquiridos ilegalmente por agentes públicos e recuperados pelo poder público ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE); e para ampliar a oferta de estágio a estudantes, apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ao longo do ano, além da apresentação de um documentário, ocorreram várias audiências públicas para debater assunto.

As multas que incidem sobre quem utilizar trabalho infantil, como o flagrado nas ruas de Brasília (abaixo, à esquerda), poderão ter o valor aumentado, segundo projeto d Lúcia Vânia (ao lado, com alunos de escolas do Distrito Federal) aprovado no Senado. Os parlamentares também examinam proposta de Patrícia Saboya (acima) para criar o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente a fim de garantir políticas públicas voltadas aos jovens

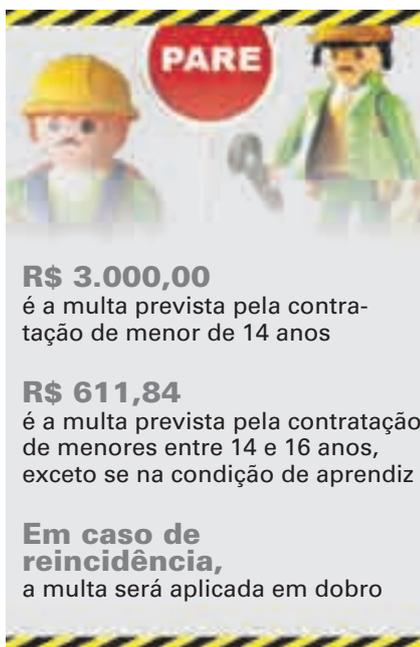
ANA VOLPE



■ Trabalho infantil

Pelo projeto da senadora Lúcia Vânia (PLS 343/05), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é mudada para atualizar o valor das multas aplicadas a quem empregar menores de 16 anos. No caso da utilização de mão-de-obra de crianças até 14 anos, a multa seria de R\$ 3 mil por menor contratado. Em relação a menores entre 14 e 16 anos, a multa é de R\$ 611,84 por menor contratado em desacordo com a lei, já que a legislação permite trabalho nessa faixa etária apenas na condição de aprendiz. Em caso de reincidência, as multas seriam aplicadas em dobro.

Os recursos arrecadados com as penalidades, de acordo com o projeto, serão destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.



R\$ 3.000,00
é a multa prevista pela contratação de menor de 14 anos

R\$ 611,84
é a multa prevista pela contratação de menores entre 14 e 16 anos, exceto se na condição de aprendiz

Em caso de reincidência,
a multa será aplicada em dobro

■ Agência nacional

A Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, cuja criação foi proposta (PLS 50/05) pelo senador Cristovam Buarque, tem o objetivo de estimular e executar, diretamente ou por convênios, as políticas formuladas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Já analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, está agora na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde receberá decisão terminativa. Pelo projeto, a agência, vinculada à Presidência da República, será responsável ainda pela coordenação e elaboração da proposta orçamentária referente aos recursos destinados ao desenvolvimento de políticas de atendimento desse segmento da população brasileira.

■ Doações

Com o objetivo de facilitar doações a fundos de direitos da criança e do adolescente, o projeto da deputada Ângela Guadagnin (PLC 51/04) estabelece que doações de pessoas jurídicas poderão ser deduzidas integralmente até o limite de 1% do Imposto de Renda devido pela empresa, tributado com base no lucro real, presumido ou arbitrado. O valor doado não reduz outros benefícios ou deduções, poderá ser deduzido dos pagamentos mensais do imposto calculado por estimativa, mas não será computado como despesa operacional na apuração do lucro real. Já as pessoas físicas poderão abater até 6% do Imposto de

Renda devido.

Em exame na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, a proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e prevê ainda que as doações podem ser feitas por meio de bens ou em espécie.

Outro projeto (PLS 393/05), apresentado pela senadora Patrícia Saboya, sugere que valores obtidos ilicitamente por agentes públicos e recuperados por integrantes da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União sejam destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

■ Estágio para menor carente

Proposto pelo senador Romeu Tuma, o PLS 161/04 cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente. O matéria determina que seja instituído um programa de estágio para estudantes entre 14 e 18 anos, com renda familiar mensal de até dois salários mínimos e que freqüentemente a escola, com aproveitamento satisfatório nos estudos. Órgãos da administração pública federal, autarquias e fundações poderão admitir estagiários até o limite de 10% do total de cargos ou empregos existentes em seus quadros. O projeto está na Comissão de Educação (CE) e também será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

■ Debates

Tráfico de drogas e prostituição de crianças e adolescentes foram temas debatidos em audiências públicas em 2006. O músico Alex Pereira – conhecido como MV Bill –, diretor do vídeo *Falcão, os meninos do tráfico*, falou em abril sobre a situação dos menores envolvidos com tráfico de drogas.

No mesmo mês, a coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, senadora Patrícia Saboya, presidiu o lançamento de um manual sobre problemas desse segmento da população. O documento, uma parceria com a organização não-governamental Save the Children, visa orientar assembléias legislativas e câmaras municipais na defesa dos direitos dos menores.

Basta de impunidade

Congresso demonstra preocupação em coibir a violência doméstica ao aprovar a Lei Maria da Penha, que pune crimes contra as mulheres

O Congresso mostrou sua disposição de impedir que se prolongue “o silêncio, a amargura e o sofrimento de milhares de vítimas da covardia e da impunidade”. Assim a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora do projeto que resultou na lei que visa punir a violência doméstica e familiar contra a mulher, analisou a decisão do Congresso de aprovar a matéria.

A Lei 11.340/06, sancionada pelo presidente Lula no dia 7 de agosto, e em vigor desde 22 de setembro, ficou conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à cearense que sofreu duas tentativas de assassinato por parte do marido, Marco Antônio Herredia, em 1983. A primeira tentativa, por arma de fogo, deixou-a paraplégica; a segunda foi por eletrocussão e afogamento. Denunciado pelo Ministério Público em 1984, Herredia só foi preso em 2002, cumpriu dois anos e está em liberdade. O caso chegou à Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, denúncia de crime de violência doméstica. Hoje Maria da Penha é coordenadora de Estudos e Pesquisas da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência no seu estado.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que presidiu a Comissão Temporária do Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha, encerrada em março de 2006, e preside o Conselho do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, salientou que em Pernambuco, até a primeira quinzena de novembro, 270 mulheres foram mortas vítimas de violência doméstica, realidade semelhante a outros estados.

Jandira Feghali, Lúcia Vânia, Renan Calheiros, Serys Slhessarenko e Romero Jucá (acima) durante evento da Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana; Heloísa Helena, Ana Júlia e Sibá Machado e mulheres indígenas na comemoração do Dia da Mulher (ao lado, à esq.); e Maria da Penha (ao lado), que deu o nome à lei de proteção à mulher



GERALDO MAGELA



J. FREITAS



DOMINGOS TADEU/PR

Na avaliação da senadora, nas três frentes das mulheres para conquistar espaço – no trabalho, na política e na família –, o maior problema está no âmbito familiar. Ela ressaltou que a violência no âmbito doméstico tende a se perpetuar, uma vez que o menino que testemunha a agressão à mulher, e sua atitude de submissão, cresce acreditando que “em mulher se pode bater”.

Serys destacou o fato de a lei ter sido discutida amplamente com diversos setores da sociedade até que se chegasse a um texto de qualidade.

– Seu grande mérito está em que o agressor recebe, de fato, uma punição. Ele vai pensar duas vezes antes de bater na mulher porque, agora, isso dá cadeia – afirmou a senadora.

■ Ano da Mulher

Debates, videoconferências e outras atividades envolvendo entidades governamentais e não-governamentais marcaram o Ano da Mulher Latino-Americana e Caribenha, encerrado em março. Serys Shlessarenko, presidente da comissão temporária do evento, destacou a produção de uma cartilha sobre direitos da mulher – *Perguntas e respostas para um Brasil do século 21* – entregue aos senadores para distribuição em seus estados. Embora dizendo acreditar que os senadores estão hoje mais sensíveis às questões femininas, Serys cobrou deles ações concretas no combate à violência contra a mulher.

Graças à atuação da comissão, foi possível, segundo a senadora, ampliar a discussão de temas de interesse da mulher na América Latina. Ocorreram encontros no Panamá, Venezuela, Argentina e Chile, onde estiveram presentes a atual presidente do país, Michelle Bachelet, e a escritora Isabel Allende.

Em 30 de novembro, sessão solene do Congresso registrou a passagem do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher e celebrou a campanha “Dezesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”.

■ Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Em março de 2006 foi realizada a quinta edição do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, criado pelo Senado para homenagear, anualmente, cinco cidadãs brasileiras que tenham contribuído de maneira relevante para a defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero no país.

Para a sexta edição do prêmio, a Mesa do Senado recebeu 49 inscrições de candidatas ao diploma de mulher-cidadã, todas indicadas por entidades governamentais ou não-governamentais, de âmbito nacional, que desenvolvem atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher. A escolha das cinco candidatas a serem agraciadas com o diploma caberá ao Conselho do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que é integrado por um representante de cada partido político com assento no Senado.

Em 2005, o diploma foi entregue a Elizabeth Altino Teixeira, sobrevivente das Ligas Camponesas na Paraíba; Geraldina Pereira de Oliveira, trabalhadora rural; Rosmary Corrêa, advogada e deputada estadual de São Paulo; Jupyra Barbosa Ghedini, funcionária pública federal; e Yawanawa Raimunda Putani, pajé indígena.

O Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi instituído pela Resolução 2/01 do Senado e é conferido em sessão plenária a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

Serys afirmou que, ao reconhecer publicamente a luta das mulheres pela igualdade, o Senado, mais do que lhes prestar uma homenagem, estimula sua caminhada em busca de direitos, justiça social e democracia.

Principais benefícios aprovados

■ **Licença-maternidade à/ao adotante** – Em janeiro, o Senado aprovou, em segundo turno, emenda constitucional (PEC 31/00) que garante às mães e pais de crianças adotadas os mesmos direitos de licença já concedida aos pais biológicos. São 120 dias para a mãe-adotante e cinco dias para o pai. Serys Shlessarenko, relatora da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pede aos deputados empenho na sua aprovação, uma vez que a matéria foi consenso entre os senadores.

■ **Aposentadoria à dona-de-casa** – Outro projeto aprovado em março beneficia donas-de-casa de baixa renda com aposentadoria especial (PLS 318/05). Trata-se da regulamentação do sistema especial de inclusão previdenciária previsto pela Emenda Constitucional 47/05, conhecida como PEC Paralela. A proposta, de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), garante à dona-de-casa sem renda

própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico benefício equivalente a um salário mínimo e alíquota de 11% de contribuição para a Previdência Social. Atualmente, essa é uma categoria de cidadãos sem cobertura a riscos sociais como invalidez, doença e morte, que irá demandar o Sistema de Assistência Social da Seguridade Social na velhice. Se aprovado o projeto, esses cidadãos irão contribuir, pelo menos, com parcela mínima para a Previdência.

■ **Benefícios à mulher grávida** – O PLS 62/04, de autoria de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), permite à mulher grávida recorrer à Justiça para obter ajuda financeira do suposto pai, desde a concepção, e não mais somente após o nascimento do filho. O objetivo é possibilitar à gestante sem recursos a realização dos exames pré-natais e contribuir para a melhoria de sua saúde durante a gravidez e para a redução da mortalidade infantil.

Conforto na velhice

Benefícios como o transporte interestadual gratuito contribuem para melhorar a qualidade de vida dos 15 milhões de brasileiros que já passaram dos 60 anos

Os efeitos produzidos pelas políticas governamentais sobre a qualidade de vida dos cerca de 15 milhões de brasileiros que têm mais de 60 anos são um importante indicador dos valores cultivados por nossa sociedade, conforme avalia o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). É com essa perspectiva que Valadares destaca a



CÉLIO AZEVEDO



EDNILSON AGUIAR/SECOM-MT

Valadares destaca a importância do decreto que assegura benefícios para idosos no transporte interestadual

importância do Decreto Presidencial 5.934, em vigência desde 28 de outubro, que assegura direitos especiais para o idoso carente, no uso de ônibus, trens e barcos interestaduais.

A medida regulamenta artigo do Estatuto do Idoso que obriga as empresas a reservarem dois lugares gratuitos, nos ônibus interestaduais, para os que têm mais de 60 anos e recebem até

dois salários mínimos. Uma vez ocupadas as duas cadeiras, a lei assegura a outros idosos que atendam às mesmas exigências o direito a desconto de 50% no valor da passagem.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou a contribuição do Estatuto do Idoso, “em cuja elaboração o Congresso participou de maneira fecunda e decisiva”.

■ Queda-de-braço

Muitos idosos, no feriado de 2 de novembro, foram surpreendidos com a notícia: por meio de liminar, a 14ª Vara Federal de Brasília desobrigou as empresas de ônibus da gratuidade e dos descontos nas passagens. Mas, no dia 9, recurso movido pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) contra a liminar obteve parecer favorável da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. A ANTT voltou então a fiscalizar a concessão do benefício.

■ Exigências

O candidato deverá adquirir um “Bilhete de Viagem do Idoso” nos pontos de venda próprios e comparecer ao terminal 30 minutos antes da hora marcada para o embarque. No ato da solicitação do bilhete do idoso ou do desconto do valor da passagem, o interessado deverá apresentar documento que prove idade e renda. No caso de descumprimento das normas, a empresa infratora estará sujeita a advertência, multa, suspensão, cassação e declaração de idoneidade.

■ Propostas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é autor de proposta (atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) que regulamenta o artigo 15 do Estatuto do Idoso, para que esse público receba remédios gratuitamente. Simon acredita que o estatuto “é uma das normas mais justas, coerentes e avançadas do país”. Mas observa que sua aplicabilidade fica comprometida porque as instituições não assumem as ações pelas quais seriam responsáveis.

Estatuto do Idoso em ação



Empresas de ônibus interestaduais são obrigadas a reservar **dois assentos** por viagem a maiores de **60 anos** que recebam até **2 salários mínimos** mensais. A partir do terceiro passageiro idoso, a empresa deve garantir desconto de **50%** no preço de assento comum.



Manifestantes (à dir.) apóiam reserva de vagas para estudantes negros; Renan e Aldo Rebelo (acima) recebem documento de grupos contrários às cotas



Reserva polêmica

O ano de 2006 foi marcado no Senado pelo debate intenso em torno da política que garante vagas nas universidades públicas para afrodescendentes

O ano de 2006 foi marcado no Senado por um amplo debate em torno da reserva de vagas nas universidades públicas para afrodescendentes. Duas audiências foram realizadas e dois grupos, um contrário e outro a favor da política de cotas, apresentaram manifesto junto à Casa.

A primeira das audiências ocorreu no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março, mas não contou com opiniões contrárias às chamadas ações afirmativas. Na ocasião, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), primeira instituição de ensino superior a adotar o sistema de cotas, Timothy Mulholland, afirmou que a política melhora a qualidade do ensino na medida em que aumenta a diversidade étnica e cultural dessas instituições. Já o professor Renato Ferreira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), assinalou que os alunos cotistas que ingressaram na instituição em 2003 obtiveram notas mais altas do que os não-cotistas. Para ele, isso ajuda a derrubar o mito de que as cotas podem piorar o ensino.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Paim (PT-RS) manifestaram seu apoio às cotas. Paim é o autor do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pelo Senado, que prevê a adoção de medidas afirmativas como incentivos fiscais a empresas que contratem negros e inclusão de dados sobre o quesito raça/cor em instrumentos de coleta de dados.

No dia 29 de junho, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, receberam manifesto assinado por representantes de grupos contrários à criação de cotas raciais e à aprovação do estatuto. José Carlos Miranda, representante do Movimento Negro Socialista, argumentou que tais projetos contrariam a igualdade jurídica dos cidadãos. Na opinião da professora de Antropologia Ivone Maggie, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para combater o racismo é necessário eliminar o conceito de raça e encontrar outras formas de inclusão.

Renato Ferreira, da Uerj: cotista que entrou em 2003 teve nota maior que não-cotista

Em 4 de julho foi a vez dos grupos favoráveis apresentarem manifesto. Esteve presente, entre outros, o coordenador da rede Educafro, frei David Santos, que assinalou que, em termos raciais, o Brasil não pode se contentar com uma visão remanescente do período colonial. Já o antropólogo da Universidade de Brasília José Jorge Carvalho disse que o documento contra as cotas foi uma iniciativa isolada, nascida no Rio de Janeiro. Renan Calheiros, na ocasião, apontou que o debate é fundamental para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro.

A última audiência pública de 2006 sobre o tema aconteceu em 3 de agosto, com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, que defendeu a proposta do governo, que reserva vagas para quem cursou o ensino médio integralmente em instituições públicas. Para ele, o direito do negro estudante de escolas públicas de entrar na universidade é o mesmo do branco oriundo dessas instituições.

A última audiência pública de 2006 sobre o tema aconteceu em 3 de agosto, com a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, que defendeu a proposta do governo, que reserva vagas para quem cursou o ensino médio integralmente em instituições públicas. Para ele, o direito do negro estudante de escolas públicas de entrar na universidade é o mesmo do branco oriundo dessas instituições.



GERALDO MAGELA

Sérgio Cabral (D), autor de projeto de incentivo ao cinema e relator de outro na Comissão de Educação, ao lado de Patrícia Saboya e Roberto Saturnino; acima, equipamento de projeção de filmes do Auditório Petrônio Portella, no Senado



JOSE CRUZ

Incentivo à sétima arte

Dois projetos aprovados no Senado prevêem benefícios fiscais para quem investir em cinema

Dois projetos de lei que prorrogam incentivos fiscais destinados ao cinema nacional foram aprovados pelo Senado em 2006: o projeto de lei da Câmara (PLC 47/06) que trata das deduções do Imposto de Renda (IR) para aqueles que aplicam em um fundo específico para o financiamento de filmes, e o projeto de lei do Senado (PLS 361/05) que também versa sobre deduções do IR, desde que feitas a partir de investimentos na produção de obras cinematográficas de produção independente.

Ambas as propostas foram aprovadas em Plenário no dia 4 de julho. Mas enquanto o PLC 47/06 – que já havia sido votado na Câmara dos Deputados – foi sancionado pelo presidente da

República e transformado em lei naquele mesmo mês, o PLS 361/05 ainda precisa ser apreciado na Câmara.

De autoria do deputado federal Francisco Dornelles (PP-RJ) – que em fevereiro inicia seu mandato como senador –, o PLC 47/06 visava garantir que as deduções do IR para quem aplica no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica (Funcine) pudessem ser feitas até 2010, e não apenas até 2006. Isso se tornou realidade após a sanção presidencial e a conseqüente transformação do projeto na Lei 11.329/06.

O PLS 361/05, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) – que assume o governo do estado do Rio de Janeiro em janeiro –, trata de problema semelhan-

te: prorroga de 2006 para 2016 o prazo para deduções do IR para aqueles que investem em produções cinematográficas brasileiras por meio da compra, no mercado de capitais, de cotas representativas de direitos de comercialização. A matéria aguarda votação na Câmara dos Deputados.

JOSE CRUZ



■ Aplicação no Funcine

O PLC 47/06, que trata das deduções do IR para quem aplica no Funcine, foi aprovado pelo Plenário do Senado após receber parecer favorável tanto de seu relator na Comissão de Educação (CE), o senador Sérgio Cabral, como do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Cabral, presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, também é autor do PLC 361/05.

Em seu parecer, Valdir Raupp argumentou que “a matéria não tem qualquer influência no Orçamento corrente ou mesmo nos dos próximos anos, por se tratar de mera alternativa a outro incentivo fiscal semelhante

[justamente aquele abordado pelo PLC 361/05] que continuará vigorando”.

■ Incentivo prorrogado

O PLS 361/05, de autoria de Sérgio Cabral, altera a Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93) ao prorrogar um incentivo parecido com o previsto pela Lei Rouanet (Lei 8.313/91).

Na justificativa do projeto, Cabral afirma que “ficou evidenciado [após uma audiência pública promovida pelo Senado] que a prorrogação do prazo de vigência estipulado pelo artigo 1º da Lei do Audiovisual configura uma expectativa e uma demanda unânime do setor cinematográfico”. O senador também destacou que “a Lei do Audiovisual, associada à Lei Rouanet, tem contribuído, de maneira decisiva, para o restabelecimento do funcionamento da cinematografia brasileira”.

Reunião da Comissão de Educação, com Juca Ferreira, ministro interino da Cultura, Manoel Rangel, diretor da Ancine, Gustavo Dahl, presidente da Ancine, e Gerson Camata, presidente do colegiado

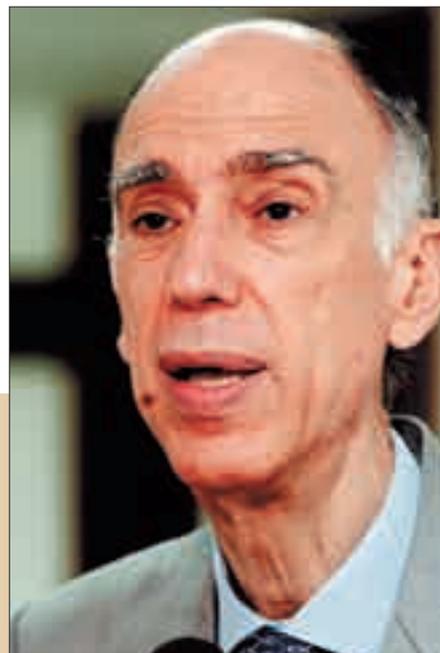
■ Recursos escassos para ciência e tecnologia

O Senado aprovou em abril um projeto de lei – o PLS 85/01 – que visava, entre outros objetivos, acabar com o contingenciamento de recursos federais destinados à área de ciência e tecnologia. Entre as entidades que defendem a medida destaca-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A proposta, no entanto, foi integralmente vetada pela Presidência da República em maio.

O PLS 85/01 surgiu de um substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) a um projeto proveniente da

Câmara. A matéria previa que, neste ano, o governo federal poderia contingenciar no máximo 30% do orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 2007, esse limite seria reduzido para 20% e, em 2008, para 10%, até que a possibilidade de contingenciamento terminasse de vez em 2009.

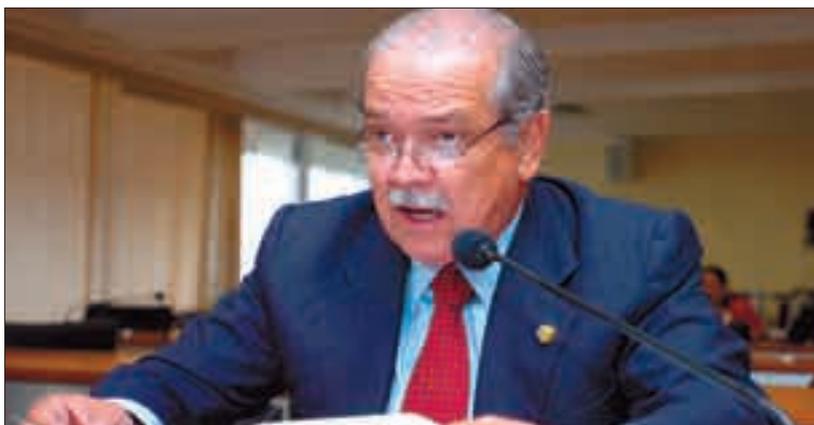
Ao criticar a decisão presidencial, o senador Marco Maciel (PFL-PE) declarou que “esse veto significa uma grande redução no volume de recursos que seriam repassados a universidades e insti-



JOSE CRUZ

Marco Maciel lamentou veto a proposta para acabar com contingenciamento na área de ciência e tecnologia

tuções de pesquisa”. Já Ennio Candotti, presidente da SBPC, lamentou o fato de esses contingenciamentos serem “um sacrifício exigido para serem atendidas as metas do superávit primário”.



Senadores buscam formas de evitar calamidades como as queimadas (*acima, à esq.*); ao lado, Quintanilha, Aelton e Serys na CMA; abaixo, o "Encontro Verde"; César Borges (*acima*) pediu indenização para quem detém áreas de Mata Atlântica



Concessão florestal

Entre os projetos ecológicos aprovados pelo Senado em 2006, destaca-se o que permite a exploração de florestas públicas pela iniciativa privada

Entre os principais projetos relativos ao meio ambiente aprovados pelo Plenário do Senado em 2006 está o que permitirá a exploração das florestas públicas do país pela iniciativa privada por até 40 anos e o que estabelece normas para a proteção da Mata Atlântica. Já a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou o projeto de lei que regulamenta a produção da cal virgem e define medidas para o controle de geração de poluentes em seu processo industrial.

Ainda em 2006, a comissão promoveu audiência pública para debater a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, e o Senado sediou o 6º Encontro Verde das Américas.

Florestas públicas

Além de dispor sobre a gestão de florestas públicas, o PLC 62/05 institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. O projeto foi sancionado com vetos pelo presidente Lula e deu origem à Lei 11.284/06, em vigor desde

3 de março. A norma encontra-se em regulamentação final pelo Ministério do Meio Ambiente.

A tramitação da matéria foi polêmica. Seus defensores, como a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), alegaram que a iniciativa poderia contribuir para a conservação do meio ambiente e a exploração fundiária da Amazônia. Os opositores, a exemplo do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), manifestaram receio de que ela possa contribuir para a internacionalização futura da Amazônia.

Pela lei, a gestão de florestas públicas

será feita por meio de três instrumentos: gestão direta de florestas nacionais, estaduais e municipais; destinação de florestas às comunidades locais; e concessão, incluindo áreas naturais ou plantadas.

Na gestão direta, a lei abre a possibilidade de o poder público firmar convênios ou parcerias com empresas para execução de atividades subsidiárias com prazo limitado a 120 meses.

No período anterior às concessões, as florestas públicas ocupadas por comunidades locais serão destinadas à criação de reservas extrativistas, de desenvolvimento sustentável e de projetos agroextrativistas, a serem efetivados a título não-oneroso para o beneficiário por meio de ato administrativo próprio previsto em lei específica.

Já a concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante contrato que deverá observar os termos do edital de licitação e outros instrumentos legais. O prazo dos contratos de concessão será estabelecido de acordo com o ciclo de colheita ou exploração, até o prazo máximo de 40 anos.

Mata Atlântica

Em fevereiro, o Plenário do Senado também aprovou projeto que estabelece condições para a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica (PLC 107/03). Apresentada em 1992 pelo então deputado Fábio Feldman, cria o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, destinado ao financiamento de projetos de restauração ambiental e de pesquisa científica. Entre outras medidas, prevê incentivos creditícios ao proprietário ou posseiro.

A matéria foi encaminhada com emendas à Câmara dos Deputados, entre elas a que prevê o pagamento de indenização aos proprietários que possuem em suas terras áreas de Mata Atlântica que não podem ser exploradas, de autoria do senador César Borges (PFL-BA).

Cal virgem

Em abril, a CMA aprovou e enviou à Câmara projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que regulamenta a produção da cal (PLS 314/03). A cal é usada na produção de açúcar, refrigerantes e cervejas,

em quase todos os alimentos enlatados e em algumas rações animais.

O projeto estabelece padrões para a extração da rocha calcária e define os combustíveis aceitáveis para uso no processo de calcinação, como forma de eliminar os riscos de contaminação e geração de poluentes. São ainda estabelecidas práticas preventivas na emissão dos compostos gasosos, que seriam responsáveis pela ocorrência do fenômeno das chuvas ácidas (precipitações carregadas de elementos químicos nocivos).

Taxa ambiental

A comissão também promoveu, em abril, audiência para debater a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, instituída pela Lei 10.165/00. Realizado a pedido do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), contou com representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A taxa é cobrada a cada trimestre de

empresas de ramos como metalurgia, alimentos e transporte. Os valores, entre R\$ 50 e R\$ 2.250, variam de acordo com o potencial de poluição das atividades e o grau de utilização de recursos naturais em cada empreendimento.

“Encontro Verde”

O Senado também sediou o 6º Encontro Verde das Américas – conferência anual coordenada pela organização não-governamental (ONG) Palíber, que atua na preservação do meio ambiente. O evento, realizado entre os dias 30 de maio e 1º de junho, contou com a presença de embaixadores, especialistas em ecologia e parlamentares ligados à questão ambiental.

Na abertura do evento, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) recebeu o Prêmio Verde das Américas 2006, na categoria Direito Ambiental. Criada em 2002, a distinção premia instituições e profissionais de nove áreas e 12 categorias que tenham contribuído para o desenvolvimento e a preservação ambiental do planeta.

■ Como será a participação das empresas

Em vigor desde 3 de março, a Lei 11.284/06 criou o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Veja como eles funcionarão:

– O fundo será constituído por 40% do preço pago anualmente pela concessão, excluído o preço mínimo estipulado no edital. As concessões referem-se a unidades localizadas em áreas de domínio da União.

– As florestas públicas a serem submetidas a processos de concessão serão descritas no Plano Anual de Outorga Florestal, a ser elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro. Quando contemplar áreas em faixas de fronteira, deverá ser analisado previamente pelo Conselho de Defesa Nacional. As unidades de conservação de proteção integral, as reservas de desenvolvimento sustentável, extrativistas, de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico estão excluídas das concessões, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo da unidade de conservação.

– Abre a possibilidade de o poder

público firmar convênios ou parcerias com empresas para execução de atividades subsidiárias com prazo de duração limitado a 120 meses.

– No período anterior às concessões florestais, as florestas públicas ocupadas por comunidades locais serão destinadas à criação de reservas extrativistas, de desenvolvimento sustentável e de projetos agroextrativistas, a serem efetivados a título não-oneroso para o beneficiário.

– A concessão florestal será autorizada em ato do poder concedente e formalizada mediante contrato que deverá observar os termos do edital de licitação e outros instrumentos legais. O prazo dos contratos de concessão será estabelecido de acordo com o ciclo de colheita ou exploração, podendo ser fixado período mínimo equivalente – de um ciclo até o prazo máximo de 40 anos.

galeria de fotos

JOSÉ CRUZ



1

CÉLIO AZEVEDO



2

CÉLIO AZEVEDO



3

1. Tião Viana na CPI dos Bingos; 2. Presidente e vice da Comissão de Agricultura de Reforma Agrária, Sérgio Guerra (à esq.) e Flávio Arns conduzem reunião do colegiado; 3. Cristovam Buarque, Mesquita Júnior, Marco Maciel e Fátima Cleide analisam, na Comissão de Educação, projeto que proíbe transferência de jogador de futebol durante o campeonato; 4. Edison Lobão (à esq.), Juvêncio da Fonseca, Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo na Comissão de Constituição e Justiça; e 5. senador Wellington Salgado

J. FREITAS



4

JANE ARAÚJO

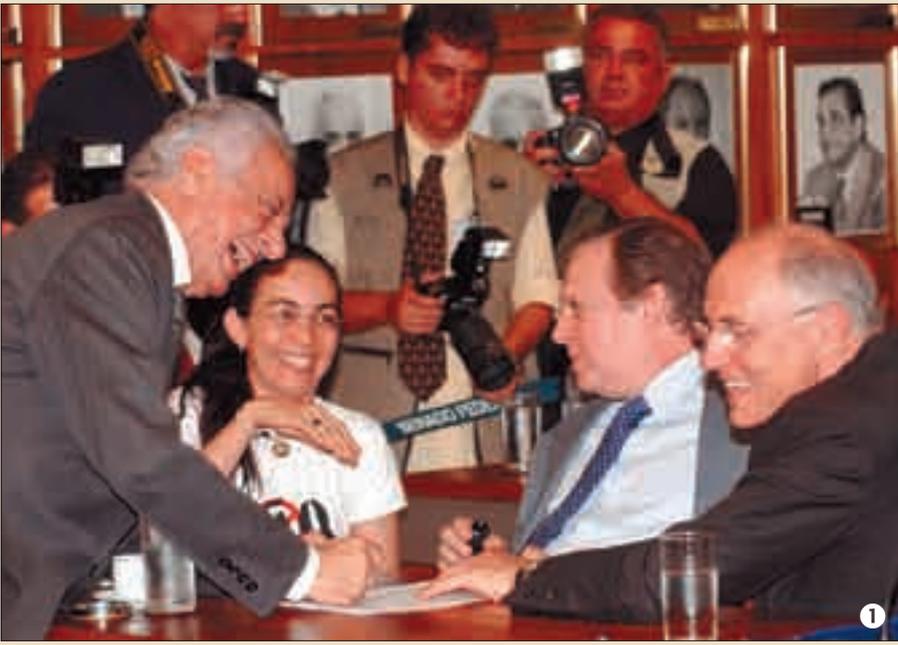


5



1. José Agripino Maia discursa na CPI dos Bingos; 2. Rodolpho Tourinho, Jonas Pinheiro e José Agripino Maia na CAE; 3. senador Leonel Pavan; 4. senador Romero Jucá; e 5. Bancada da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante discurso de Almeida Lima





1



2



3



4



5

1. Pedro Simon (à esq.), Heloisa Helena, Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy em reunião da CPI dos Bingos; 2. Fátima Cleide discursa em Plenário; 3. Heráclito Fortes durante audiência sobre o sistema ferroviário; 4. Magno Malta discursa em reunião da CPI dos Bingos; e 5. Mão Santa discursa em Plenário

JANE ARAÚJO



1

ROOSEWELT PINHEIRO



3

ROOSEWELT PINHEIRO



5

GERALDO MAGELA



2

GERALDO MAGELA



4

1. Senador Teotônio Vilela Filho recebe medalha do “Dia de Minas”; 2. Magno Malta (E), Serys Silhessarenko e Renan Calheiros (D) recebem os cantores Jair Rodrigues e Belchior (C); 3. senador Osmar Dias discursa em Plenário; 4. ministro de Relações Exteriores da Zâmbia, Ronnye Chishapwasha (D), é recepcionado pelos senadores Papaléo Paes (E), Marcelo Crivella e José Maranhão; e 5. Luiz Pontes dicursa em Plenário



1. Aelton Freitas discursa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); 2. Renato Ferreira (E), coordenador de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com Paulo Paim e Cristovam Buarque na Comissão de Direitos Humanos; 3. João Ribeiro, Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares na CAE; 4. no Conselho de Ética, Demostenes Torres e João Alberto Souza, presidente do colegiado; e 5. Luiz Otávio (à esq.) e Romeu Tuma na CAE





1. Ideli Salvatti durante reunião do Conselho de Ética; 2. Tasso Jereissati participa de 2º Fórum Debate Brasil, que abordou o terceiro setor; 3. Gerson Camata durante reunião da Comissão de Educação; 4. Renan Calheiros recebe a jogadora de vôlei Ana Mozer, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 5. Pedro Simon discursa em Plenário; 6. José Sarney participa de debate em Plenário



1. Cristovam Buarque ouve o rapper MV Bill falar sobre o documentário *Falcão: Meninos do Tráfico*, na Comissão de Direitos Humanos; 2. Antônio Carlos Magalhães (E), Renan Calheiros, Aloizio Mercadante e José Sarney recebem Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal; 3. senador César Borges; 4. Eduardo Suplicy (E), Pedro Simon, Efraim Morais, Valdir Raupp (*de pé*) e Tião Viana em reunião da CPI dos Bingos; e 5. senador Gilvam Borges em Plenário





1. Senador Maguito Vilela; 2. Augusto Botelho discursa, ao lado de Paulo Paim, na Comissão de Assuntos Sociais; 3. senador Antero Paes de Barros durante reunião na CPI dos Bingos; 4. discurso em Plenário de Alvaro Dias; e 5. Eduardo Suplicy, ao lado de Mozarildo Cavalcanti, participa de discussão na Comissão de Assuntos Sociais





1



2



3



4

1. Representantes indígenas participam de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH); 2. Debate sobre direitos das crianças, com a presença de Rubens Naves (E), presidente da Fundação Abrinq, Patrícia Saboya, Cristovam Buarque, Dioclécio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Joelson Dias, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, e a atriz Maria Paula Suplicy; 3. Flávio Arns durante reunião da Comissão de Educação; 4. Ney Suassuna, João Alberto Souza e Wellington Salgado no Conselho de Ética; 5. professores assistem à reunião da Comissão de Consituição e Justiça; e 6. senador Valmir Amaral discursa em Plenário



5



6

ROOSEWELT PINHEIRO



ROOSEWELT PINHEIRO



MOREIRA MARIZ



JANE ARAÚJO



1. Senador João Alberto preside sessão; 2. José Jorge (E), Roseana Sarney e Maria do Carmo Alves na Comissão de Educação; 3. senador Valter Pereira, que assumiu a vaga deixada por Ramez Tebet, morto em novembro; 4. senador Eduardo Siqueira Campos discursa em Plenário; e 5. a senadora Íris de Araújo (E), as atrizes Luana Piovani e Patrícia Pillar e o diretor Sérgio Rezende durante a pré-estréia do filme *Zuzu Angel*, no Auditório Petrônio Portella, no Senado

MOREIRA MARIZ





Proposta do Executivo para incentivar empregadores a assinarem carteira de trabalho de domésticos foi ampliada pelo Congresso

Direitos dos domésticos

Férias de 30 dias já estão em vigor, mas a obrigatoriedade do FGTS foi vetada

Desde o dia 19 de julho de 2006, os 6,4 milhões de empregados domésticos brasileiros passaram a contar com férias de 30 dias, em vez de 20 dias, como previa a lei até então. O benefício só entrou em vigor porque deputados e senadores aproveitaram medida provisória enviada pelo Executivo (MP 284/06), que previa incentivos à formalização dos vínculos de trabalho, e incluíram outros pontos que, na prática, equiparam os direitos dos domésticos aos de outros trabalhadores.

Os parlamentares queriam também que todo doméstico tivesse direito ao FGTS e à multa de 40% sobre o saldo desse fundo nas demissões imotivadas. Aconselhado pelo ministro do Trabalho, o presidente Lula decidiu vetar a obrigatoriedade do FGTS e da multa, sob o argumento de que a relação trabalhista dos domésticos no Brasil tem nuances próprias e não seria possível transformar “as donas-de-casa em empresas”.

Quem contrata doméstico já pode abater R\$ 546 do Imposto de Renda a

ser declarado a cada início de ano, que equivalem à parte paga pelo empregador sobre a contribuição do doméstico ao INSS. O valor está limitado à contribuição incidente sobre um salário mínimo, mesmo que o empregado ganhe mais.

Os **6,4 milhões** de empregados domésticos brasileiros já têm direito a **30 dias** de férias; antes eram apenas 20

O empregador doméstico já pode abater até **R\$ 546** na declaração anual do Imposto de Renda a cada início de ano, o equivalente aos **12%** sobre o salário mínimo recolhidos ao INSS de um trabalhador doméstico

Reajuste do mínimo pode ter novas regras

Ainda na área trabalhista, o Congresso deu novos passos em 2006. Uma comissão de deputados e senadores trabalhou por quase dez meses e apresentou, no início de novembro, sugestões para acabar com a polêmica que todo ano cerca a definição de índices de reajuste do salário mínimo. Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a comissão fez dezenas de audiências públicas, em várias capitais, e ouviu economistas, empresários e sindicalistas.

Sua principal sugestão: que o salário mínimo seja reajustado a cada 1º de abril tendo por base a inflação dos 12 meses anteriores e um percentual equivalente ao dobro do crescimento da economia no ano anterior. Assim, se o presidente Lula conseguir promover um crescimento de 5% em 2007, o salário mínimo teria um aumento real de 10% em abril de 2008.

– Se a economia crescer vigorosamente e a recomendação for adotada, o salário mínimo poderá dobrar em termos reais num período de oito a dez anos – prevê Paulo Paim.

As conclusões da comissão especial, no entanto, ainda devem ser votadas pelos plenários da Câmara e do Senado.

Para 2007, o colegiado sugeriu que o salário mínimo de R\$ 350 seja elevado para R\$ 400, o que representará um aumento acima da inflação de aproximadamente 10%. O governo, no entanto, admite até agora cumprir apenas uma norma prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – inflação passada mais um percentual equiparado ao aumento da renda *per capita* dos brasileiros neste ano. Ou seja, o salário mínimo ficaria em R\$ 375.

O assunto foi exaustivamente discutido pelos parlamentares durante a votação da MP 288/06, que elevou o salário mínimo de 2006 de R\$ 300 para R\$ 350. Os deputados incluíram um artigo que elevava no mesmo percentual (16,67%) os vencimentos dos aposentados e pensionistas do INSS que recebem mais de um salário mínimo. O governo só oferecia 5%. A emenda do Congresso foi aprovada, o que levou o presidente Lula a vetá-la. Nova MP

foi editada, agora com o aumento dos aposentados em 5,01%, percentual aprovado no fim de novembro pela Câmara dos Deputados.



Propostas apresentadas pela comissão especial

- Todo ano, o salário mínimo será corrigido pela inflação dos 12 meses anteriores, acrescida do dobro do percentual do crescimento da economia do ano anterior.
- Se a economia crescer 5% ao ano, o poder de compra do mínimo dobrará em menos de dez anos.
- Recomenda salário mínimo de R\$ 400 em 2007.

JANE ARAÚJO



Projeto de Rodolpho Tourinho prevê alíquota de contribuição reduzida, de 11%, para donas-de-casa e autônomos

Senado aprova aposentadoria especial para donas-de-casa

Na área previdenciária, os senadores aprovaram projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que cria um sistema de aposentadoria especial para donas-de-casa e trabalhadores autônomos com renda de até dois salários mínimos, com alíquota de contribuição reduzida de 20% para apenas 11%. O projeto foi encaminhado à Câmara.

Também foi aprovado pelas comissões da Casa e está pronto para votação em Plenário projeto de Paim que extingue o fator previdenciário, cálculo que estimula segurados do INSS a adiarem as aposentadorias (PLS 296/03).

Recebeu aprovação e foi enviado à sanção projeto (PLC 28/05) que assegura o direito de sindicalização aos empregados de entidades sindicais. A matéria foi defendida em Plenário por

Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Os senadores concordaram ainda com projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que modifica a CLT para estender aos trabalhadores menores de 18 anos e maiores de 50 anos a possibilidade de parcelamento das férias em até três períodos de dez dias. A matéria (PLS 116/03) será examinada pelos deputados.

Foram acolhidos pelo Senado e enviados à Câmara o PLS 82/03, de Paulo Paim, que concede adicional de periculosidade aos carteiros e eletricitários; o PLS 218/04, de Tourinho, que proíbe a transferência de jogadores brasileiros para clubes do exterior no meio dos campeonatos; e o PLS 10/06, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que obriga as empresas a informarem os valores de contribuições recolhidas ao INSS.



orçamento

Proposta do orçamento impositivo, de ACM (ao lado, com Mercadante), permite que chefe do governo solicite ao Congresso cancelamento ou contingenciamento de dotação. Resolução oriunda de projeto de Ricardo Barros impõe mais rigor à destinação de verbas, por emendas individuais, a entidades privadas. A relatoria geral, hoje a cargo de Valdir Raupp (abaixo), será dividida



Esta lei é para ser cumprida

Caso não execute lei orçamentária, presidente poderá incorrer em crime de responsabilidade

O Senado conseguiu, nesta legislatura, sinalizar que os parlamentares não aceitam mais que o Orçamento da União seja “peça de ficção”, em que o governo bloqueia verbas, abre créditos ao final de cada exercício e utiliza outros instrumentos para não cumprir a lei orçamentária aprovada anualmente pelo Congresso.

Em agosto, o Plenário, sem nenhum voto contrário, decidiu em segundo turno o texto final da proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do se-

nador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que torna obrigatória a execução do projeto de lei, mais conhecida como PEC do orçamento impositivo.

Inspirada no modelo americano, a proposta estabelece que se o presidente da República descumprir essa obrigatoriedade estará cometendo crime de responsabilidade, podendo ser submetido a processo de *impeachment*. Mas, assim como nos Estados Unidos, ele poderá pedir ao Congresso cancelamento ou contingenciamento de dotação.



Reunião da CMO: Fernando Bezerra (E), deputado Carlito Merss e Gilberto Mestrinho. De pé, a senadora Serys Slhessarenko

O prazo para o presidente encaminhar essa solicitação é de até 120 dias antes do término da sessão legislativa. Ou seja, em meados de agosto. E deverá ser acompanhada de justificativa pormenorizada das dificuldades econômico-financeiras e dos motivos técnicos, operacionais e jurídicos que impossibilitem a execução orçamentária.

A PEC também prevê situações em que o presidente poderá solicitar alteração no Orçamento fora desse prazo, como calamidades públicas de grandes proporções ou quando houver queda na arrecadação federal. O Congresso tem que deliberar em regime de urgência, no prazo de 30 dias, senão a solicitação será considerada aprovada.

Enviada à Câmara, a PEC está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e poderá, conforme a Consultoria de Orçamento do Senado, ter precedência sobre duas outras proposições que se encontram estacionadas naquela Casa, uma delas com objetivo semelhante, apresentada em 2003 pelo deputado Jaime Martins (PL-MG).

Emenda à proposta tira de cena comissão mista

O texto aprovado no Senado promete gerar polêmica. Emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) prevê, por exemplo, o fim da Comissão Mista de Orçamento. Assim, tanto a lei anual quanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e os créditos adicionais tramitariam nas duas Casas, obedecendo ao regimento como qualquer outro projeto.

Isso restabelece, segundo a Consultoria de Orçamento, prática semelhante à que vigia na Constituição de 1946. A partir de 1969, com emenda à Constituição de 1967, passou-se a ter uma comissão mista temporária, que só foi transformada em permanente na Carta de 1988.

Outras medidas que tentam disciplinar o processo orçamentário também constam da PEC do orçamento impositivo. Uma delas impede o encerramento da sessão legislativa enquanto o projeto

da lei orçamentária anual não for aprovado, exigência semelhante ao que já existe para a LDO. Há antecipação de prazos, como a obrigação de o Executivo enviar a LDO até 20 de fevereiro – com votação pelo Congresso até 30 de abril –, e a proposta orçamentária até julho (o prazo atual é 31 de agosto).

A PEC também tenta evitar projetos de última hora que surpreendam os contribuintes e exige a regionalização detalhada dos gastos federais para maior transparência nessas dotações. A adoção do orçamento impositivo, porém, será gradual. Mercadante conseguiu incluir emenda que prevê regulamentação por meio de lei complementar, a ser editada no prazo de 120 dias a contar da promulgação da proposta. No entanto, ela só entraria em vigor no segundo ano após a sua publicação. Ou seja, vigoraria em 2009 se fosse votada este ano na Câmara.

■ Nova regra fecha brechas que poderiam levar a fraudes com emendas

O aperfeiçoamento do processo orçamentário voltou a ser debatido este ano no Congresso Nacional, principalmente depois das irregularidades detectadas pela CPI dos Sanguessugas na alocação de recursos federais para a compra de ambulâncias a preços superfaturados, por meio de emendas individuais de parlamentares.

Um acordo de lideranças permitiu a aprovação pelo Congresso Nacional, dia 28 de novembro, de substitutivo a projeto do deputado Ricardo Barros (PP-PR) alterando a resolução do Congresso Nacional que disciplina a Comissão Mista de Orçamento.

Apesar da disputa política e da resistência de partidos em rever espaço na CMO, o grupo integrado pelos senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Romero Jucá (PMDB-RR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) conseguiu costurar um acordo que garantiu alguns avanços no processo orçamentário. A resolução torna mais transparente a apresentação e discussão de emendas ao Orçamento, além de fechar algumas brechas que podiam levar a fraudes.

Restrição de recursos para entidades privadas

Um desses avanços acolhe recomendação da CPI dos Sanguessugas. As emendas individuais não poderão destinar recursos às entidades privadas que, nos últimos cinco anos, tenham, entre seus dirigentes, controladores, proprietários ou mesmo empregados, parentes até o terceiro grau de parlamentares ou de seus cônjuges. A mesma restrição foi imposta aos integrantes dos outros dois Poderes da União.

O relator do Orçamento, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), tentou incluir esse dispositivo no seu parecer preliminar. Mas a restrição acabou abrandada depois da pressão das Santas Casas de Misericórdia, que deixariam de receber verbas federais

por possuírem entre seus membros parentes de parlamentares. A vedação foi mantida apenas para parlamentares e seus cônjuges.

Tentativa de evitar “obras inacabadas”

Outra contribuição importante do projeto apresentado por Ricardo Barros é a de tentar impedir a ocorrência de “obras inacabadas”. As emendas das bancadas estaduais, que são de maior valor e voltadas principalmente para investimentos em infra-estrutura, terão de prover os recursos necessários para o atendimento ao cronograma e à conclusão da obra.

No entanto, na última versão do texto, foram admitidas algumas brechas que podem inviabilizar essa exigência, como por exemplo não alocar recursos se a obra estiver no início, com até 20% de sua execução física, ou quando houver decisão contrária da unanimidade da bancada. Foi vista também a possibilidade de não se prever esses recursos quando houver impedimentos legais para a continuidade da obra.

Mudanças no funcionamento da comissão

Mas o texto avançou em questões consideradas relevantes para agilizar os trabalhos e mudar a divisão de poder dentro da comissão. A primeira providência foi reduzir o número dos seus integrantes de 84 para 40 – dos quais dez senadores e 30 deputados. O elevado número de participantes é apontado como um dos entraves para alcançar quórum e acelerar a votação de matérias, inclusive os projetos orçamentários, como o orçamento anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

A relatoria geral foi dividida para evitar a concentração de poder nas mãos de um só parlamentar, com

a instituição do relator da receita, encarregado de uma das tarefas mais penosas no processo orçamentário: o de arranjar recursos para acomodar os pleitos dos parlamentares e de áreas de governo que tiveram seus pedidos frustrados junto ao Ministério do Planejamento. A distribuição dos recursos das emendas coletivas foi definida, assegurando, por exemplo, 55% do total para os relatores setoriais.

Questão que suscitou muita polêmica foi o rodízio nas relatorias setoriais, para impedir que um mesmo partido se perpetue no comando de áreas estratégicas, como ocorre com o PMDB – que há anos ocupa a relatoria de infra-estrutura, que concentra o maior volume de investimentos da União.

Maior número de emendas coletivas

Outra disputa que atrasou os entendimentos foi o número de emendas coletivas. O projeto reforçou o atendimento dos pleitos das comissões permanentes das duas Casas, subindo de cinco para até oito emendas. As de bancada foram divididas em emendas que envolvem recursos novos (apropriação), entre 15 e 20, dependendo do tamanho da bancada, e de remanejamento, limitadas a três.

Na verdadeira queda-de-braço com os deputados, os senadores conseguiram garantir seu espaço. Eles continuarão a ser os autores de três emendas de apropriação, no caso das bancadas com mais de 18 parlamentares. Foi exatamente essa disputa que desencadeou há quase dois anos o debate sobre a revisão da Resolução nº 1 do Congresso, que disciplinava o funcionamento da comissão e a tramitação das leis orçamentárias.

Relatoria geral será dividida para evitar concentração de poder em um só parlamentar

De olho nos gastos

Premiado, Programa Siga Brasil permite acompanhar as contas públicas federais

O sistema de informações Siga Brasil, que apresenta dados sobre o Orçamento da União por meio da internet (www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp), recebeu em novembro o Prêmio Brasil de Tecnologia da Informação e das Comunicações. O sistema foi desenvolvido pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle em parceria com a Secretaria Especial de Informática (Prodasen).

– O Siga Brasil integrou informações que estavam fragmentadas em vários sistemas espalhados por diversos órgãos do Executivo e do Legislativo – explicou Rita Santos, consultora de Orçamento.

Também estão disponíveis dados sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as transferências de recursos da União para estados, municípios e entidades privadas. Segundo Rita, o sistema em breve reunirá dados sobre os contratos de serviços da União com fornecedores privados, os créditos suplementares e a execução dos investimentos federais (como o andamento de obras).

A partir desse sistema, é possível acompanhar a elaboração do Orçamento da União e a sua respectiva execução, fiscalizar os gastos públicos e também conhecer melhor o desenvolvimento de políticas públicas.



JOSE CRUZ

Reunião do Conselho de Comunicação: Arnaldo Niskier (D), presidente do colegiado, e César Rômulo Neto, superintendente da Telebrasil

Conselho de Comunicação debate TV digital

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão formado por representantes das emissoras e da sociedade que auxilia o Congresso na análise e deliberação das propostas sobre o assunto, discutiu em 2006 temas da maior relevância, como a implantação da TV digital no país e a necessidade de um marco regulatório para o setor.

O conselheiro Fernando Bittencourt destacou, durante audiência em agosto, o Decreto 5.820/06, que estabeleceu o padrão japonês para a TV digital brasileira. Bittencourt afirmou ainda que a transição da TV analógica para a digital deverá durar dez anos.

O superintendente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Tele-

brasil), César Rômulo Neto, defendeu o aperfeiçoamento do atual modelo de comunicações do país, durante audiência promovida pelo conselho em novembro. Ele e seus pares discutiram um modelo de marco regulatório capaz de definir o funcionamento de serviços que vão de TV aberta, a cabo, por satélite e digital até internet.



JULIO FERNANDES/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



JOSE CRUZ

A venda de concessionárias de ferrovias foi tema de debate promovido pelo senador Delcídio Amaral na Comissão de Infra-estrutura

Reforço no caixa

Transporte, saneamento e habitação estão entre as prioridades dos senadores

Habitação e infra-estrutura estiveram entre as principais preocupações do Senado em 2006. Propostas para facilitar o acesso da população à moradia própria e proporcionar melhorias em saneamento básico e na estrutura de transporte foram debatidas e aprovadas tanto nas comissões quanto no Plenário. O Senado referendou a liberação de quase R\$ 1 bilhão para a urbanização de áreas carentes e para o financiamento da casa própria. Também aprovou o projeto que cria a Lei do Saneamento e a medida provisória que atuali-

zou o Plano Nacional de Viação, criando condições para melhorar o sistema viário terrestre e fluvial do país.

Em maio, foi acatada a Medida Provisória 278 e o projeto de lei de conversão proveniente da MP 279. Juntas, essas duas proposições garantiram a liberação de R\$ 970 milhões. A MP 278 destinava R\$ 80 milhões para a recuperação de moradias de vítimas de enchentes e de estiagens nas regiões Sul e Nordeste. O PLV abriu crédito extraordinário de R\$ 890 milhões para urbanização de locais sem infra-estrutura, como favelas.

■ Lei do Saneamento

Após anos de discussão entre governo, empresas e sociedade, a Lei do Saneamento (PLS 219/06), que regula as atividades de empresas de distribuição de água e tratamento de esgoto, foi aprovada em julho e seguiu para a Câmara. Seus principais pontos são:

- Os consumidores atendidos pelas empresas de saneamento terão mais poder de fiscalização sobre o setor, podendo participar até das reuniões de definição de tarifa.

- As empresas terão que manter sistemas de contabilidade claros, especificando os serviços prestados para cada município.

■ Malha ferroviária

A situação das ferrovias no país foi tema de debates na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Em março, a privatização de concessionárias de ferrovias suscitou polêmica no colegiado. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) fez um alerta sobre os possíveis prejuízos que a venda daquelas empresas poderia causar, se ocorresse como as privatizações dos anos 90. Na ocasião, o senador afirmou que a Novoeste, concessionária de ferrovias em Mato Grosso do Sul, reduziu pela metade sua capacidade de transporte depois de ter sido vendida ao setor privado.

■ Plano de Viação

Em abril, o Plenário aprovou o PLV 5/06, proveniente da MP 274/05, acrescentando duas rodovias, 62 portos fluviais e trechos de três ferrovias ao Plano Nacional de Viação (PNV). O objetivo da medida é integrar e aprimorar os vários tipos de transporte e definir prioridades para o setor. Integram a medida provisória:

- Ligação das regiões Norte e Centro-Oeste por meio de ramal da Ferrovia Norte-Sul.

- Construção de duas ferrovias de alta velocidade interligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Belo Horizonte a Curitiba.



GERALDO MAGELA

Líderes empresariais de todo o país reuniram-se com Renan Calheiros em outubro para pedir a aprovação do Supersimples

Vitória das empresas

Lei do Supersimples, que vigora a partir de julho de 2007, deve facilitar a vida do pequeno empresário

O Plenário do Senado aprovou no dia 8 de outubro o projeto do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – também chamado de Supersimples, porque aumenta a abrangência do atual sistema de tributação simplificada. Como foram feitas emendas, o projeto foi novamente analisado e aprovado na Câmara em novembro antes de seguir para a sanção presidencial. A matéria já havia passado pelo crivo dos deputados dois meses antes.

Todos os 55 senadores presentes à sessão em que o projeto (PLC 100/06) foi aprovado na Casa deram voto favorável – era necessária a maioria absoluta, ou seja, 41 senadores, por se tratar de projeto de lei complementar. Mas a aprovação só foi possível depois de exaustivas negociações envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, parlamentares, representantes dos estados e municípios e líderes empresariais.

Ao final, decidiu-se que a lei começará a vigorar apenas em 1º de julho de 2007, em vez de 1º de janeiro, conforme previa o texto que viera da Câmara. Isso

porque estados, municípios e Receita Federal alegaram que não haveria tempo hábil para desenvolver um novo sistema de arrecadação.

Os defensores do projeto do Supersimples argumentam que ele contribuirá para o crescimento do país, já que as empresas de micro e pequeno porte terão a carga tributária reduzida. Além disso, deve simplificar a arrecadação ao permitir o pagamento de oito tributos em uma única guia: o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição patronal para a seguridade social (INSS).

– A lei deve gerar 2 milhões de empregos e aumentar os investimentos das empresas – disse o relator do projeto, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), acrescentando que a norma pode reduzir o tempo médio para abertura de uma empresa de 150 dias para duas semanas.

Estados e municípios temem prejuízos

A batalha pela aprovação da lei do Supersimples no Congresso contrapõe empresários e representantes dos estados e municípios brasileiros. Os empresários, é claro, querem a aprovação do projeto, que foi elaborado para beneficiá-los. Já estados e municípios torcem o nariz porque temem perder arrecadação por

causa dos benefícios tributários previstos na lei para pequenas empresas.

As estimativas de perdas de arrecadação dos estados e municípios variam de R\$ 1 bilhão a R\$ 9 bilhões por ano. A grande discrepância entre esses cálculos decorre do fato de que as previsões mais pessimistas para estados e municípios

não levam em conta benefícios fiscais que esses entes federativos já recebem hoje. Mas há quem diga, como o relator da matéria na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que os ganhos decorrentes da entrada de milhões de empresas na formalidade compensariam as perdas de arrecadação.

Os estados e municípios criticaram diversos pontos do projeto do Supersimples que poderiam causar essas perdas de receita. Um dos mais danosos para a arrecadação é a redução das alíquotas do Imposto sobre Serviços (ISS) para os municípios que abrigam microempresas com baixo faturamento, o que contabilizaria um prejuízo estimado em R\$ 1,3 bilhão. Também deverá ter alíquota reduzida o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o que acarretaria uma perda de R\$ 6 bilhões anuais. Como um quarto dessa arrecadação (que é feita pelos estados) deve ser repassado aos municípios, eles perderiam R\$ 1,5 bilhão por ano.



Representantes dos estados e municípios apresentam reivindicações no Senado

Principais itens do pacote de benefícios

Tributação

As micro (até R\$ 240 mil de faturamento anual) e pequenas empresas (até R\$ 2,4 milhões anuais) poderão aderir a um sistema unificado de pagamento de impostos, que serão arrecadados por meio de uma única guia. São oito os tributos incluídos: o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição patronal para a seguridade social (INSS). O Simples atual não inclui o ICMS e o ISS.

Alíquotas

As alíquotas variam conforme o setor em que a empresa atua e seu faturamento. No comércio, elas ficarão entre 4% a 11,6%. Na indústria, entre 4,5% e 12,1%. No setor de serviços, entre 4% e 17,4%

Menos burocracia

O empresário interessado em abrir

um novo negócio entregará os documentos necessários em um único órgão, que repassará os dados para os outros. O registro da empresa será único e servirá para todas as esferas de governo. A parte de fiscalização (ambiental, de segurança e sanitária) será feita de forma simplificada.

Autônomos

O estatuto permite que trabalhadores autônomos façam um recolhimento de apenas 11% para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A alíquota hoje é de 20%. Mas o autônomo poderá se aposentar apenas por idade (60 anos para mulher e 65 para homens), e não por tempo de contribuição.

Leque ampliado

O projeto permite que novos setores entrem no sistema de arrecadação especial. Entre eles estão os operadores autônomos de transportes de passageiros, as empresas de montagem de estandes em feiras, escolas de línguas, academias de ginástica e de dança e empresas que atuem na área de produção cultural e cinematográfica.

Estados

Nos estados com participação de até 1% do PIB do país (AC, AL, AP, MA, PB, PI, RN, RO, RR, SE e TO), pode-se adotar apenas a faixa de faturamento de até R\$ 1,2 milhão. Para as demais faixas, o ICMS ou o ISS será recolhido normalmente. Nos estados com participação entre 1% e 5% do PIB, é permitido optar apenas pelas faixas de receita bruta até R 1,8 milhão. Essa regra vale para AM, BA, CE, DF, GO, ES, MT, MS, PA, PE e SC.





Milhares de manifestantes estiveram no Congresso em junho de 2005 para entregar o anteprojeto do Supersimples

Anteprojeto foi elaborado em 2003 pelo Sebrae

A aprovação do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte pelo Senado em outubro – depois de passar pela Câmara no mês anterior – foi a recompensa por três anos de mobilização das entidades representantes dos empresários de pequeno porte. O marco inicial foi o anteprojeto elaborado em 2003 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base em consultas feitas com 6 mil empresários e especialistas em negócios. Analisado pelo governo federal, o texto foi enviado ao Congresso em 2005.

O mês de abril de 2005 assistiu à criação de uma frente empresarial em prol da aprovação do estatuto. Congregava entidades como as confederações nacionais da Indústria (CNI), do Comércio (CNC), da Agricultura (CNA) e dos Transportes (CNT), com o apoio do Sebrae.

Dois meses após criada a frente, milhares de empresários se reuniram em Brasília. Depois de manifestação na Esplanada dos Ministérios, eles entregaram o anteprojeto a Renan Calheiros, presidente do Senado, e a Severino

Cavalcanti, então na Presidência da Câmara. Em seguida, no Palácio do Planalto, o presidente Lula vestiu a camisa e usou o boné alusivos à campanha pela aprovação do estatuto.

Em novembro de 2005, começou a tramitar o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 123/04, unificando 17 propostas que havia na Câmara tratando do mesmo tema – e que tinham como

base o anteprojeto do Sebrae. No dia 13 de dezembro de 2005, o projeto foi aprovado na Comissão Especial da Microempresa da Casa. Mas a proposta ainda teve que esperar até setembro de 2006 para ser finalmente aprovada pelos deputados e seguir para o Senado, onde também foi acatada. Como recebeu emendas dos senadores, voltou à Câmara antes de seguir para sanção presidencial.



Proposta recebeu o apoio de entidades como a CNI, presidida por Armando Monteiro (D)

Alívio na mordida

Novas regras tributárias deram um refresco para os brasileiros em 2006. Entre elas, a que corrigiu acima da inflação a tabela para isenção do Imposto de Renda

Medidas tributárias aprovadas pelo Senado resultaram em grande alívio tanto para o bolso dos brasileiros quanto para o caixa das empresas em 2006. Nenhuma foi tão esperada como a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), corrigida acima da inflação anual pela primeira vez desde 1996. A defasagem acumulada foi minimizada com um reajuste de 8%, como previsto na Medida Provisória 280/06.

Ganhou ainda apoio dos senadores a MP do Simples (275/05), que elevou o valor da receita para enquadramento

das empresas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) e assegurou maior equilíbrio na cobrança, ao criar novas faixas de arrecadação. Já a MP 281/06 isentou do IRPF os investimentos estrangeiros em títulos públicos.

Aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), duas propostas dependem agora de votação em Plenário: o projeto que isenta do IRPF rendimentos de maiores de 75 anos (PLS 313/03) e o que obriga a devolução desse tributo, quando retido a mais na fonte, no mesmo

ano da declaração (PLS 41/04).

Na CAE, estava pronto para exame o projeto que cria a Super-Receita, a partir da unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária. O órgão responderá pela arrecadação de mais de 65% dos tributos federais, como prevê o PLC 20/06.

Resultado da campanha “De Olho no Imposto”, o PLS 174/06, que prevê a divulgação na nota fiscal de todos os tributos pagos pelo cidadão, também se encontrava em ponto de decisão na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A campanha “De Olho no Imposto”, em maio, deu origem ao projeto que prevê a divulgação na nota fiscal de todos os tributos pagos pelo cidadão



J. FREITAS

■ Tabela do Imposto de Renda

Aumentos salariais obtidos pelos trabalhadores são muitas vezes consumidos pelo Imposto de Renda retido na fonte por causa da defasagem da tabela mensal de desconto.

A atualização de 8% via MP 280/06 permitiu reduzir parte da defasagem da tabela. O reajuste, retroativo a fevereiro, isentou de taxaço na fonte os ganhos até R\$ 1.257,12 – antes, a faixa de isenção ia até R\$ 1.164. A alíquota de 15% passou a incidir sobre rendimentos entre R\$ 1.257,13 e R\$ 2.512,08, com dedução de R\$ 188,57. Ganhos acima de R\$ 2.512,08 ficaram sujeitos à alíquota de 27,5%, com desconto de R\$ 502,28.



Eduardo Azeredo, relator de projeto relativo ao Imposto de Renda

■ Simples e Supersimples

Desde a aprovação da MP 275/05, o Simples – em vias de ser substituído pelo programa Supersimples, já aprovado no Congresso – ficou mais acessível aos pequenos empresários. A margem de faturamento anual para enquadramento no sistema facilitado de recolhimento de tributos foi duplicada: para as microempresas, passou de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil; e para as pequenas, de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões. Com amplitude de 3% a 12,6%, as alíquotas incorporaram 11 novas faixas. Assim, a cobrança passou a refletir de forma mais justa os diferentes níveis de faturamento das empresas.

■ Devolução do IRPF

Atrasos na devolução do Imposto de Renda Pessoa Física retido a mais na fonte que ultrapassem o ano da declaração ficam vedados caso o Plenário acolha a proposta do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que saiu da CAE com substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O governo só poderá deixar de efetuar o pagamento da devolução no mesmo exercício se o contribuinte entregar ou retificar a declaração depois do prazo final ou quando forem identificados indícios de irregularidade.

■ Super-Receita

O sistema tributário nacional pode começar 2007 sob o comando da Receita Federal do Brasil. O projeto que prevê a criação do novo órgão – rotulado de Super-Receita – recebeu no final do ano pareceres favoráveis na CAE e CCJ, faltando apenas a decisão final em Plenário, o que poderia ocorrer ainda antes da virada do ano.

O apoio final do Senado encerrará polêmica sobre o tema, aberta em 2005, quando o governo editou medida provisória para criar a autarquia, a partir da fusão da Secretaria da Receita

Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária. A integração é tida como essencial para maior eficiência e agilidade na cobrança e fiscalização dos tributos.

O prazo para exame foi praticamente esgotado na Câmara. Sob o argumento de que a matéria era complexa e exigia mais tempo para análise, os

senadores deixaram a proposta sem deliberação. Vencido o prazo, a medida perdeu eficácia.

Em seguida, o governo reapresentou a iniciativa ao Congresso na forma de projeto de lei ordinária. O texto aprovado na Câmara chegou ao Senado em fevereiro de 2006 e passou por duas audiências públicas na CAE, debates que evidenciaram grandes di-

Criação da autarquia é tida como essencial para melhorar a arrecadação e fiscalização de tributos

vergências entre as categorias profissionais atingidas pela fusão. Os auditores da Receita Federal são os mais fortes opositores.

Com parecer favorável do relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o projeto constou várias vezes da pauta de votação, mas ficou decidido que o exame só deveria ocorrer depois das eleições, em resposta a apelo do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo ele, a proposta devia ser preservada dos embates políticos do período.

■ Isenção para idoso

Se aprovado em Plenário como saiu da CAE, o projeto que isenta os idosos de pagar Imposto de Renda sobre seus rendimentos admitirá exceção apenas no caso de ganhos obtidos em aplicações sujeitas a tributação exclusivamente na fonte. O projeto do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) foi relatado por Eduardo Azeredo, autor de emenda que reduziu de 80 para 75 anos a idade para isenção.

■ Nota fiscal

O anteprojeto que prevê a publicação dos tributos pagos pelos consumidores no bilhete da nota fiscal chegou ao Senado amparado por 1,5 milhão de assinaturas, colhidas durante a campanha “De Olho no Imposto”. O primeiro signatário é o presidente da Casa, senador Renan Calheiros. Ele diz que a iniciativa contribui para que o cidadão exija a correta aplicação dos impostos. Pronto para votação na CMA, o projeto é relatado pelo senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), presidente da comissão.



Reunião do Mercosul e associados: Fidel Castro (E), Tabaré Vázquez, Lula, Néstor Kirchner, Nicanor Duarte, Hugo Chavez e Michelle Bachelet

Desafios da participação

Instalação do Parlamento do Mercosul amplia força das populações dos países membros nas decisões do bloco

Um inédito desafio aguarda os legisladores de cinco países do continente em 2007: a instalação do Parlamento do Mercosul. Localizado em Montevidéu, o novo parlamento abrirá caminho para uma maior participação das sociedades no processo de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e o novo integrante do grupo, a Venezuela.

Na sessão inaugural do órgão, no dia 14 de dezembro, em Brasília, será concluída a etapa da presidência *pro tempore* brasileira, tanto do Mercosul em si quanto da Comissão Parlamentar Conjunta do bloco – que agora dará lugar ao novo órgão. A realização da sessão inaugural foi uma consequência da prioridade garantida ao processo de integração pelo presidente *pro tempore* da comissão, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

A condução do processo de instalação caberá, durante o primeiro semestre de 2007, ao Paraguai, que assume em

janeiro o comando do Mercosul. As primeiras sessões plenárias serão realizadas até junho, quando os parlamentares dos cinco países darão início a uma rotina de debates inspirada no exemplo europeu.

O Parlamento do Mercosul é definido, em seu protocolo constitutivo, como um “órgão de representação de seus povos, independente e autônomo”, que passará a integrar a estrutura institucional do bloco econômico. As decisões serão inicialmente adotadas por parlamentares de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela é considerada membro pleno do Mercosul, mas ainda em processo de adesão. No novo parlamento, deputados venezuelanos dividirão o Plenário com colegas dos países fundadores do bloco, com direito a voz, mas ainda não a voto.

Da mesma forma, poderão ser convidadas a participar das sessões – com direito a voz e sem direito a voto – delegações de parlamentares dos países associados ao Mercosul: Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Peru.



Arthur Virgílio (acima) foi um dos senadores que dedicaram mais tempo aos debates sobre o Mercosul. Integração entre os países membros foi prioridade da Comissão Parlamentar Conjunta, presidida por Sérgio Zambiasi (à esq.)



■ Período de transição

O Parlamento do Mercosul contará, inicialmente, com 90 integrantes – 18 de cada um dos cinco países que o compõem. A regra valerá para o primeiro período de transição em direção ao pleno funcionamento do novo órgão. A partir de 2011, quando terá início a segunda etapa de transição, a composição será feita de acordo com o “critério de representação cidadã”, ou seja, levará em conta a população de cada país.

A negociação em torno da definição do número de cadeiras que será reservado a cada sócio do bloco ocorrerá ainda em 2007. Isso porque, até dezembro do próximo ano, deverá ser estabelecido o critério de representação por decisão do Conselho do Mercado Comum, órgão supremo nas deliberações do Mercosul. O conselho tomará sua decisão a partir de proposta adotada por “maioria qualificada” pelo parlamento.

Na primeira etapa, os parlamentares serão indicados pelos respectivos parlamentos nacionais. Até 2010, serão escolhidos pelo voto direto os integrantes do Parlamento do Mercosul, na segunda etapa de transição, que vai de 2011 a 2014. Essas eleições ocorrerão juntamente com eleições nacionais realizadas por cada Estado-parte – ou seja, em datas isoladas, segundo o calendário eleitoral de cada país.

Em 2014, deverão ser realizadas as primeiras eleições simultâneas, em todo o bloco, para a escolha dos integrantes do novo parlamento. A data para esse pleito será escolhida até o fim de 2012 e será conhecida como Dia do Mercosul Cidadão.

Parlamentares serão indicados, na primeira etapa. Escolha por voto direto ocorrerá em 2010

■ Montevideú firma-se como sede

Erguida às margens do rio da Prata pelos espanhóis a partir de 1724, Montevideú será a sede do Parlamento do Mercosul. Com 1,3 milhão de habitantes, a capital do Uruguai busca consolidar-se como principal sede das decisões do bloco econômico, que já tem na cidade igualmente a sua Secretaria Executiva.

A localização do novo parlamento é simbólica, uma vez que o Uruguai situa-se entre os dois maiores sócios do Mercosul, Brasil e Argentina. O país deverá exercer um papel importante no futuro da integração regional, já que por ele passam as principais rodovias que ligam centros econômicos importantes como Buenos Aires e São Paulo.

As primeiras sessões do novo parlamento deverão ocorrer no próprio edifício do Congresso Nacional do Uruguai. Já se estuda, porém, a reforma de uma antiga estação ferroviária, localizada no centro de Montevideú, para abrigar o novo órgão. O Mercosul celebrará com o governo uruguaio um Acordo Sede, que definirá as normas relativas aos privilégios, às imunidades e às isenções do parlamento, dos parlamentares e de seus funcionários, de acordo com as normas vigentes do Direito Internacional.

O Parlamento do Mercosul contará com uma secretaria parlamentar e uma secretaria administrativa, que funcionarão em caráter permanente em Montevideú. O pessoal técnico e administrativo, integrado por cidadãos dos Estados-parte, será designado por concurso público internacional e terá estatuto próprio.



Presidente do Haiti, René Préval, é recebido por Saturnino, presidente da Comissão de Relações Exteriores, que debateu a crise do gás

Debates acalorados

Prioridade do governo Lula aos países em desenvolvimento e posição brasileira diante da nacionalização do gás na Bolívia polemizam discussões no Senado

A política externa tornou-se um dos principais focos de debate no Senado, ao longo de 2006. Assuntos como a prioridade concedida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva às relações com os países em desenvolvimento e a crise no relacionamento com a Bolívia, por causa do abastecimento de gás natural, polemizaram as discussões sobre as opções da política externa brasileira.

De um lado, a oposição criticou duramente o que chamou de politização demasiada da política externa. De outro,

parlamentares governistas elogiaram os resultados obtidos pelo país em seus esforços de aproximação com outras nações consideradas emergentes.

Em um dos principais ataques à atual condução do Itamaraty, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) recordou, em Plenário, que o governo não havia obtido sucesso em suas duas maiores metas na área externa: o fortalecimento do Mercosul e a obtenção de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Por sua vez, Ideli Salvatti (PT-SC)

ressaltou a importância da manutenção da atual política externa durante o segundo mandato do presidente Lula. Para Ideli, a prioridade deve ser para a aproximação do Brasil com os demais países da América do Sul.

Também houve espaço para debate de temas como a situação do Oriente Médio. Em agosto, Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou a morte de 750 civis libaneses em consequência de bombardeios israelenses. O tema foi discutido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Relações entre Brasil e Bolívia foram alvo de polêmica

As relações entre Brasil e Bolívia foram foco de diversos discursos, motivados pela decisão do presidente boliviano Evo Morales – contestada pela oposição brasileira – de nacionalizar as reservas de petróleo e gás de seu país, com prejuízos para a Petrobras.

Em aparte a um longo pronunciamento feito pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o próprio

presidente do Senado, Renan Calheiros, recomendou ao governo que fosse “duro na defesa do Estado brasileiro e da Petrobras”.

– Não há outro caminho a não ser agirmos com firmeza, para não sermos condescendentes com essa quebra de contratos – afirmou Renan.

Durante audiência pública realizada em maio pela Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, diversos senadores demonstraram preocupação com a situação. Um dos principais críticos da posição do governo no episódio foi o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

– Se a reação do governo onde a Petrobras tem investimentos for essa, temo pelo futuro da empresa – disse.

Presidente da Assembléia chinesa visita o Senado

Em uma demonstração da prioridade concedida por seu país ao relacionamento com o Brasil, o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Wu Bangguo, visitou em agosto o Congresso Nacional. Ele debateu com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, as possibilidades de atuação conjunta dos dois países em favor da segurança internacional, do desenvolvimento sustentável e da construção de um mundo multilateral.

– Nunca tivemos disputas históricas e defendemos um mundo multilateral, com respeito às diversidades culturais. Brasil e China são países em desenvolvimento, que podem contribuir mutuamente para o fortalecimento de suas economias. A nossa disposição é a de que essa contribuição seja sempre maior, para o crescimento dos dois países – disse Wu.

Durante palestra na Câmara dos Deputados, o líder chinês previu que o comércio bilateral poderá alcançar o

montante de US\$ 20 bilhões em 2007. Poucos dias antes, porém, uma audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) demonstrou que o intercâmbio entre os dois países tornou-se tema polêmico.

Representantes de entidades empresariais brasileiras que participaram do debate afirmaram que a China não é uma economia de mercado, pois ainda não obedece às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, disseram, as exportações chinesas têm prejudicado o parque industrial brasileiro, por causa das desiguais condições de competitividade nas duas economias.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordou com os argumentos dos empresários e considerou precipitada a atitude do governo brasileiro de reconhecer a China como economia de mercado.

– Foi uma forma açodada de fazer as coisas, na ânsia política para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e que vai trazer dificuldades para o parque indus-

trial brasileiro – previu Flexa Ribeiro.

Jacques Chirac

O Senado também recebeu, em maio, a visita do presidente da França, Jacques Chirac. Na ocasião, Renan Calheiros recordou a existência de projetos de cooperação bilateral em diversos setores, como o acordo que permitiu a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o estado do Amapá à Guiana Francesa, e o Protocolo de Intenções para a cooperação nos campos de energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear, tecnologias espaciais, ciências básicas e aplicadas.

Em debate na CAE, empresários brasileiros dizem que a China não segue regras da OMC

O presidente da França, Jacques Chirac (D), visitou o Senado em maio. Abaixo, Wu Bangguo (C), presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, é recebido por Renan Calheiros e Aldo Rebelo, em 30 de agosto



FUCKR



JOSE CRUZ

Caça aos sanguessugas

CPI criada para apurar a compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro do Orçamento da União influenciou até o resultado das eleições

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Apesar de divergências pontuais, as reuniões da CPI dos Sanguessugas, relatada por Amir Lando (no alto, à dir.), corriam em clima de concórdia. Os ânimos se acirraram após a tentativa de compra, por emissários petistas, de dossiê contra tucanos. Na foto do meio, Sibá Machado usa a palavra. Acima, Heloísa Helena analisa relatório

A Ala Nilo Coelho do Senado abriga desde o dia 22 de junho a CPI mista que começou com um caráter suprapartidário, influenciou o resultado das eleições do novo Congresso e quase muda os rumos da eleição presidencial.

Apoiada em uma caudalosa investigação a cargo da Justiça Federal, do Ministério Público, da Polícia Federal e da Controladoria Geral da União (CGU), a CPI dos Sanguessugas expôs ao país a rede de corrupção que entre 1998 e 2005 uniu empresários fornecedores de ambulâncias e equipamentos hospitalares (liderados pelos Vedoin, donos da empresa Planam), parlamentares, prefeitos e membros do Poder Executivo federal, com a colaboração de lobistas, funcionários públicos e assessores de senadores e deputados.

Chamado ora de “máfia das ambulâncias”, ora de “máfia dos sanguessugas”, o esquema se locupletava com recursos do Orçamento da União para vender equipamentos médicos a prefeituras com preços superfaturados, lesando os cofres públicos em mais de R\$ 100 milhões.

Resolvido o impasse inicial, recorrente em torno de CPIs, a comissão lançou mão do material apurado pela Justiça, principalmente, e traçou como seu objetivo primeiro oferecer aos eleitores elementos para julgar os senadores e deputados acusados de participar da máfia. Assim, em 10 de agosto, o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), apresentou seu relatório parcial.

Em 973 páginas, fora os anexos, Lando fez uma radiografia da ação dos chamados sanguessugas, e analisou a participação de cem parlamentares. Destes, 69 deputados e três senadores foram acusados de participar das operações do esquema e tiveram seus nomes encaminhados aos conselhos de ética das duas Casas do Congresso, para serem julgados por falta de decoro no exercício dos mandatos.

As urnas puniram a maioria dos envolvidos no escândalo. Dos 64 deputados e senadores que respondem a inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) e foram candidatos, 56 (92,1%) saíram derrotados nas urnas – com isso perdendo o foro privilegiado para responder a processos judiciais.

Somente oito conseguiram se reeleger, sendo que cinco deles iniciam o novo mandato respondendo a processos de cassação. Esse resultado difere bastante do ocorrido em relação aos deputados acusados de receber o chamado mensalão. Dos 12 parlamentares que teriam recebido dinheiro do valerioduto e disputaram a eleição, sete se reelegeram.

Sugestões para coibir a corrupção

O relatório de Amir Lando foi aprovado no mesmo dia 10, com o voto contrário do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) e a abstenção do senador Sibá Machado (PT-AC). Além de analisar a participação de parlamentares, o relator também sugeriu medidas para coibir a corrupção com verbas do Orçamento, observando detidamente o papel das emendas de parlamentares, do repasse de verbas, da execução orça-

mentária e da fiscalização e do controle dos recursos.

Apesar de divergências sobre os nomes enviados aos conselhos de ética, o clima na CPI foi desde o início de grande concórdia, mesmo com o comando da comissão abrigando parlamentares alinhados com as duas principais candidaturas à Presidência da República: Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e Amir Lando com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice-presidente, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), partidário da candidatura do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin. Este era ainda apoiado por sub-relatores de forte presença, como Carlos Sampaio (PSDB-SP). O sub-relator deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) também mostrou-se sempre contrário a Lula.

Dos 64 parlamentares processados no Supremo, 56 foram derrotados nas urnas

Essas divergências levariam a CPI a uma divisão a partir da prisão, em setembro, de integrantes da campanha de Lula, por tentarem comprar um dossiê preparado pela família Vedoin, líder do esquema, para incriminar os candidatos do PSDB Alckmin e José Serra. A decisão adotada pela CPI foi investigar também o dossiê, mas às vésperas

do segundo turno das eleições oposição e governo se desentenderam sobre o ritmo e a metodologia da investigação.

Raul Jungmann e Fernando Gabeira, junto com a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), lutam agora para prorrogar a CPI até meados de janeiro.

– Queremos evitar que a opinião pública se frustre com a falta de conclusão sobre a participação do Poder Executivo nas fraudes – explicou Jungmann.

■ Conselho de Ética

Três senadores foram apontados no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas como envolvidos na máfia das ambulâncias. Mas foram inocentados no Conselho de Ética da Casa.

Ney Suassuna – À comissão, o empresário Luiz Antônio Vedoin, sócio da Planam, disse que repassou R\$ 222.500 a Marcelo Carvalho, ex-assessor de Suassuna, como pagamento pela apresentação de emendas que beneficiariam o esquema. O relator do processo foi Jefferson Péres (PDT-AM), que informou não ter encontrado provas contra o senador, mas ressaltando que a quebra de decoro poderia ocorrer até por omissão. Suassuna foi o único dos três acusados a sofrer medida disciplinar, de censura verbal.

Magno Malta – O senador capixaba foi acusado de receber da Planam um veículo como pagamento adiantado por emendas que apresentaria para beneficiar o esquema das ambulâncias. Malta



João Alberto (C), presidente do conselho, e Paulo Octávio (D), em depoimento de Luiz Vedoin

não apresentou emendas, e usou esse fato em sua defesa. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), alegou “inequívoca insuficiência de provas” e pediu o arquivamento do processo.

Serys Slhessarenko – A CPI encontrou depósito de R\$ 37,5 mil na conta do genro de Serys, Paulo Roberto Ribeiro, mas o relator do processo, senador Paulo Octávio (PFL-DF), disse não ter encontrado indícios de que ela tenha ligação com o esquema. O genro da senadora alegou que recebeu o dinheiro por fornecer material hospitalar à Planam. O processo também foi arquivado.

■ Trabalho pautado

Denúncias da sociedade e as comissões parlamentares de inquérito pautaram em 2006 as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – órgão criado com o objetivo de fiscalizar e garantir a “preservação da dignidade do mandato parlamentar”.

Logo no início do ano, o colegiado analisou três representações da sociedade, todas arquivadas por falta de provas. Em uma delas, o advogado Márcio José Acioli Xavier acusou o senador Romero Jucá (PMDB-RR) de ser proprietário e gerente da TV Caboraá, o que é proibido pela Constituição.

Também careceram de provas outras duas representações, feitas pelo advogado Roberto Ramos: a primeira contra Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por suposta prestação de contas irregular na sua campanha de reeleição ao governo de Minas Gerais, em 1998; e a outra contra Arthur Virgílio (PSDB-AM), acusado de usar a tribuna do Senado para caluniar o presidente Lula e seu governo.

MOREIRA MARIZ



J. FREITAS

CÉLIO AZEVEDO



Tumulto na CPI dos Correios: Delcídio Amaral coloca relatório final de Osmar Serraglio em votação sem destaques, o que causa revolta da bancada do PT na comissão (no alto, à esquerda). Acima, publicitário Duda Mendonça presta segundo depoimento, mas responde de forma lacônica a todas as perguntas: “Lamento, mas não vou responder”. Ao lado, explicações do então ministro da Fazenda Antonio Palocci à CPI dos Bingos, em janeiro, são acompanhadas por Efraim Morais, Garibaldi Alves e Mozarildo Cavalcanti

Dos Correios aos bingos

Ação das CPIs mobiliza atenções e resulta na queda de ministros e de lideranças do PT, além de pedidos de indiciamentos e propostas de mudança na legislação

Duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) dominaram o noticiário político, especialmente ao longo do primeiro semestre de 2006: a dos Correios e a dos Bingos. Foram mais de 200 audiências públicas, entre depoimentos, acareações e diligências, além das reuniões administrativas e das destinadas à análise de milhares de documentos, com destaque para cruzamento de informações e checagem de quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal de centenas de pessoas e empresas supostamente envolvidas em esquemas de corrupção.

O volume de trabalho levou as presidências das duas CPIs, no intuito de acelerar e aprofundar as investigações, a pedirem ajuda de peritos da Polícia Federal e de técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Receita Federal. A CPI Mista dos Correios chegou a criar cinco sub-relatorias – como a de Fontes Financeiras – e contratar os serviços de

duas empresas de consultoria privada.

Palco de intensos embates entre governo e oposição, as duas comissões foram marcadas por fatos inusitados, a exemplo do segundo depoimento do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios. Por mais de três horas, obedecendo à estratégia de seus advogados, Duda Mendonça não deu ouvidos à maioria das perguntas, limitando-se a afirmar: “Lamento, mas não vou responder”.

No primeiro depoimento prestado de forma espontânea ao colegiado, Duda Mendonça – publicitário da campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 – abalou o governo ao admitir ter cometido crime fiscal por ter recebido R\$ 10 milhões do PT em conta no exterior, com uma agravante: não declarou o dinheiro. As denúncias forçaram explicações do presidente Lula, que, pela televisão, negou as acusações e disse ter sido traído.

■ Flagrante de propina

A CPI dos Correios foi criada após o então funcionário da estatal Maurício Marinho ter sido flagrado recebendo R\$ 3 mil na sede da empresa, em Brasília, e ter apontado o PTB como líder de um esquema de corrupção nas estatais. O presidente do partido à época, deputado Roberto Jefferson (RJ), deu o troco e responsabilizou o governo pelo pagamento de uma mesada a deputados da base aliada, conhecida como mensalão.

A CPI, presidida por Delcídio Amaral (PT-MS), foi instalada em meio à maior crise vivida até então pelo governo Lula, que culminou no afastamento de José Dirceu, então ministro da Casa Civil, e de figuras do PT, como José Genoíno, que presidia a legenda, o tesoureiro Delúbio Soares, o presidente da Câmara João Paulo Cunha e o secretário-geral do PT Sílvio Pereira.

As investigações tornaram público o valerioduto, esquema montado pelo empresário Marcos Valério, dono das agências SMP&B e DNA, acusado de ser o principal operador do mensalão.

■ Lista de envolvidos

O relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) pediu o indiciamento de mais de cem pessoas, incluindo os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken, e 18 deputados federais. O relator reconheceu também a existência do mensalão e o uso de caixa dois em campanhas eleitorais. Foram identificadas perdas milionárias em investimentos realizados por 14 fundos de pensão, por meio de influência político-partidária. No relatório final aprovado pela CPI, o presidente Lula foi isentado de “responsabilidade objetiva” no conjunto de ações do esquema do mensalão.

Concluídos os trabalhos, a Mesa do Senado recebeu propostas das duas CPIs. Parte dos projetos aguarda deliberação do Plenário, a exemplo do PLS 225/06, que aprimora a legislação de combate à lavagem de dinheiro. Outra proposta (PEC 40/06) prevê a abertura de processo por crime de responsabilidade contra agente privado que induza a ato de improbidade administrativa.

■ Maior acareação na história das CPIs

A CPI dos Bingos realizou a maior acareação de que se tem notícia na história das comissões de inquérito, com a presença de cinco pessoas. Por mais de quatro horas, os denunciados por suposto envolvimento em esquemas de corrupção acusaram-se mutuamente de pagar e dividir propinas milionárias, que podem ter chegado a R\$ 6 milhões, quando da renovação – em 2003 – do contrato no valor de R\$ 650 milhões en-

■ Depoimento de caseiro leva à queda de Palocci

As atenções do país e da mídia também se voltaram para a sala da CPI dos Bingos quando o caseiro Francenildo Santos Costa garantiu ter visto o então ministro Antonio Palocci na “casa do lobby”, mansão situada no Lago Sul – bairro nobre de Brasília. Segundo

tre a multinacional americana GTech e a Caixa Econômica Federal para operação de loterias federais.

Na acareação, o comportamento de três personagens prendeu a atenção dos parlamentares: Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil da Presidência da República; Rogério Buratti, ex-assessor de Antonio Palocci quando prefeito de Ribeirão Preto (SP); e o empresário de jogos Carlinhos Cachoeira.

denúncias, ex-assessores de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto usavam a mansão para realizar festas e para firmar negócios com empresários visando, entre outras coisas, ao tráfico de influência no governo federal. O depoimento desencadeou a queda de Palocci.

■ Leque da investigação é ampliado

O requerimento de criação da CPI dos Bingos foi apresentado por Magno Malta (PL-ES) em fevereiro de 2004, mas a instalação dos trabalhos só ocorreu 15 meses depois, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Criada para investigar a relação das casas de bingo com o crime organizado, a CPI passou a apurar outras denúncias que, na visão de parlamentares da base do governo, como Tião Viana (PT-AC), não tinham relação com o fato determinado para instalação da CPI – os bingos.

O presidente do colegiado, Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, Garibaldi

Alves Filho (PMDB-RN), insistiram na tese de que as investigações “eram correlatas”. Foi aí que a CPI despertou maior interesse da mídia e da população – quando foi aberto o leque de investigações, apesar dos protestos do governo.

Além do caso GTech, a CPI investigou as mortes dos ex-prefeitos de Santo André (SP) Celso Daniel, e de Campinas (SP) Antônio da Costa Santos – o Toninho do PT. Também analisou a relação do então ministro Palocci com a chamada “República de Ribeirão Preto”, bem como denúncias de que teria recebido R\$ 1 milhão de bingueiros paulistas.

■ Pedidos de indiciamento e projetos de lei

Ao final dos trabalhos, o relatório de 1.300 páginas de Garibaldi Alves pediu o indiciamento de 79 pessoas, entre elas o ex-ministro Antonio Palocci e o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Paulo Okamoto. Toda a documentação foi encaminhada ao Ministério Público Federal para o aprofundamento das investigações.

A CPI dos Bingos apresentou projetos à Mesa do Senado, com

destaque para o PLS 121/04, que proíbe a exploração de jogos de bingo, inclusive as chamadas máquinas caça-níqueis, no território nacional, e o PLS 274/06, que pune com um a três anos de cadeia quem explorar jogo de azar sem autorização legal.

Como forma de diminuir a corrupção, a CPI sugeriu, por meio do PLS 277/06, que seja obrigatória a utilização de pregão eletrônico para as compras governamentais.

Terra estrangeira

CPI buscou aprovar legislação para facilitar a vida dos brasileiros expatriados e coibir a atuação de agenciadores que facilitam a entrada ilegal em outros países

Instalada em maio de 2005, a CPI Mista da Emigração Ilegal terminou seus trabalhos pouco mais de um ano depois – em julho de 2006. Entre as consequências das atividades da comissão, figura o esforço para aprovar legislação com o objetivo não só de facilitar a vida dos brasileiros que emigram para outros países, mas também para combater a má-fé de agenciadores que auxiliam essas pessoas a cruzar fronteiras irregularmente.

Em seu relatório final, a CPI recomenda a aprovação do PLS 15/06, que altera o Código Penal com o objetivo de criminalizar o tráfico de pessoas para fins de emigração, prevendo multa e pena de reclusão de dois a seis anos.

Já a Proposta de Emenda à Constituição 5/05 estabelece que lei disporá sobre a instituição de circunscrições eleitorais especiais para a eleição de representantes dos brasileiros residentes no exterior. Também tramita um projeto de lei para permitir o ingresso retroativo no Regime Geral de Previdência Social aos brasileiros que tenham trabalhado no exterior, na condição de segurado facultativo.



JANE ARAÚJO

Em reunião na CPI, o senador Marcelo Crivella (E) conversa com o deputado Hermes Parcianello: proposta da comissão criminaliza o tráfico de pessoas para fins de emigração

Para dar continuidade às ações da CPI, criou-se a Frente Parlamentar Cidadania sem Fronteiras. A comissão propôs ainda a criação de uma Secretaria de Políticas ao Emigrante, ligada à Presidência da República.

■ Proteção lá fora

O Brasil foi, durante séculos, um país receptor de massas de imigrantes, mas a crise econômica enfrentada pelo país a partir dos anos 80 levou o brasileiro a emigrar. Inicialmente centenas, depois milhares, hoje são cerca de 3,5 milhões vivendo no exterior.

O presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), lamenta que os emigrantes brasileiros se vejam obrigados a se submeter a trabalhos “sujos, difíceis e mal remunerados”. Para ele, o governo e o Congresso brasileiros precisam tomar medidas urgentes para proteger esses cidadãos, pois não é possível continuar ignorando a dimensão econômica e social do problema. Em 2005, os brasileiros

que vivem fora enviaram cerca de US\$ 6,4 bilhões ao Brasil.

Ao falar sobre a assistência prestada pelo governo brasileiro aos emigrantes, Crivella disse que a estrutura do Itamaraty está bastante desatualizada.

– É urgente que a representação consular do Brasil no exterior seja expandida e valorizada – defende.

Segundo o relatório da CPI, o papel dos consulados brasileiros precisa ser ampliado, com essas representações diplomáticas passando a atuar como órgãos de apoio comunitário, designando diplomatas diretamente responsáveis pelas relações com as comunidades brasileiras.

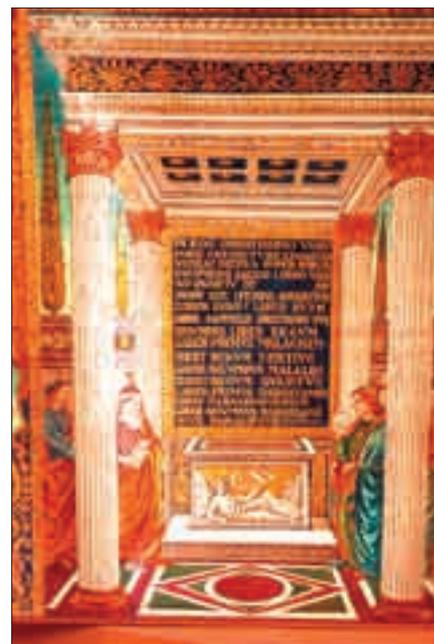
Onde estão os emigrantes brasileiros



Fonte: Itamaraty



Participam da abertura da exposição sobre os 180 anos da Biblioteca do Senado (da esq. para a dir.) a diretora Simone Bastos e os senadores Renan Calheiros, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel; ao lado, detalhe de obra editada em 1921 que integra o acervo de raridades



180 anos de história

Biblioteca do Senado celebra aniversário com publicação de livro de memórias e programa para deficientes

A Biblioteca do Senado comemorou em 2006 seus 180 anos com o lançamento do livro *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 Anos de História Viva*, um resgate da memória do órgão, criado em 18 de maio de 1826, numa sessão retratada por uma encenação teatral.

Além da história da instituição, o livro conta como o acervo foi construído ao longo dos anos.

O acervo hoje é composto por 170 mil livros; 3.800 títulos de periódicos; 11

mil obras de referência; 2,7 milhões de recortes de jornais selecionados; e 6.400 obras raras, entre as quais o livro *Novus Orbis*, de Johannes de Laet, de 1633.

Outro destaque foi a criação da Sala de Acessibilidade, com equipamentos que permitem o acesso de deficientes. A inauguração fez parte da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Cerca de 10% dos documentos da biblioteca já estão em formato digital, e poderão ser acessados também pelo site www.senado.gov.br/sf/biblioteca.

■ Formação e qualificação

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) formalizaram, ao longo de 2006, 61 acordos de cooperação técnico-cultural com universidades renomadas e instâncias legislativas, além de órgãos públicos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e tribunais de contas e de Justiça estaduais.

Foram qualificados cerca de 7.300 profissionais, que participaram de 227 cursos, seminários, palestras, videoconferências e encontros por meio dos programas de educação presencial, a distância, de pós-graduação e de extensão.

■ Relações Públicas

A pré-estréia em Brasília do filme *Zuzu Angel* foi o ponto alto entre os eventos promovidos pela Secretaria de Relações Públicas do Senado em 2006. O evento contou com a presença do diretor Sérgio Rezende, das atrizes Patrícia Pilar e Luana Piovani, e das filhas da estilista, Hildegard e Ana Cristina.

Merecem ainda registro a segunda edição da exposição de artistas brasileiros (veja nas págs. 84/85), o lançamento do livro sobre o ex-presidente do Senado Humberto Lucena e da coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado", bem como as sessões solenes para recepcionar os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, da França, Jacques Chirac, e do Chile, Michelle Bachelet, em parceria com o Cerimonial da Presidência.

MARCOS ANTONIO CALLI/INTERLEGIS

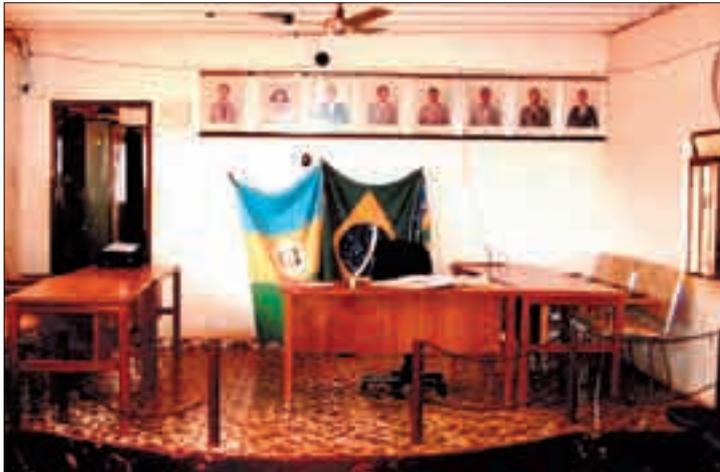


J. FREITAS

DIVULGAÇÃO/INTERLEGIS



DIVULGAÇÃO/INTERLEGIS



Durante o 1º Censo do Legislativo, apresentado à imprensa pelo 1º secretário do Senado Efraim Morais (*no alto*), os pesquisadores encontraram cenas singelas, como a da casa colonial que abriga a câmara de Santa Rita do Araguaia, em Goiás (*no topo*); a da demonstração de transparência dos vereadores de Juvenília, em Minas; e a das modestas instalações de uma câmara no interior do Maranhão (*acima*).

Censo Legislativo

Senado conclui radiografia pioneira das câmaras de vereadores em todos os municípios brasileiros

O Senado consolidou em 2006 o 1º Censo do Legislativo, levantamento pioneiro na história do país que traçou uma radiografia das casas legislativas em todos os municípios brasileiros. Sob a coordenação do Programa Interlegis, os recenseadores entrevistaram 12.495 pessoas para obter informações sobre a infra-estrutura física e tecnológica das casas; os recursos humanos e a capacidade financeira; e os parlamentares, a migração partidária e a produção legislativa, levando em conta o grau de organização e transparência do processo legislativo.

O censo mostrou que o Legislativo brasileiro, principalmente o das cidades com menos de 50 mil habitantes, sofre com a falta de infra-estrutura física, de informação, de tecnologia e de pessoal especializado e com o comprometimento da sua autonomia e independência diante do Executivo municipal, seja por estar localizado no mesmo prédio da prefeitura, seja pelas dificuldades orçamentárias.

A média nacional de câmaras independentes (fora do prédio da prefeitura) é de 77,2%, sendo que o estado que tem maior índice é Rondônia, com 97,6%. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná obtiveram a média mais baixa: 66%. Já as regiões Norte e Nordeste tiveram médias

mais altas que a nacional: 86%.

O raio X do legislativo municipal mostrou que, em termos de escolaridade, 34% dos vereadores do país possuem ensino médio completo, enquanto 3% cursaram pós-graduação; e 14% concluíram apenas o ensino fundamental, enquanto 16% possuem formação universitária. A predominância masculina é outro aspecto relevante: são 88% vereadores e apenas 12% de vereadoras. Além disso, o censo identificou a ausência de sistemas de comunicação nas câmaras de vereadores: 77,3% delas não possuem um serviço próprio de comunicação.

O objetivo do censo foi o de contribuir para o desenvolvimento institucional e tecnológico para melhorar o desempenho das casas nas suas funções básicas de representar, fiscalizar e controlar.

Os dados do 1º Censo do Legislativo podem ser acessados no endereço www.interlegis.gov.br, assim como os comentários, análises e a metodologia utilizada.

Balanco de 2006

Desenvolvido pelo Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa Interlegis oferece ensino a distância, central de relacionamento via telefone, sistema de videoconferência – cerca de 500 eventos em 2006 – e sistemas de apoio ao Parlamento, como o Portal Modelo e o desenvolvimento de *softwares* livres para a automação das casas legislativas.

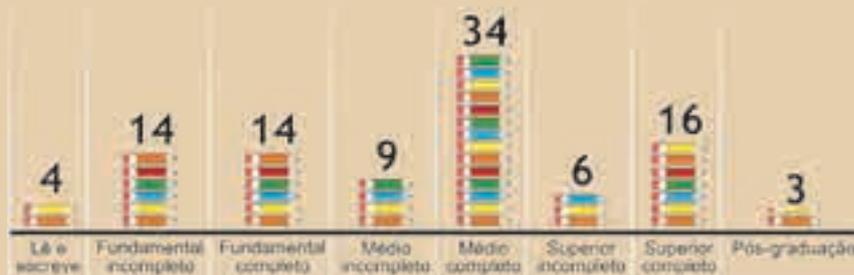
Além das 26 assembleias estaduais, da Câmara Distrital e do Tribunal de Contas da União, estão integradas ao Senado 4.276 câmaras municipais do país (70% das 5.564 existentes). Destas, 3.368 já têm computador e impressora instalados e seus funcionários treinados. Em 2006 foram oferecidos ainda 27 cursos a 3.840 alunos sobre assuntos relevantes para a modernização das casas legislativas e a atividade parlamentar.

Na página do programa na internet, é possível acompanhar o que está sendo discutido em qualquer casa legislativa do país (www.interlegis.gov.br), facilitando o acesso da população ao Poder Legislativo.



Câmaras que possuem serviço próprio de comunicação

Distribuição dos vereadores por nível de escolaridade



Distribuição dos vereadores por gênero





Diretor de Comunicação do Senado, Armando Rolemberg (D), ao lado de Efraim Morais, cumprimenta Antonio Carlos Magalhães durante lançamento de sinal aberto de TV Senado em Salvador: emissora divulga atividades da Casa juntamente com a Rádio Senado (ao centro), Agência Senado (à dir.) e o Jornal do Senado, que também edita publicações especiais, como a cartilha sobre o Orçamento, lançada também em CD (no alto, à dir.)



ANA VOLPE



ANA VOLPE



Televisão, rádio, internet e jornal impresso levam as notícias do Senado aos cidadãos de todos os cantos do Brasil

Informação pública

A Secretaria Especial de Comunicação do Senado dispõe de quatro veículos para divulgar a atuação do Legislativo: a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado e o Jornal do Senado. A TV teve o ano de 2006 marcado, entre outros eventos, pela conquista de 13 novos canais em sinal aberto nas principais capitais do país. Prestes a completar dez anos, a Rádio Senado prepara-se para nacionalizar suas transmissões, com a implantação de novas emissoras FM em 13 capitais. A Agência Senado atingiu em 2006 o dobro de acessos do ano anterior e ainda lançou seu noticiário em inglês e espanhol. Já o Jornal do Senado consolidou a divulgação de notícias em meio impresso com três edições do periódico (uma diária, uma semanal e uma na internet), uma *newsletter* e cartilhas sobre temas especiais.

■ 13 capitais com FM

Prestes a completar dez anos, a Rádio Senado prepara-se para nacionalizar suas transmissões, com a implantação de novas emissoras FM em 13 capitais. Hoje, a Rádio Senado FM divulga as atividades do Senado Federal em 91,7 MHz, para o Distrito Federal e áreas próximas.

A emissora vem se consolidando como um importante canal de informação jornalística e cultural. A programação inclui três edições diárias do *Senado Notícias*, mais o *Jornal do Senado*, veiculado diariamente na *Voz do Brasil*.

Nas segundas-feiras, ao meio-dia, é apresentado o programa *Conexão Senado*, com entrevistas e debates. E de terça a quinta-feira, a partir das 9h, o *Senado Repórter* traz entrevistas ao vivo, notícias gerais e o trabalho das comissões e Plenário.

Intercalados com música brasileira e informações de utilidade pública, programas culturais também têm destaque na programação.

E em todos os fins de semana é veiculado um programa especial sobre o trabalho legislativo, datas históricas, assuntos educativos ou científicos. Em 2006, foi destaque a cobertura dos dois turnos das eleições.

Quase mil emissoras, com uma audiência potencial de 40 milhões de ouvintes, são conveniadas à Rádio Agência e usam os produtos da Rádio Senado para dinamizar sua programação. O material é inserido na página www.senado.gov.br/radio. Em 2006, aproximadamente 1,1 milhão de arquivos foram baixados. Pelo *site* também é possível ouvir a emissora ao vivo.

A Rádio Senado Ondas Curtas opera na faixa de 49m, 5.990kHz, de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados e domingos de 7h às 10h para transmissão de *O Senado é Mais Brasil*. O programa leva aos ouvintes de estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste notícias sobre o trabalho dos senadores e programas sobre saúde, direitos dos cidadãos, agricultura e meio ambiente.

■ TV já está no ar em Salvador

Em 2006, um ano marcado pela cobertura de grandes eventos, como as eleições, a TV Senado comemorou dez anos e consolidou seu projeto de expansão. Conquistou 13 novos canais em sinal aberto nas principais capitais do país. A inauguração, em novembro, do primeiro deles, o canal 53 de Salvador, marcou o início de uma nova fase, em que estará mais acessível ao grande público, com a instalação de retransmissoras em várias capitais, já autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

A emissora estreou o programa *Parlamento Brasil*, feito em parceria com emissoras legislativas das assembleias

estaduais e câmaras municipais. Incorporou à grade programas de entrevistas como *Encontros* e *Salão Nobre*, e documentários que resgataram a história do país, como *Presidentes do Senado*, *Mulheres em Movimento* e *Missa dos Quilombos*. Outro destaque foi o programa *Inclusão*, sobre responsabilidade social, minorias e voluntariado, que recebeu novos prêmios.

A emissora entra agora em fase de transição da tecnologia analógica para a digital, com equipamentos recém-adquiridos, entre eles ilhas não-lineares e câmeras digitais com discos ópticos de gravação.

■ Notícias em inglês e espanhol

A Agência Senado teve, em 2006, o dobro de acessos do ano anterior: quase 6 milhões de visitas à página eletrônica na internet. O ano foi marcado, também, pelo lançamento de sua página internacional, com noticiário em inglês e espanhol. A iniciativa representa um novo período da Agência Senado, com a expansão de suas fronteiras para leitores de todo o mundo que acessam a rede mundial de computadores.

Outro destaque foi o aumento de recursos multimídia – com a integração de texto, hipertexto, som e imagem –, que facilitam o acesso do internauta às

atividades do Senado Federal.

Mantendo sua linha de trabalho, a Agência Senado faz a cobertura de todos os eventos institucionais da Casa em tempo real. A confiabilidade do noticiário é comprovada pelo intenso aproveitamento do material produzido – com o devido crédito – por portais noticiosos e outros usuários.

Um dos pontos altos da agência em 2006 foi a cobertura das eleições. O veículo criou uma página dedicada especialmente ao tema, em que o leitor podia encontrar notícias, dados da apuração e perfis dos senadores eleitos.

■ Reportagens especiais

O *Jornal do Senado*, que em novembro superou a marca de 2.506 edições, completará 12 anos em 2007. Há duas versões, a impressa e a eletrônica, que mostram não apenas as decisões e os debates na Casa, mas levam também ao leitor informações úteis para o seu dia-a-dia e reportagens especiais sobre os temas em discussão.

São duas edições, a diária e a semanal: a diária, que circula de terça a sexta-feira no Distrito Federal, e a semanal, que segue para todo o país às segundas-feiras.

Todos os dias, 3.600 assinantes recebem por *e-mail* um *newsletter*, com

links para a versão eletrônica do jornal, áudios da rádio e vídeos da TV.

As páginas da versão eletrônica do jornal (www.senado.gov.br/jornal) foram abertas cerca de 6,5 milhões de vezes, de janeiro a novembro de 2006.

O *Jornal do Senado* ofereceu mais de 40 reportagens especiais a jornais, agências de notícias e portais de todo o país. Houve 1.100 pedidos de autorização para publicá-las.

Em parceria com a Rádio Senado, foi produzida cartilha sobre o Orçamento da União. A íntegra do texto está no *site* do jornal. Versão em áudio pode ser baixada na página da rádio.

Edições a preço popular

Senado percorre roteiro de feiras do livro e apresenta a 2,5 milhões de pessoas as obras publicadas pela Casa em áreas como história, direito e diplomacia



JOSE CRUZ

Júlio Werner Pedrosa (E), diretor da Seep, ao lado de Paulo Brandão, chefe do Serviço de Braille, Efraim Morais, Garibaldi Alves, Agaciel Maia e Renan Calheiros durante inauguração

■ Impressão em braile é ampliada

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) inaugurou a expansão de seu sistema de impressão em braile, que agora tem capacidade para 2.400 páginas por hora. Ao lado do 1º secretário, Efraim Morais, do diretor-geral, Agaciel Maia, e do diretor da secretaria, Júlio Pedrosa, o presidente Renan Calheiros afirmou que a iniciativa aproxima ainda mais o Senado da sociedade.

Destaque para o lançamento do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* em braile. Organizado pelo professor Joaquim Campelo Marques, vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, o dicionário reúne 10 mil verbetes. A obra é doada a entidades que apóiam deficientes visuais. O catálogo em braile do Senado inclui ainda a Constituição de 1988 e parte da legislação nacional.

■ Estudos qualificam o trabalho legislativo

Responsável por assessorar a atividade parlamentar, a Consultoria Legislativa deve ultrapassar em 2006 os 7 mil trabalhos produzidos, um recorde em ano eleitoral. Uma das principais tarefas dos consultores no ano foi a assessoria às CPIs, como a dos Correios e a dos Sanguessugas,

e às comissões especiais, como a da Criança e do Adolescente.

A consultoria produziu ainda o Banco de Leis do Idoso, com quase 700 normas, que podem ser consultadas via internet no endereço eletrônico www.senado.gov.br/conleg/Idoso/Assunto/idoso.htm.

São Paulo, João Pessoa, Sobradinho (DF), Mossoró (RN), Fortaleza, Belém, Campo Grande e Porto Alegre. Foi esse o itinerário percorrido em 2006 pela comissão que representa o Senado nas feiras do livro que são realizadas em todo o país. Mais de 2,5 milhões de pessoas conheceram uma outra faceta da Casa: a de editar livros. Além de legislar, o Senado edita livros que reúnem as leis brasileiras e resgatam a história política, jurídica e social do Brasil. O Conselho Editorial, criado em 1997, seleciona as obras. Geralmente são reedições de livros já esgotados que, apesar de não despertarem o interesse de editoras comerciais, são de grande relevância para a compreensão do Brasil, sobretudo nas áreas de diplomacia, ciências jurídicas, sociologia e etnologia. As publicações têm preços subsidiados.

■ Livraria virtual

Desde que a Livraria Virtual do Senado começou a funcionar, em 24 de maio, ficou ainda mais fácil adquirir as coleções, mídias eletrônicas e obras literárias, jurídicas e políticas incluídas no catálogo de publicações da Casa. O usuário agora pode efetuar sua compra imprimindo uma Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser paga nas agências bancárias e casas lotéricas ou pela internet. A consulta ao estoque e as compras podem ser feitas pelo endereço eletrônico www1.senado.gov.br/cegraf/loja.

As edições da Casa também estão disponíveis na Livraria do Senado, um espaço instalado junto à Subsecretaria de Edições Técnicas, no Anexo III do Senado Federal.

FOTOS: J. FREITAS



Polícia do Senado modernizou-se para garantir a segurança dos quase 300 mil visitantes anuais; à direita, o diretor-geral Agaciel Maia discursa ao lado de João Baere (diretor da Consultoria do Prodasen), Evaldo Carneiro (diretor do órgão) e Deomar Rosado (diretor-adjunto)

Senado interativo

A Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública é um canal direto de comunicação com a sociedade

A Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública obteve grande sucesso em estimular a interatividade entre os senadores e a sociedade. O Alô Senado, central de relacionamento da Casa, recebeu e encaminhou aos parlamentares cerca de 120 mil mensagens com a opinião do cidadão sobre os mais variados assuntos legislativos que tramitaram no Senado, além de responder a mais de 50 mil perguntas sobre temas

como tramitação de projetos de lei e encaminhamento de votações. Já o DataSenado fez diversas pesquisas de opinião, chegando a entrevistar 5 mil pessoas. Essa prática, inovadora no Poder Legislativo, busca conhecer o pensamento da sociedade sobre as atividades da instituição. O Senado na Mídia, por sua vez, organizou diariamente um *clipping* e analisou 18 mil notícias publicadas na imprensa sobre o trabalho da Casa.

■ Portal do Servidor

A Secretaria Especial de Recursos Humanos aperfeiçoou em 2006 a publicação dos atos administrativos e criou o Portal do Servidor na internet, acessível a pessoas com deficiência. No *site*, oferece o Simulador Eletrônico de Empréstimo, que forçou a queda de cerca de 3,5% para 1,5% dos juros para empréstimos com consignação em folha.

Buscando humanizar o trabalho, a secretaria realizou o II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, com participação da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e de ministérios, autarquias e órgãos do governo do Distrito Federal.

Para colaborar com o hemocentro de Brasília, foi realizada em outubro a 2ª Campanha de Doação de Sangue.

■ Prodasen

A Secretaria Especial de Informática do Senado, o Prodasen, comemorou em outubro 34 anos. Criado para automatizar o processo de elaboração do Orçamento, o órgão hoje avança na implantação de acesso sem fio (*wireless*) à rede de computadores do Senado. Além do Plenário, a rede chega agora aos gabinetes, à gráfica e a todas as comissões técnicas.

O Prodasen administra 5 mil computadores e disponibiliza o Siga Brasil, que permite consultas sobre os gastos federais na internet.

Em parceria com o TSE, o Prodasen divulgou todos os resultados das eleições gerais de 2006.

■ Polícia Legislativa

Investir em tecnologia para garantir a segurança das pessoas e a integridade do patrimônio do Senado e, ao mesmo tempo, respeitar a vida, os direitos humanos e o direito de acesso à Casa foram as principais preocupações da Polícia do Senado em 2006.

A modernização do sistema de segurança incluiu a informatização do acesso, permitindo maior agilidade no registro dos quase 300 mil visitantes em 2006; e a aquisição de armas não-letais, que paralisam o agressor, sendo que a Polícia do Senado foi o primeiro órgão de segurança do país a dispor desse equipamento.

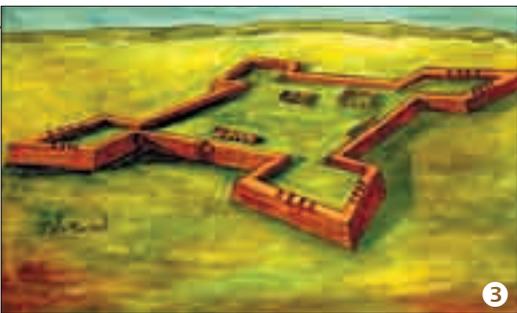
Foram ainda compradas novas viaturas e foi criada a academia de treinamento da Polícia do Senado.

REPRODUÇÃO



2

REPRODUÇÃO



3

REPRODUÇÃO



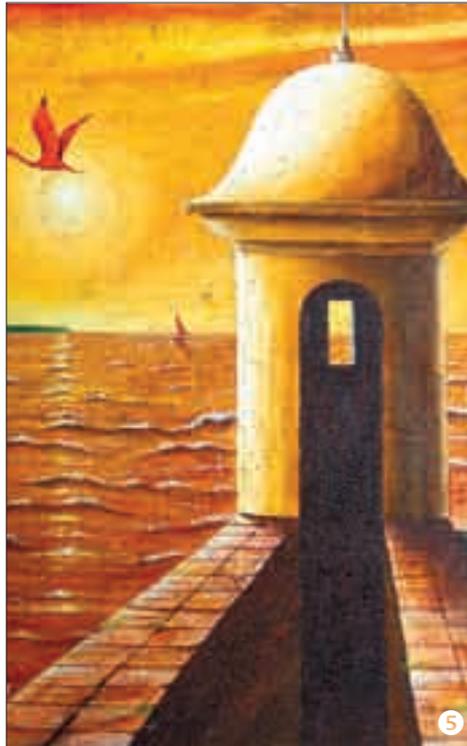
4

REPRODUÇÃO



1

REPRODUÇÃO



5

1. *Maria Bonita, Lampião e Bando*, de Totonho Laprovitera; 2. *Bumba-meu-boi do Piauí*, de Jeovah Santos; 3. *Real Forte Príncipe da Beira*, de Pedro Furtado; 4. *Fênix*, de Danilo de S'Acree; 5. *Canto do Forte*, de Sebastião Magalhães; 6. Ao lado da esposa Verônica Calheiros, Renan abre a exposição, acompanhado por Mariza Gomes, esposa do vice-presidente José Alencar, e pelos senadores Geraldo Mesquita Júnior, Efraim Morais, João Batista Motta e Flexa Ribeiro

JANE ARAÚJO



6

Aquarela brasileira

Mostra reúne no Senado 60 obras de artistas como Tomie Ohtake e Glênio Bianchetti

Sessenta obras de artistas de todos os estados do Brasil estiveram expostas no Salão Negro do Congresso Nacional entre junho e julho de 2006, na 2ª mostra *Artistas Brasileiros*, que reúne pintores dos 26 estados e do Distrito Federal escolhidos pelos respectivos senadores.

Entre os artistas que participaram estão Tomie Ohtake, indicada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP); Glênio Bianchetti, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS); e Tânia Maia, pelo organizador do evento e presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ao abrir a exposição, Renan disse que o mosaico cultural brasileiro ali representado – com artistas já conhecidos internacionalmente ao lado de outros

que começam a construir uma carreira – “reflete de forma magnífica a riqueza e as tradições culturais do país”. Em sua opinião, as variadas técnicas e estilos das obras expostas ajudam o brasileiro a conhecer melhor o país.

– A exposição *Artistas Brasileiros 2006* ajuda-nos a conhecer ainda mais o universo da manifestação da nossa cultura – frisou Renan, que elogiou os esforços de sua mulher, Verônica Calheiros, para que a mostra fosse realizada.

Para a gravadora e pintora paulista Maria Bonomi, que também discursou na abertura da exposição, a iniciativa é importante para dar maior visibilidade à arte brasileira, com resultados satisfatórios tanto para o artista consagrado quanto para o iniciante.

FOTOS: JANE ARAÚJO



7. Pedro Simon (E) prestigia o trabalho do artista gaúcho Glênio Bianchetti; 8. pintora catarinense Eliane Fermínio, com Ideli Salvatti, apresenta a tela *Mulheres em cores*; 9. representando São Paulo, a gravadora e pintora italo-brasileira Maria Bonomi discursa na abertura da mostra. Segundo a artista, o evento é importante para dar maior visibilidade à arte produzida no Brasil

Motores do Senado

Diretoria Geral e Secretaria Geral da Mesa, dois dos principais órgãos da Casa

A Secretaria Geral da Mesa cuida de toda a parte legislativa do Senado. É quem observa as regras do Regimento Interno, interpretando o texto, quando necessário, para auxiliar os senadores na tarefa de legislar. É chefiada pelo secretário-geral Raimun-

do Carreiro. Enquanto isso, a Diretoria Geral, comandada por Agaciel da Silva Maia, administra a estrutura do Senado. Cuida de áreas como telecomunicações, segurança, manutenção, recursos humanos e finanças. Essas duas dimensões compõem o Senado Federal.

■ Diretoria Geral

Entre as realizações da Diretoria Geral do Senado em 2006, destaca-se a formação de uma comissão especial para elaborar o edital de um concurso público para o preenchimento de 300 vagas no quadro de pessoal da Casa. Estão previstas vagas para os cargos de técnico legislativo (nível médio) e de analista legislativo (nível superior).

O concurso faz parte da estratégia do Senado de substituir a mão-de-obra terceirizada por servidores públicos efetivos. A seleção já estava prevista nas metas da Casa, com dotação orçamentária para a contratação de novos funcionários em 2007. A expectativa é de que as provas ocorram no primeiro semestre do próximo ano.

Em 2006, uma das principais preocupações da Casa foi com a redução de custos. O corte de gastos atingiu R\$ 50 milhões. A Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Gráfica do Senado), por exemplo, reduziu seus custos em 30%, ao mesmo tempo que manteve o bom desempenho. A secretaria bateu um recorde ao imprimir cópias do relatório final da CPI dos Correios, num total de mais de 600 mil páginas, em menos de 24 horas.

Melhorias nas rotinas de trabalho e nos sistemas de informática permitiram também ganhar eficiência e cortar gastos também na Secretaria de Telecomunicações. Os desembolsos com tarifas telefônicas, por exemplo, caíram cerca de 30%.

Outra conquista foi o lançamento da livreria virtual, aumentando a venda das obras publicadas pelo Senado – ela chegou a vender mais de 60 títulos em um dia.

■ Secretaria Geral da Mesa

Em 2006, além de ter facilitado a aprovação de grande parte das matérias que chegaram à Casa, entre elas as medidas provisórias, a Secretaria Geral da Mesa assessorou a comissão responsável pela Resolução nº 35, que alterou diversas partes do regimento para atualizá-lo de modo a atender às novas demandas.

A comissão, presidida pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) e relatada pelo senador Tião Viana (PT-AC), concentrou sua atenção em quatro pontos: a redução do tempo de uso da palavra para que um número maior de senadores possa falar em cada sessão; a simplificação de procedimentos de requerimentos; a formalização do papel ativo do colégio de líderes; e a limitação ao troca-troca de partidos às vésperas da eleição da Mesa

L. FREITAS Diretora, fórmula que será testada pela primeira vez este ano. Desde agosto, quando a resolução foi aprovada, cabe à Secretaria Geral interpretar e colocar as novas determinações em prática.

Além das regras escritas, as interpretações do regimento são fundamentais para o bom andamento do processo legislativo. Assim, para viabilizar a aprovação de matérias importan-

tes, como a Lei do Supersimples, a leitura de MPs que já chegam da Câmara trancando a pauta do Senado foi adiada em diversas ocasiões para permitir outras votações.

No final do ano, a Secretaria se empenhou ainda na revisão geral do Regimento Comum, que vai ganhar uma nova edição para a 53ª Legislatura, já com todas as mudanças ocorridas nos quatro anos anteriores. No dia 1º de fevereiro, Carreiro distribuirá uma cópia da nova publicação aos 81 senadores.



Agaciel (D) divulgou a realização de um concurso público em 2007 para substituir funcionários terceirizados por efetivos; Carreiro assessorou a comissão de senadores encarregada de alterar o Regimento Interno da Casa

Credibilidade certificada

6.000.000

de acessos

A **Agência Senado** recebeu quase 6 milhões de acessos em 2006. Pessoas, no Brasil e no mundo, em busca de notícias sobre as decisões do Senado Federal.

Todas as atividades do Senado são divulgadas, em tempo real, na página web da **Agência Senado**. Nela estão disponíveis também fotografias, vídeos e áudios das reuniões plenárias e das comissões.

Notícias do Senado podem ser acessadas em espanhol e inglês na **Agência Senado Internacional**. A nova página amplia a visibilidade do Senado Federal brasileiro no mundo, especialmente entre os países do Mercosul.

Cadastre-se para receber nosso Boletim de Notícias:

 www.senado.gov.br/agencia
Instrumento de transparência

Agência
SENADO 